

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO LOURENÇO SIQUEIRA

VIDA COTIDIANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM
MORRINHOS: uma perspectiva de análise para a (re)produção do espaço
urbano

Catalão-GO

2016

BRUNO LOURENÇO SIQUEIRA

**VIDA COTIDIANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM
MORRINHOS: uma perspectiva de análise para a (re)produção do espaço
urbano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia

Área de Concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Magda Valéria da Silva

Catalão-GO

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

SIQUEIRA, Bruno Lourenço
VIDA COTIDIANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM
MORRINHOS [manuscrito] : uma perspectiva de análise para a
(re)produção do espaço urbano / Bruno Lourenço SIQUEIRA. -
2016. CLXXVI, 176 f.

Orientador: Profa. Dra. Magda Valéria da SILVA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Regional
Catalão , Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão,
2016. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. ESPAÇO URBANO. 2. (RE)PRODUÇÃO. 3. HABITAÇÃO. 4.
VIDA COTIDIANA. 5. MORRINHOS. I. SILVA, Magda Valéria da, orient. II.
Título.

BRUNO LOURENÇO SIQUEIRA

**VIDA COTIDIANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM
MORRINHOS: uma perspectiva de análise para a (re)produção do espaço
urbano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Catalão, ____ de Maio de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Magda Valéria da Silva
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia
(Orientadora)

Prof. Dra. Beatriz Ribeiro Soares
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia
(Membro Externo)

Prof. Dra. Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia
(Membro Interno)

Dedico este trabalho,

Ao meu pai, Laerte Luiz Siqueira, e a minha mãe, Wilma Lourenço Siqueira, pelo esforço e amor de toda uma vida.

À minha irmã, Luciana Lourenço Siqueira, pelo carinho e companhia.

À minha esposa, Mariana F. de Moraes Siqueira, pela compreensão e luta.

Ao meu filho, Matheus Fernandes Siqueira, por me ensinar a viver sempre com sorriso no rosto.

AGRADECIMENTOS

Diante de tantas coisas vividas ao longo desses dois anos dedicados ao Mestrado é com o sentimento prazeroso e carinhoso que deixo registrado meus sinceros agradecimentos às pessoas e às instituições que me permitiram realizar esse desafio intelectual e profissional.

À professora Dra. Magda Valéria da Silva, por me orientar e ajudar a ser um pesquisador. Este trabalho foi concluído graças às suas palavras, seus encaminhamentos e correções. Minha admiração profissional, que vinha desde os tempos de UEG, me inspira a seguir com a mesma ética e força que vejo em vós;

À Universidade Estadual de Goiás, pela oportunidade de cursar o Mestrado com licença. À Diretora do Câmpus Morrinhos, a Professora Marcília Helena Romano Campos, e ao Coordenador do Curso de Geografia à época do afastamento, o Professor Alik T. De Sousa, e também à Coordenadora atual, Professora Jaqueline de O. Lima;

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, pela oportunidade;

Aos colegas da Geografia de Morrinhos. E aos amigos e amigas da UEG, Selma, Jackeline Silva e André Caes;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela concessão da bolsa de estudo;

Aos amigos, colegas e alunos da Escola Estadual *Professor Ederlindo Lannes Bernardes*, por me estimularem ao aperfeiçoamento profissional;

Aos amigos que fiz no Mestrado: Marcelo, Vitor e Luiz Carlos, pela companhia, pelas conversas geográficas ou não, em Catalão ou em viagem;

Aos demais colegas do curso, pelo aprendizado e debates ao longo de 2015;

Aos colegas do Grupo de Estudos GEEUAÇÃO pelos calorosos debates científicos e acadêmicos acerca da Geografia;

Aos amigos da Geografia de Uberlândia: Edgard, Reginaldo e Toninho;

Ao Hélio Carlos, pela amizade e conselhos sempre muito pertinentes. Nossas conversas sempre foram inspiradoras e me ajudaram a persistir na Geografia;

Ao amigo Danilo Pena, pela amizade de tantos anos que se transformou em sentimento fraternal;

Ao amigo Thyago França, pela amizade sincera e pelas boas risadas ao longo da nossa jornada na UEG;

À amiga carinhosa, Camila Emília, pelos puxões de orelha e sorrisos ao longo de tantos anos;

Aos meus primos e primas, de sangue ou não, pela alegria que compartilhamos quando estamos juntos;

Ao meu primo Gustavo Siqueira, por me socorrer com as traduções;

Aos meus pais, Laerte Luiz Siqueira e Wilma Lourenço Siqueira – meus eternos professores – que durante toda a jornada estudantil, me apoiaram de forma incondicional. Com amor e dedicação, os meus agradecimentos especiais;

À minha irmã Luciana Lourenço Siqueira, pela preocupação, pelos sorrisos, pelo amor e por me aturar durante tanto tempo;

À minha esposa Mariana Fernandes de Moraes, pelo amor verdadeiro, pelas cobranças, pela compreensão, pelo tempo e energia desprendida, pelo incentivo, pelo companheirismo, pela presença;

À família Fernandes de Moraes, pela ajuda à minha família e pelo amor ao meu menino;

Ao meu menino, Matheus Fernandes Siqueira, minha alegria em voltar para casa, minha vida.

Teus verdadeiros educadores, aqueles que vão te formar, vão te revelar aquilo que realmente é o sentido original e a substância fundamental de teu ser, aquilo que resiste a toda educação como a toda formação e, em todo caso, uma realidade dificilmente acessível, um feixe amarrado e rígido; teus educadores nada podem fazer por ti, a não ser tornar-se teus *libertadores*. E esse é o segredo de toda formação; ela não consiste em nos dar membros artificiais, narizes de cera, olhos com antolhos; muito pelo contrário, se ela pudesse nos dar semelhantes presentes, não passaria de um simulacro de educação; mas ela é libertação, extirpação das ervas daninhas, dos escombros, da praga que quer se alimentar das tenras vergôntes das plantas; ela é efusão de luz e de calor, murmúrio amigo da chuva noturna; [...]

(NIETZSCHE, 2008, p.19 grifo nosso)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender a (re)produção do espaço urbano de Morrinhos - GO, a partir das Habitações de Interesse Social (HIS) e das relações sociais consubstanciadas e expostas na vida cotidiana dos moradores. Os objetivos específicos são: apreender a organização do espaço urbano de Morrinhos, fundamentado pelas condições históricas, econômicas e sociais; interpretar as condições gerais das habitações deste município, bem como elucidar parte das intencionalidades das políticas habitacionais no Brasil enquanto parte importante para o processo de (re)produção do espaço urbano e; por fim, conhecer alguns componentes da vida cotidiana de alguns moradores de Habitações de Interesse Social nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II, em Morrinhos, e, assim, avaliar parte das premissas que se relacionam com a reprodução socioespacial de tais localidades. Os procedimentos metodológicos pautaram-se na pesquisa teórica, sobretudo, em fontes bibliográficas que discutem a (re)produção do espaço urbano, a habitação e a vida cotidiana. Na pesquisa documental, foram organizados os dados de domínio público acerca, principalmente, de Morrinhos e, na pesquisa de campo, utilizou-se da aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturado aos moradores das HIS, observações registradas em diário de campo e registro fotográfico nos setores selecionados para a pesquisa empírica. Este estudo revela que a cotidianidade é uma característica do morador pesquisado, isto é, a captura objetiva e subjetiva deste reduz suas potencialidades criativas e condiciona-o à fragmentação da vida em esferas (do trabalho, da vida privada, do lazer etc.), propositalmente desarticuladas da realidade social total. Dessa forma, o espaço urbano de Morrinhos se reproduz perversamente, de modo que o morador contemplado com uma HIS é transformado em um sujeito reduzido à condição de força de trabalho e consumidor, cujo estranhamento se sobrepõe ao sentimento de pertencimento à classe, legitimando, assim, todo o processo de reprodução do capital e do espaço.

Palavras-chave: (Re)produção; Espaço urbano; Habitação; Vida cotidiana; Morador.

ABSTRACT

This paper aims to understand the (re)production of the urban space of Morrinhos, state of Goiás, Brazil, starting with the Social Housing Project (SHP) and the social relations consubstantiated and exposed on the everyday life of the residents. The specific goals are: to learn about the organization of urban space of Morrinhos, based on historical, economical and social conditions; to read the general conditions of the housing of the aforementioned city, and elucidate part of the intentionalities of the housing policies in Brazil as an important part for the process of (re)production of urban space and; lastly, to meet several components of the everyday life of a few SHP residents in areas such as Monte Verde, Bela Vista I and Bela Vista II, in Morrinhos, and, thus, to assess part of the assumptions that are related to the socio-spatial reproduction of these localities. The methodological procedures were based on theoretical research, especially in bibliographic sources that debate the (re)production of urban space, housing and everyday life. In the documental research, the public domain data, especially the ones from Morrinhos, were organized; regarding the field research, a semi-structured interview script was used to SHP residents, and observation were registered on the field journal and photographic records in the selected areas for empirical research. The present study reveals that everydayness is a characteristic of the researched residents, i.e. the objective and subjective attainment of the residents decreases their creative potentiality and determine them to the fragmentation of life in spheres, such as in the work environment, private life, leisure etc, purposely unarticulated of the social reality as a whole. Thereby, the urban space of Morrinhos reproduces inhumanely, so that the resident contemplated with a SHP becomes a reduced subject to the labor force condition and also as a consumer. Such strangeness overlaps the feeling of belonging to the class, which legitimates, thus, the entire process of reproduction of capital and space.

Key-words: (Re)production; Urban Space; Housing; Everyday Life; Resident.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Morrinhos (GO): área urbana e localização dos setores selecionados para a pesquisa empírica	21
Mapa 2 – Morrinhos (GO), localização do município no estado de Goiás e delimitação da área urbanizada no território municipal.....	31
Mapa 3 – Morrinhos (GO): localização das quadras onde se encontram as HIS selecionadas para a pesquisa empírica, 2015.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Morrinhos (GO): população total (1872-2010)	36
Gráfico 2 – Brasil: número da população rural, urbana e total (1940-2010)	37
Gráfico 3 – Goiás: número da população rural, urbana e total (1940-2010)	38
Gráfico 4 – Morrinhos (GO): número da população rural, urbana e total (1940-2010).....	38
Gráfico 5 – Brasil, Goiás e Morrinhos: taxa de urbanização (1940-2010)	41
Gráfico 6 – Brasil, Goiás e Morrinhos: participação dos setores da economia no PIB, 2013.....	44
Gráfico 7 – Morrinhos (GO): evolução do PIB entre 2001 e 2013	46
Gráfico 8 – Morrinhos, Goiatuba, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina (GO): evolução do efetivo de vacas ordenhadas nos anos 2000-2013	48
Gráfico 9 – Morrinhos, Goiatuba, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina (GO): evolução da produção de leite (mil L.), nos anos 2000-2013	48
Gráfico 10 – Morrinhos (GO): evolução da produção de cana-de-açúcar em toneladas e da área colhida em hectares de 2009 a 2014	50
Gráfico 11 – Morrinhos, Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Itumbiara e Porteirão (GO): produção de cana-de-açúcar (T.), 2000-2014.....	50
Gráfico 12 – Morrinhos (GO): percentual de população urbana de 10 anos ou mais de idade de acordo com a escolaridade, 2010	52
Gráfico 13 – Morrinhos (GO): rendimento mensal domiciliar per capita, 2010.....	53
Gráfico 14 – Morrinhos (GO): evolução do número de empregos, 2010-2015	55
Gráfico 15 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): número de pessoas residentes por casa (2015)	115
Gráfico 16 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual dos pesquisados por faixa etária	115
Gráfico 17 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): estado civil dos pesquisados.....	116
Gráfico 18 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): grau de instrução dos pesquisados	118
Gráfico 19 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentuais da renda familiar em salários mínimos.....	119

Gráfico 20 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual de pessoas que trabalham por domicílio	121
Gráfico 21 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): número de trabalhadores por domicílio com carteira de trabalho assinada	123
Gráfico 22 – Número de cômodos da atual casa: pesquisa nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)	140
Gráfico 23 – O tamanho da casa atual atende as necessidades da família: pesquisa realizada nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO).....	141
Gráfico 24 – Morrinhos (GO): número de cômodos nos domicílios em percentual	142
Gráfico 25 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentuais de respostas se estes oferecem boa infraestrutura	143
Gráfico 26 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II: percentual de deslocamentos semanais dos pesquisados à área central de Morrinhos (GO)	144
Gráfico 27 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela vista II em Morrinhos (GO): avaliação da casa atual em relação a anterior	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Morrinhos (GO): evolução do saldo de emprego formal, 2010 a 2015.....	55
Tabela 2 – Morrinhos (GO): Saldo de empregos formais por setores da atividade econômica, 2010-2015.....	56
Tabela 3 – Morrinhos (GO): salário médio de admissão em 2015.....	56
Tabela 4 – Morrinhos (GO): ocupações com mais admissões em 2015	57
Tabela 5 – Morrinhos (GO): ocupações com mais demissões em 2015	58
Tabela 6 – Morrinhos (GO): número de domicílios rural, urbano e total (2000-2010)	87
Tabela 7 – Morrinhos (GO): condição dos domicílios ocupados (2000-2010).....	88
Tabela 8 – Brasil, Goiás e Morrinhos: panorama geral dos domicílios, 2010	89
Tabela 9 – Brasil, Goiás e Morrinhos: número total e relativo dos Componentes do <i>Déficit</i> Habitacional em 2010	90
Tabela 10 – Morrinhos (GO): componentes do <i>déficit</i> habitacional por rendimento médio dos domicílios, 2010.....	91

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Componentes do <i>Déficit</i> Habitacional segundo a FJP (2016)	90
Organograma 2 – Componentes da Inadequação de Domicílios segundo a FJP (2016)	92

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Morrinhos (GO), setor Vila Nova III: construção de HIS, 2015.....	107
Foto 2 – Moradia no setor Bela Vista I em Morrinhos (GO) com estabelecimento comercial (2015)	110
Foto 3 – Morrinhos (GO), setor Bela Vista II: moradia apresentando muitas modificações se comparada ao padrão original, 2015	111
Foto 4 – Morrinhos (GO), setor Bela Vista II: moradia apresentando poucas modificações se comparada a infraestrutura original, 2015	112
Foto 5 – Morrinhos (GO), setor Monte Verde: moradias e asfaltamento recente, 2015.	112
Foto 6 – Setor Bela Vista II em Morrinhos (GO): casas muradas e com portão frontal.....	127
Foto 7 – Moradias de interesse social no Setor Monte Verde em Morrinhos (GO): infraestrutura asfáltica e intervenção urbanística.....	143
Foto 8 – Casa ampliada no Setor Monte Verde, Morrinhos (GO)	149
Foto 9 – Moradia sem reforma ou ampliação no Setor Bela Vista II, Morrinhos (GO)	149
Foto 10 – Setor Monte Verde, Morrinhos (GO): Rua Mv1 e Alameda Mv 1; pouca movimentação ou presença de pessoas nas calçadas	154
Foto 11 – Setor Bela Vista I, Morrinhos (GO): Rua Mv 2, pouca movimentação ou presença de pessoas nas calçadas	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): profissão do responsável pela casa	120
Quadro 2 – Setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual no município e nas residências pesquisadas de bens de consumo	125
Quadro 3 – Principais problemas da moradia e do bairro anteriores apontados pelos pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO).....	138
Quadro 4 – Principais vantagens da antiga moradia e bairro anterior, conforme pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO).....	139
Quadro 5 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): o que os moradores mais gostaram na casa?.....	146
Quadro 6 – Respostas dos pesquisados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO) sobre o que não gostaram na casa	147
Quadro 7 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): tipo de modificação na casa pesquisada	148
Quadro 8 – Justificativas para a importância de ter a casa própria segundo os pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO).....	150
Quadro 9 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): atividades de lazer realizadas pela família.....	156
Quadro 10 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): comparativo dos serviços, infraestrutura e outras características urbanísticas da moradia atual em relação a anterior	158

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEM	Central Energética de Morrinhos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COAPIL	Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba
COHABS	Companhias de Habitação
COMPLEM	Cooperativa Mista de Produtores de Leite de Morrinhos
DAIMO	Distrito Agroindustrial de Morrinhos
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
GO	Goiás
HIS	Habitações de Interesse Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISPER	Informações para o Sistema Público de Emprego
MRMP	Microrregião Meia Ponte
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFH	Sistema Financeiro da Habitação

SIFAEG	Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MORRINHOS (GO)	27
1.1 A (re)produção do espaço urbano em Morrinhos: elementos introdutórios.....	27
1.2 Morrinhos (GO): breve contextualização histórica	32
1.3 Aspectos econômicos de Morrinhos (GO)	44
1.4 Análise de alguns elementos socioespaciais de Morrinhos (GO).....	51
2 MORRINHOS (GO) E HABITAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	61
2.1 Habitação: entre o habitar e o habitat	61
2.2 O Modo Brasileiro de Enfrentamento à Crise Habitacional.....	68
2.3 Morrinhos (GO): características gerais dos domicílios e do <i>déficit</i> habitacional.....	86
3 VIDA COTIDIANA NOS SETORES MONTE VERDE, BELA VISTA I E BELA VISTA II EM MORRINHOS (GO)	95
3.1 Vida cotidiana e a produção do espaço social	95
3.2 Trajetória metodológica: os desafios da pesquisa empírica	104
3.3 Caracterização do entrevistado e análise socioeconômico dos moradores.....	113
4 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NOS SETORES BELA VISTA I, BELA VISTA II E MONTE VERDE EM MORRINHOS (GO)	132
4.1 Contribuições da filosofia da linguagem para a pesquisa empírica.....	132
4.2 Setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): uma visão dos moradores entrevistados sobre a moradia e o bairro anteriores.....	136
4.3 Moradia e bairro atual: apreciações urbanísticas dos moradores pesquisados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO) no ano de 2015	139
4.4 Avaliação comparativa entre a antiga e a nova moradia	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE A – Identificação e controle do roteiro de entrevistas	173

INTRODUÇÃO

A introdução deste trabalho se apresenta como prelúdio de um estudo verossímil e inacabado. O objetivo aqui não é produzir uma verdade, um axioma, mas antes de tudo, conhecer melhor a natureza humana e ao mesmo tempo a humanização da natureza, relacionando uma a outra. Ao passo que, a natureza humana pode ser entendida como o conjunto de características comuns a todos os seres humanos, a humanização da natureza, por sua vez, é compreendida como um espaço geográfico resultante dos processos de trabalho.

O que faz o cientista social senão interpretar, sob certas condições sócio-históricas, a realidade que se apresenta diante de si, não como verdade, mas como reflexão sobre o próprio surgimento da consciência sobre o mundo da vida? Nesse sentido, por vezes, o cientista social não tem a obrigação de responder todas as questões que lhe são feitas, mas, indubitavelmente, seu papel também passa pela reformulação ou correção das questões diante às problemáticas em análise.

O desafio posto por Ruy Moreira (2013), na obra “Pensar e Ser em Geografia”, aos cientistas e estudiosos de Geografia consiste na proposta de uma teoria do espaço que seja de cunho social. Em outras palavras, torna-se relevante alargar a base de compreensão do arranjo espacial por meio das relações sociais. O geógrafo deve ir além da descrição, da apreensão fixa das localizações e das representações cartográficas para *explicar o oculto por meio do aparente*, como o autor mesmo diz: *desvendar as máscaras sociais*. Dito de outra forma, para o geógrafo é fundamental analisar as relações de poder (plano do invisível) que se manifestam nas formas espaciais (plano visível da totalidade social).

A opção por determinadas categorias de análise, bem como o tratamento metodológico dado a elas, é fundamental para a compreensão da realidade, caso contrário, o risco de se produzir estudos cujos anversos sejam distorcidos ou equivocados se tornam efetivos e com efeitos práticos. Em outras palavras, a validade dos estudos das ciências sociais somente se concretiza caso seus elementos constitutivos advenham da realidade e em seguida volte para ela. Acuidade necessária para a percepção do mundo real deve ir além da capacidade aguda de sentir e diferenciar os estímulos sensoriais, mas, sobretudo, na interpretação das ações e elucidação de suas intencionalidades objetivas e subjetivas.

O interesse inicial para a realização desta pesquisa adveio de um tema que a Geografia tem larga produção científica, que é o tema da habitação e as políticas habitacionais. Contudo, após a dedicação em leituras que complementariam a compreensão desta temática, mudanças no conteúdo da pesquisa foram necessárias, pois, o que num

primeiro momento era caracterizada como fascínio para o pesquisador, transformou-se em algo de bastante relevância para a continuidade da investigação.

Compreender a (re)produção do espaço urbano tendo como ponto referencial a habitação de interesse social continuou sendo a centralidade deste estudo, mas o caminho metodológico adotado sofreu alterações se comparado com o que foi apresentado no Exame de Qualificação¹.

Sob a inspiração teórica de Henri Lefebvre (1991), particularmente a partir das contribuições teóricas contidas na obra *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, a crítica sobre a (re)produção do espaço urbano partiria da retomada da assimilação das relações, sociais e espaciais, do dominante sobre o dominado. Contudo, há uma inversão na condução metodológica, pois a fonte principal de informações para a investigação é deslocado do dominante para o dominado, mais especificamente, busca-se apreender parte importante do cotidiano do trabalhador, cuja relação num determinado tempo-espaço é caracterizada, por vezes, pela não dedicação às funções econômicas.

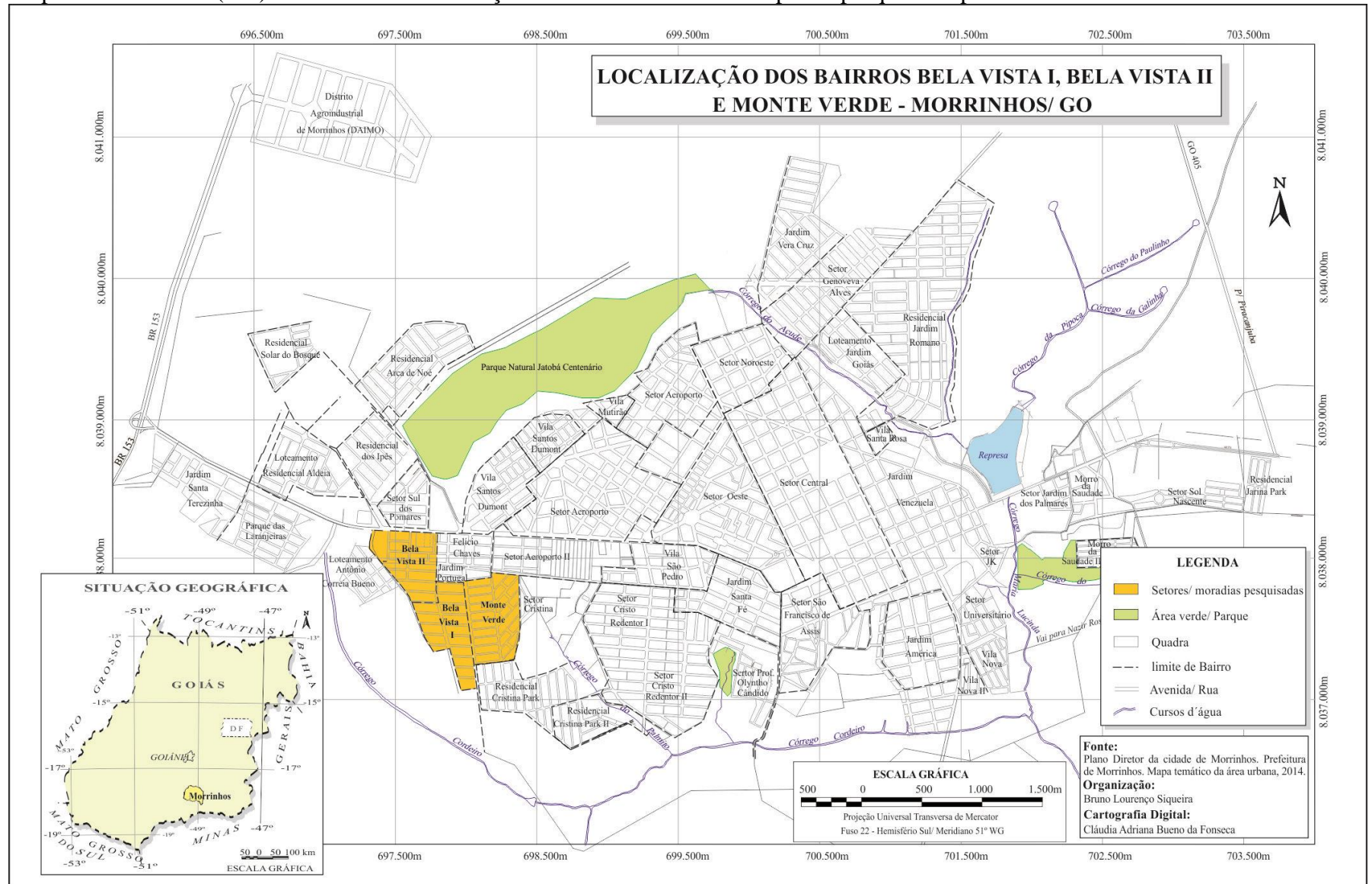
Nesse sentido, a crítica à vida cotidiana empreendida neste trabalho fez a escolha por trabalhadores e trabalhadoras que foram contemplados com uma moradia oriunda de programas habitacionais de interesse social na cidade de Morrinhos, Goiás, portanto, opta-se pelo desenvolvimento de um tema em que o espaço (urbano e o da habitação) é, especialmente, parte da ideologia dominante, seja no seu modo de (re)produção, seja num estado de *permanência* das estruturas fundantes da sociedade capitalista.

Desse modo, é a partir da noção lefebvriana de cotidiano e cotidianidade tem-se a oportunidade de compreender empiricamente a realidade socioespacial, bem como o modo em que a (re)produção do espaço se dá nos conjuntos de moradias de interesse social selecionados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II localizados na cidade de Morrinhos (Mapa 1).

O interesse para a reflexão sobre as relações sociais e espaciais dos moradores desses conjuntos concerne na busca de representações, sobretudo simbólicas, que a *casa própria* tem para eles, bem como abarcar as consequências dessas representações para a (re)produção do espaço urbano.

¹ O Relatório Exame de Qualificação, apresentado no dia 18/08/2015, propunha que a pesquisa fosse sobre a cidade de Itumbiara (GO), contudo, as sugestões da banca avaliadora foram para que a pesquisa empírica privilegiasse a cidade de Morrinhos (GO).

Mapa 1 – Morrinhos (GO): área urbana e localização dos setores selecionados para a pesquisa empírica



A atenção especial voltada ao trabalhador contemplado com uma moradia de interesse social decorre das condições sociais, econômicas, históricas e políticas que este sujeito social se encontra na sociedade capitalista. Pois, a medida que esse tipo específico de trabalhador enfrenta privações de todas as ordens, materiais ou imateriais, sua disposição, condição e organização para a transformação da realidade socioespacial fica comprometida.

Sendo assim, em que condições acontece a (re)produção do espaço urbano de Morrinhos, principalmente, o espaço social do trabalhador circunscrito à sua moradia, vizinhança e bairro? O beneficiado com uma moradia de interesse social na cidade de Morrinhos apresenta uma relação específica com esse espaço social?

Logo, as categorias de análise que constituirão as bases teóricas da pesquisa são: o espaço urbano e a vida cotidiana. Partes da mesma realidade, a vida cotidiana e o espaço urbano estão dialeticamente relacionados e interligados à totalidade. Constituídos por conflitos e contradições, ambos se inscrevem como obra histórica que se fundamentam e se organizam a partir das relações sociais e da (re)produção do espaço.

Nesse sentido, o espaço urbano é por excelência um importante objeto de estudo para a Geografia, pois, apenas revela-se integralmente por meio da compreensão da sua morfologia (formas urbanas) e das suas relações (sociais, políticas e econômicas). Por isto, a cidade e as relações sociais estão qualitativa e dialeticamente associadas.

A habitação, por sua vez, ocupa uma posição de destaque na relação que a vida cotidiana (vida privada e social) estabelece com o espaço urbano. Ela é o elo do indivíduo com o lugar. A qualidade da inserção da habitação no tecido urbano depende das relações cotidianas engendradas por sistemas políticos, econômicos e sociais, que perpassam do indivíduo à totalidade social e vice-versa.

Partindo da relação que o morador tem com a sua habitação e a partir dela, são expostos parte das práxis fundamentais para a compreensão da reprodução socioespacial. O plano do habitar se articula de modo específico com os demais planos:

1. Com o econômico, a renda ou a capacidade financeira é o elo que determina sua localização;
2. Com o político, emergem as reivindicações por equipamentos e serviços públicos e;
3. Com o social, destacam-se a produção coletiva do espaço e a luta de classes.

Desta maneira, a habitação em sua singularidade é parte indissociável do espaço social, ou seja, é parte da própria realidade da qual irá depender das condições sociais, políticas e econômicas em que se insere.

O ponto de conexão do arquitetônico com as relações prático-sensíveis perpassa pelo uso do espaço, individual e social, ou seja, a constituição do espaço vivido. Por conseguinte, a vida cotidiana torna-se uma categoria relevante para a apreensão da realidade socioespacial, bem como, a sua (re)produção.

A justificativa para a escolha das habitações de interesse social se dá pela especificidade socioeconômica das pessoas contempladas com uma moradia. Em suma, são trabalhadores cujas características *sui generis* garantem-lhes colocações em programas e políticas sociais. Nesse sentido, é proposto compreender alguns elementos da vida cotidiana de trabalhadores contemplados com esta modalidade de moradia.

De modo especial, as políticas habitacionais de interesse social produzem efeitos específicos na (re)produção do espaço urbano. Contudo, são as relações sociais engendradas no espaço urbano, fundamentado na habitação e para além dela, sobretudo na vizinhança e no bairro, que irão compor essa investigação.

Portanto, o desafio teórico e empírico deste trabalho vai além da compreensão da organização do espaço urbano de Morrinhos (GO) enquanto objeto espacial. Destarte, o objetivo geral consiste em compreender a (re)produção do espaço urbano desta localidade a partir das habitações de interesse social, tendo como fundamento a captura de parte das condições objetivas e subjetivas expostas na vida cotidiana dos moradores.

Além disso, os objetivos específicos deste estudo são:

a) Entender a organização do espaço urbano de Morrinhos partindo de um resgate das condições históricas, econômicas e sociais;

b) Apreender as condições gerais das habitações de Morrinhos, bem como, resgatar o histórico das políticas habitacionais no Brasil enquanto parte do processo de (re)produção do espaço urbano;

c) Conhecer parte da vida cotidiana de moradores de habitações de interesse social selecionadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II e avaliar as condições de reprodução da vida socioespacial.

Para a realização da pesquisa foram organizadas as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental e; c) pesquisa de campo².

² O projeto de pesquisa foi avaliado pelo CEP/UFMG e aprovado conforme o Parecer Consubstanciado Referente ao Projeto de Pesquisa, conforme o número CAAE: 43602115.6.0000.5083.

A pesquisa teórica fundamentou-se acerca de fontes bibliográficas sobre os temas, tais como: (re)produção do espaço urbano; processos socioespaciais; políticas urbanas; políticas habitacionais; e vida cotidiana. E ainda, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica que contextualizou historicamente a cidade de Morrinhos, bem como os agentes sociais que promoveram o seu crescimento urbano, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Para compreender as teorias sobre a (re)produção do espaço urbano, processos socioespaciais, cotidiano e cotidianidade foram utilizadas as obras de Carlos (2002, 2007, 2011), Carlos *et al.* (2011), Castells (1999), Corrêa (1995, 1997 e 2010), Gottdiener (2010), Harvey (2005 e 2011), Lefebvre (1972, 1991, 2001, 2009), Santos (2008a, 2008b, 2009, 2010).

As fontes teóricas para a compreensão sobre as políticas urbanas, políticas habitacionais e capital imobiliário, foram com as obras de Arretche (1990), Farah (1990), Maricato (2000, 2014), Shimbo (2012), Souza (2011, 2013) e Hirata (2014).

Por sua vez, a contextualização histórico-geográfica de Morrinhos foi em obras de referência, tais como: Arrais (2004, 2013), Borges (1990), Chaul (2002), Chaveiro (2005), França (1975), Gomes (1966), Oliveira (2006 e 2012) e Silva (2006), entre outros.

Assim, ao apresentar particularidades espaciais e temporais do objeto de estudo, a pesquisa será de cunho qualitativo, pois, à luz da teoria, obtenção, tratamento e análise dos dados de campo, buscará dar respostas aos questionamentos com lógica e posicionamento crítico. Conforme Michel (2009, p.37), na pesquisa qualitativa, os fatos em Ciências Sociais são significados sociais, no qual “[...] a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir da análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias”.

A pesquisa documental baseou-se nos dados de domínio público produzidos e obtidos na *homepage* da Prefeitura Municipal de Morrinhos, do Instituto Mauro Borges, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Caixa Econômica Federal e outros órgãos e institutos de pesquisa.

Por fim, a outra etapa importante consistiu na realização de trabalhos de campo, que por sua vez, tiveram como intento levantar informações a respeito das moradias de interesse social selecionadas, no qual, buscando compreender a dinâmica social e as estratégias de reprodução da vida cotidiana dos moradores.

A pesquisa de campo privilegiou as seguintes informações: a) localização e seleção na cidade de Morrinhos de moradias financiadas e construídas a partir de políticas habitacionais de interesse social; b) a compreensão da dinâmica social dos moradores selecionados para a pesquisa no espaço de convivência, casa e bairro; c) avaliação das condições urbanísticas dos setores onde se localizam as moradias pesquisadas.

As técnicas de pesquisa de campo consistiram em dois procedimentos de coleta de dados e de informações: a) aplicação de Roteiro de Entrevista semiestruturado (Apêndice A) em uma parcela dos moradores de Habitação de Interesse Social (HIS) dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II; b) observação e registro fotográfico das habitações de interesse social selecionadas.

A observação, enquanto procedimento metodológico e com respeito aos princípios éticos, foi realizada nos logradouros dos setores, cujo objetivo principal foi a captura da dinâmica social do local, tais como os fluxos casa/trabalho e casa/área central. As observações aconteceram em dias e horários e dias diferenciados, inclusive nos finais de semana.

O registro fotográfico dos logradouros e das moradias observados privilegiou a localização e/ou a ilustração dos fatos e dinâmicas observados e descritos neste trabalho, contudo, sem identificar os sujeitos sociais e as moradias.

Os conjuntos de habitações de interesse social nos setores selecionados para a aplicação dos questionários somam 46 casas, distribuídas da seguinte forma: 15 moradias localizadas em uma quadra do setor Monte Verde; 14 no setor Bela Vista I; e 17 moradias no Bela Vista II.

A inclusão de cada participante foi por adesão simples e voluntária. As informações e dados coletados serviram para a compreensão do cotidiano do morador, sendo imprescindível para a elaboração final desta Dissertação.

Entretanto, a Dissertação é composta por seis seções, contendo, além da introdução e das considerações finais, quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Formação Socioespacial e a (Re)Produção do Espaço Urbano de Morrinhos (GO)**, são apresentados alguns elementos históricos, econômicos e sociais que ajudam a compreender a realidade social em investigação.

O segundo capítulo da dissertação, intitulado **Morrinhos (GO) e Habitação: a reprodução do espaço social**, realiza um breve resgate histórico das políticas habitacionais no Brasil e em seguida, fez-se a caracterização das moradias selecionadas com base nas informações obtidas na pesquisa documental.

O terceiro capítulo **Vida Cotidiana nos Setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)** empreendeu inicialmente uma investigação teórica que abarcasse o entendimento do cotidiano na modernidade e, na sequência, a caracterização e análise dos moradores entrevistados.

O quarto capítulo com o título **A Reprodução do Espaço Social nos Setores Bela Vista I, Bela Vista II e Monte Verde em Morrinhos (GO)**, pautou-se na crítica da natureza social dos moradores por meio da captura de contradições entre a realidade social e a reprodução de um discurso que não é originalmente da classe trabalhadora. Na sequência deste capítulo estão as Considerações Finais que é o compêndio das discussões, análises e críticas que constituíram esta pesquisa.

Portanto, os resultados sintetizados neste estudo buscou desenvolver uma análise da (re)produção do espaço urbano, com o foco na vida cotidiana de trabalhadores que residem em habitações de interesse social, como uma forma de desvendar parte das relações de dominação que se dá pela alienação objetiva e subjetiva do trabalhador, a ponto de transformar radicalmente as relações sociais e espaciais mais íntimas (casa e vizinhança enquanto espaços sociais de convivência), reduzindo-as em espaços de confinamento (in)voluntário.

1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MORRINHOS (GO)

O desenvolvimento deste capítulo privilegiará a apresentação e discussão de alguns aspectos que ajudem a desvendar o processo de (re)produção do espaço urbano de Morrinhos (GO). Nesse ínterim, foi necessário, de maneira breve, a elaboração da fundamentação teórica que respaldasse as análises a respeito da (re)produção do espaço urbano. Na sequência do capítulo, fez-se a contextualização histórica de Morrinhos, bem como sua inserção na microrregião Meia Ponte e no território goiano.

Por fim, as duas últimas subseções do capítulo houve a urgência de evidenciar alguns elementos econômicos e sociais de Morrinhos, que por sua vez, constituem-se em dois pressupostos fundamentais para a compreensão da (re)produção do seu espaço urbano.

1.1 A (re)produção do espaço urbano em Morrinhos (GO): elementos introdutórios

A compreensão da realidade social, da vida urbana, não pode separar a morfologia (formas urbanas) e as relações sociais (conteúdo humano real e simbólico). A apreensão separada, segmentada, da sociedade urbana pelos aspectos morfológicos ou relacionais ocasiona o estreitamento teórico e prático.

Do ponto de vista teórico e metodológico, Lefebvre (2009, p. 54 grifo do autor), adverte sobre uma distinção importante entre “[...] a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o ‘urbano’, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.”

Para o referido autor a cidade é obra histórica, resultado de relações com a sociedade em seu conjunto, cujas transformações advêm de uma *ordem próxima*, direta, entre as pessoas e grupos que a compõe e uma *ordem distante*, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado) que impõem códigos, morais e/ou jurídicos, instituindo assim um conjunto de significantes reproduzidos pela cultura (LEFEBVRE, 2009).

Há, portanto, a necessidade de compreender as ações dos sujeitos produtores/consumidores do espaço citadino, pois, os processos urbanos são resultantes das diversas interações entre eles, combinando ou divergindo demandas, interesses e lutas. É a

partir das relações entre os sujeitos, Estado, capital e os sujeitos sociais³, que o espaço urbano se organiza e adquire sentido.

Por conseguinte, a problemática do espaço não pode ser discutida apenas em torno da noção de produção (de coisas), uma vez que, este processo é também reprodução das relações sociais. O espaço, desta forma, deixa de ser apenas o meio físico ou material, alcançando e expondo, em toda sua complexidade e singularidade, a dimensão de produto social.

Carlos (2011) destaca que a superação da noção de produção desenvolve novos conceitos com base nas *novas produções*, tais como: o urbano, cotidiano e espaço social. A compreensão da realidade perpassa, portanto, pela análise dessa tríade conceitual ante a noção de reprodução, ou seja, por um processo contínuo pautado pelo recomeço e cujas características principais se mantêm. Segundo Carlos (2011, p. 29), existe, “portanto, a produção-reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação”.

Assim, a capacidade de reprodução da sociedade, ante as relações de dominação, está diretamente relacionada à construção de seu espaço urbano, que por sua vez, “é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico.” (CARLOS, 2002, p. 175). Consequentemente, surgem as contradições inerentes ao modelo capitalista. Ao mesmo tempo, o espaço é produção e produto, meio e fim para a concretização das relações sociais em dado tempo.

O espaço como mercadoria torna-se paralelamente causa e efeito dos conflitos sociais. Interesses divergentes e antagônicos das diferentes classes sociais são responsáveis pela segregação social no espaço urbano. Em concordância com as ideias lefebvrianas e articulando uma abordagem marxista sobre o espaço, Gottdiener (2010) assevera que a singularidade da produção do espaço enquanto mercadoria:

Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. Exatamente como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele cria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo no primeiro local. Assim, o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto

³ A opção por esses três sujeitos que agem na produção do espaço adveio do texto: CARLOS, A. F. A. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In.: _____ et. al. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.53-73.

material ou produto, o meio de relações sociais, e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais. (GOTTDIENER, 2010, p. 133)

Portanto, para o autor supracitado, a natureza multifacetada do espaço tem origem na articulação sociedade-espaço numa relação dialética. Contudo, por meio das relações capitalistas de produção, o uso do espaço é subvalorizado, em detrimento das relações de troca.

Consoante ao autor citado anteriormente, Carlos (2002, p. 186) confirma que:

O consumo do espaço se analisa no movimento de generalização da transformação do espaço em mercadoria, que impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço.

O espaço como mercadoria (sobrevalorização do consumo do espaço) se transforma em fonte de riqueza e poder, no qual o modelo de organização socioespacial (baseada na propriedade privada) determinará como será sua distribuição, seu uso e ocupação.

A divisão social do trabalho e o consumo desigual do espaço, por fim, produzirão impactos na organização espacial da cidade (realidade transformada pelo trabalho social e materializada no conjunto dos objetos e instrumentos), formando, assim, ambientes desiguais (CORRÊA, 1995). Para este autor, a formação desses ambientes desiguais é em realidade:

[...] simultaneamente perversos e funcionais. Perversos porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais. Funcionais porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classes: a extinção das desigualdades colocaria em risco a própria sociedade de classes. (CORRÊA, 2010, p. 157).

É justamente nestes ambientes desiguais que a sociedade, enquanto organização política, se reproduz. A construção dos espaços desiguais tem relação imediata com a sociedade de classes, pode-se assim afirmar que é a divisão social do trabalho materializando espacialmente.

Assim, para Corrêa (1995), o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. A contribuição do autor para a compreensão do espaço urbano se dá na dimensão econômica da *produção do espaço* ante os interesses dos diferentes agentes sociais.

Nessa perspectiva, as especificidades que as cidades brasileiras apresentam em relação a sua origem histórica e seu desenvolvimento, bem como o papel desempenhado por cada um dos agentes produtores/consumidores do espaço na (re)produção do urbano, tornam-se pontos de análise relevantes para a compreensão da realidade socioespacial.

A origem das cidades no Brasil não é resultado apenas dos processos de industrialização e urbanização que aconteceram ao longo do século XX. As primeiras cidades no Brasil estavam intimamente ligadas ao seu meio geográfico, cuja função era facilitar a ocupação efetiva e possibilitar a expansão da colonização nos mais diversos pontos do território sob o domínio português.

A cidade de Morrinhos se enquadra nesse contexto, no qual o meio geográfico foi um fator muito importante para a ocupação da região sul do estado de Goiás, tanto pelo aspecto natural (vegetação, relevo, etc.) quanto pela localização - rota de passagem entre a cidade de Goiás, capital da capitania de Goiás, e as cidades localizadas nas capitanias do sudeste do país (Mapa 2).

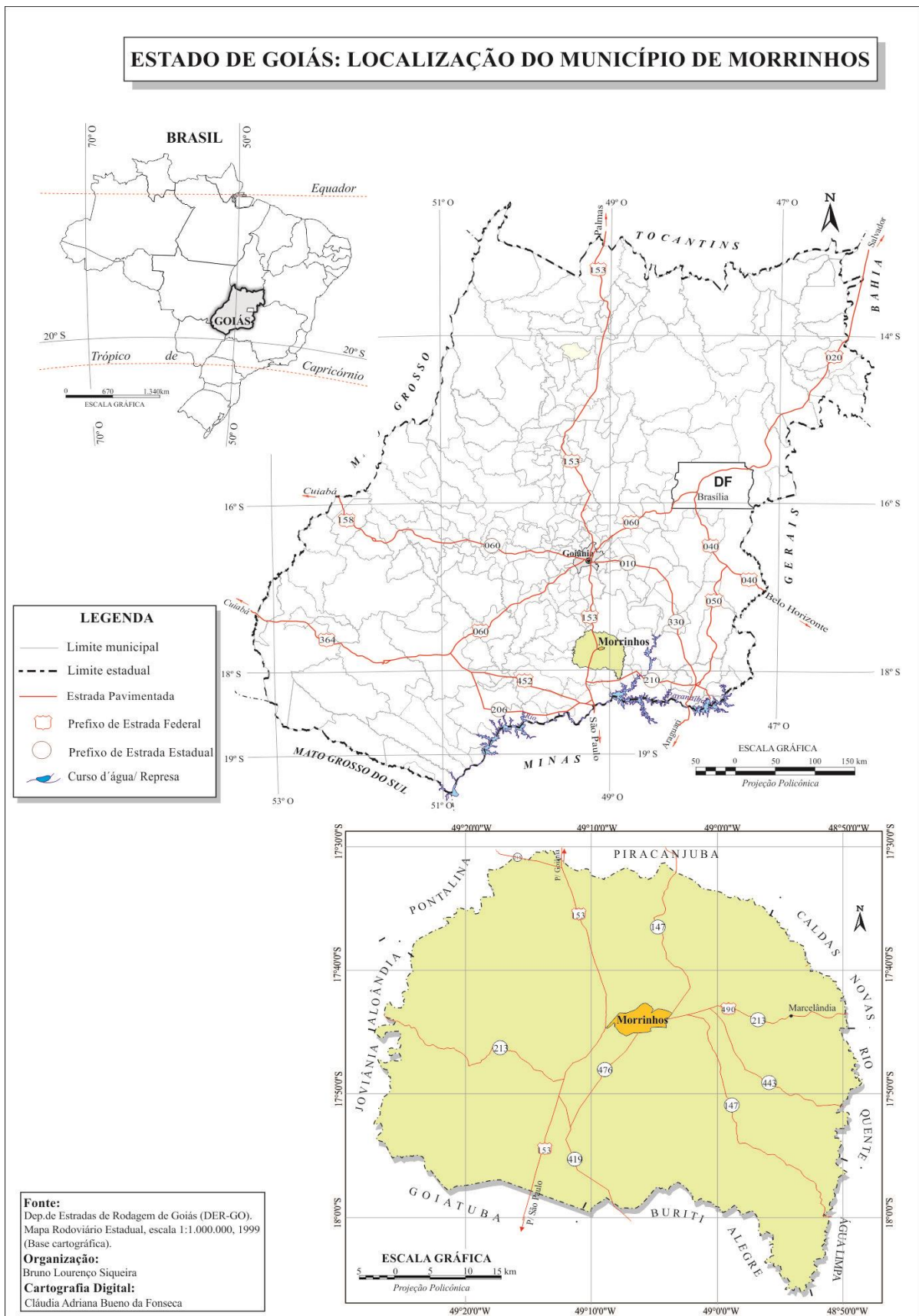
O fim do sistema colonial no Brasil estabelece uma nova forma de organização do espaço, seja pelo novo arranjo político-institucional que a República exige, seja pelo arranjo econômico-demográfico com base na centralidade cafeeira. A cidade torna-se, cada vez mais, a referência das decisões políticas, ao passo que, a fazenda ainda é a base da economia nacional (MOREIRA, 2011).

Contudo, coube aos processos desencadeados ao longo do século XX o desenvolvimento dos espaços urbanos. O processo de industrialização no Brasil, cujo modelo adotado ficou conhecido como Industrialização por Substituição de Importados, tinha por base o desenvolvimento de uma indústria nacional com o capital estatal e/ou nacional privado.

O Estado Nacional tornou-se um agente promovedor do desenvolvimento econômico, investindo em infraestrutura, tais como a instalação das redes de transporte e de energia, criando assim, os fatores essenciais para o surgimento das primeiras indústrias de base. As consequências oriundas da mudança do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial foram as mais diversas possíveis no país, perpassando em todos os setores, tais como: social, econômico, político, cultural e outros.

Todavia, cabe destacar que a organização e a estrutura da sociedade brasileira, inserida no sistema capitalista, apresentam como características o desenvolvimento desigual das estruturas econômicas, relações sociais pautadas na luta de classes devido aos interesses antagônicos e divergentes, e ainda, a segregação socioespacial como produto e meio de produção para novas contradições no espaço urbano.

Mapa 2 – Morrinhos (GO), localização do município no estado de Goiás e delimitação da área urbanizada no território municipal.



Nesse sentido, a compreensão da formação socioespacial do município de Morrinhos será fundamental para o entendimento da (re)produção do espaço urbano. Mais especificamente, torna-se urgente a realização de um breve resgate histórico das condições sociais, políticas e econômicas que se relacionam com a reprodução do espaço na contemporaneidade.

Destarte, se o espaço urbano apresenta maior ou menor segregação social e espacial, tal situação somente pode ser explicada a partir da compreensão das intencionalidades da ideologia hegemônica, cujas ações políticas, sociais e econômicas escapam da produção restrita do lugar, perpassando pela capacidade de inserção do mesmo em um contexto de produção nacional e global.

1.2 Morrinhos (GO): breve contextualização histórica

Nesta subseção será realizada a contextualização histórica de Morrinhos, bem como sua inserção na microrregião Meia Ponte e estado. O intento será expor sucintamente um dos pressupostos fundamentais para a compreensão da (re)produção do espaço urbano.

Fundado em 1835, o arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos passa à condição de vila em 1857 com a denominação de Vila Bela do Paranaíba, por fim, a condição de cidade e sede municipal veio apenas em 29 de agosto de 1882 e com o nome de Morrinhos (IBGE)⁴.

Apenas as modificações de nomenclatura ao longo do século XIX não permitem compreender a profundidade das transformações socioespaciais deste município que se localiza no sul do estado de Goiás. Sua história guarda semelhanças com a ocupação do Centro Oeste do Brasil e, ao mesmo tempo, possibilitou a produção de singularidades de ordem política, econômica e social.

Nessa sequência, as transformações econômicas no interior do país, sobretudo no último quartel do século XIX, permitiram o surgimento de novos fluxos populacionais ao território goiano. A decadência do ciclo de mineração de ouro em Minas Gerais, bem como o crescimento demográfico e a carência de terras, permitiu a intensificação do processo migratório para Goiás (OLIVEIRA, 2012).

⁴ Histórico do município de Morrinhos está disponível no sítio do IBGE em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521380&search=||info%EFicos:-hist%F3rico> > Acesso em: 29 de jan. 2016.

E mais especificamente em relação ao sul goiano, França (1975) apresenta dois fatores que foram determinantes para a consolidação espacial em fins do século XIX: primeiro, os elementos do meio físico, sobretudo a vegetação de Cerrado e de campo, favoreciam a criação extensiva de animais e; segundo, a localização do sul goiano, pois esta região estava entre a cidade de Goiás, a capital, e o sudeste do Brasil.

A interiorização da economia capitalista impulsionada pelo ciclo do café corroborou com a aceleração das correntes de povoadores costumeiros, como os mineiros e os paulistas, ao território goiano. Contudo, mesmo com esses fluxos populacionais, a economia pautava-se em características tradicionais como o ruralismo dominante e do caráter extensivo da economia (FRANÇA, 1975). A autora supracitada acrescenta que:

A vitalidade que incidiu no Sul de Goiás, através do incremento do movimento povoador, não atingiu os fundamentos estruturais do quadro regional. O povoamento do espaço continuou processando-se pelas linhas tradicionais. A estrutura latifundiária persistiu, em virtude da criação extensiva a impulsionar a ocupação, como principal atividade econômica. A restrita margem de exportação de gêneros agrícolas constitui um atestado do caráter subsidiário da prática da agricultura. Consequentemente, o sistema urbano, pela fragilidade estrutural e funcional dos centros, mantinha-se subordinado à evolução da vida rural. (FRANÇA, 1975, p.168-169)

O fato interessante contido na explicação da autora consiste na afirmação de que o modelo de organização socioespacial não sofreu alteração com a migração de mineiros e paulistas para a região sul de Goiás, ou seja, as relações de poder, baseadas essencialmente na posse de terras, permeavam não só a vida rural, mas para além dela, influenciando a vida urbana.

Uma vez instalados em território sul goiano, os migrantes tinham que se adaptar às condições precárias de transportes e de comunicação, que por sua vez, dificultavam o intercâmbio com os principais centros econômicos e políticos do país (OLIVEIRA, 2012). Somente ao final do século XIX, que tais dificuldades foram, aos poucos, sendo superadas. Conforme destaca Oliveira (2012, p. 109-110):

Somente a partir da década de 1870, deu-se início à melhoria das vias de comunicação terrestre. Em 1872, a câmara da cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, [...] enviou ofício de uma representação do corpo de comércio daquela cidade ao presidente da Província de Goiás, Antero Cícero de Assis, pedindo autorização para a abertura de uma estrada desde a freguesia de Abadia, na Província de Minas Gerais, até a Vila Bela de Morrinhos (Morrinhos), no sul de Goiás, e pedia, também, a autorização para

a construção de um porto no Rio Paranaíba, que desembocaria na estrada de Abadia, sem prejuízos e ônus aos cofres públicos goiano.

Os comerciantes do Triângulo Mineiro eram, portanto, os maiores interessados em facilitar a comunicação terrestre com Goiás. Todavia, estes não eram os únicos empenhados em construir meios de comunicação com os principais centros políticos e econômicos do país.

Os políticos de Goiás, mais precisamente aqueles que não pertenciam às oligarquias que controlavam o Estado (BORGES, 1990), também estavam comprometidos com a maior inserção do território goiano à estrutura produtiva mais desenvolvida. Para tanto, a construção de uma rede telegráfica era fundamental para a rapidez das informações oriundas do sudeste do Brasil.

Segundo Sousa (2012), nas últimas décadas do século XIX houve um grande esforço político para construir uma linha telegráfica que ligasse a cidade de Uberaba até a cidade de Cuiabá (Mato Grosso). A linha telegráfica chega em Morrinhos no ano de 1889, cujo relato a seguir descreve a condição da passagem da equipe construtora pela cidade:

Corriam os últimos dias de 1889, estávamos a 1º de dezembro; dias chuvosos e tristes. O telegrapho não tinha alcançado a capital, inaugurado que foi depois de proclamada a república, servindo de estação primeira o prédio da viúva do brigadeiro Antonio Fleury Curado, á esquina da rua da fundição (hoje João Pessoa) com o largo do chafariz. [...] a 15 de novembro, o telegrapho ainda; estava em Morrinhos. Precisamente datado de 15 de novembro de 1889, vem inserto no Goyaz n.º. 219, de 29 de novembro, uma correspondência de Morrinhos noticiando que a comissão telegráfica naquella data se achava no sitio denominado “Porteira” distante duas léguas de Morrinhos. Era chefiada essa commissão pelo Cel. Francisco Ewerthon Quadros e constava de 140 praças de pret e cerca de 10 officiaes com um medico Dr. Veiga Cabral (CURADO, 1936, p. 53 e 60-61 grifos do autor *apud* SOUSA, 2012, 18).

A instalação de uma estação telegráfica era a garantia de comunicação rápida, entretanto, as mercadorias produzidas em Goiás ainda enfrentavam dificuldades para chegar aos principais centros consumidores haja vista a precariedade das vias de transportes terrestres.

Mesmo com a precariedade das vias terrestres goianas, ao longo da última década do século XIX, as relações econômicas de Goiás com o sudeste tornaram-se mais intensas, pois, principalmente os produtos da pecuária e seus derivados, mas também outros produtos como o fumo, açúcar e a marmelada integravam a pauta de exportações deste estado. Cabe destacar

que o transporte de mercadorias era realizado especialmente com a utilização do carro de boi (OLIVEIRA, 2006).

Com a entrada da estrada de ferro pelo sul goiano, em 1912, garantiu-se à economia do estado o desenvolvimento de novas atividades, como as charqueadas e fábricas ligadas ao aproveitamento de produtos agropecuários, bem como a ampliação das alternativas para a comercialização (BARREIRA; BATISTA DE DEUS, 2006).

A importância da estrada de ferro para a economia de Goiás é notória, uma vez que, em 1922 era responsável por quase a metade da arrecadação de impostos do Estado (AMORIN, 1998). A facilidade alcançada pelo transporte ferroviário permitiu alavancar a produção agrícola para exportação, com destaque, ao longo da década de 1920, para a produção de arroz que fez do estado de Goiás o quarto maior produtor nacional (BARREIRA; BATISTA DE DEUS, 2006).

Nesse sentido, a dinâmica socioespacial do município de Morrinhos guarda semelhanças históricas com a região sul de Goiás, a qual faz parte. A cidade torna-se um ponto de referência tanto para os meios de transportes terrestres (estradas de rodagens) quanto de comunicação telegráfica ou por correios. Sobre este último, Silva (2006, p. 34) destaca que: “O correio saía de Goiás para Uberaba, sendo feitas dez viagens por mês, de três em três dias, com passagem em Morrinhos.”

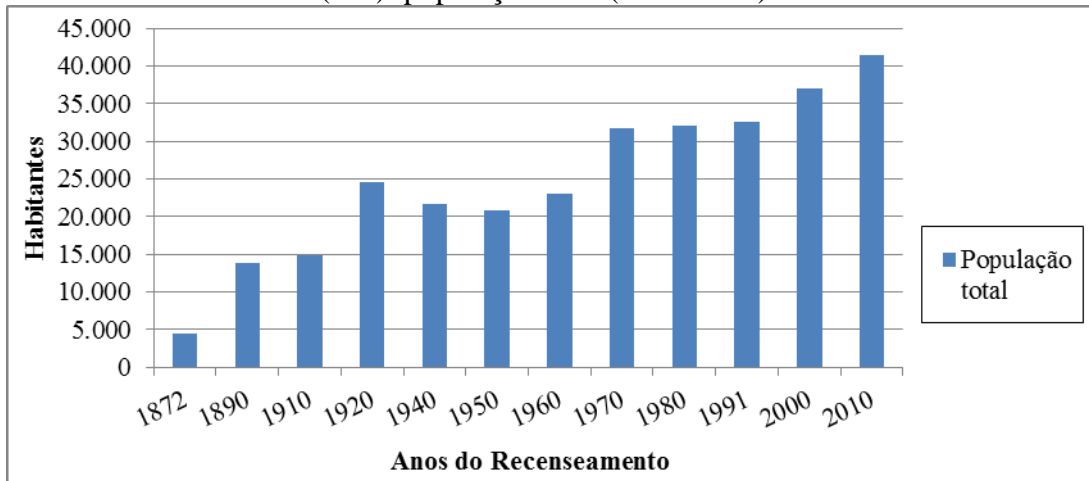
A construção de estradas de rodagens com passagem por este município garantiu-lhe uma melhor colocação econômica e política na região sul de Goiás. Silva (2006) informa como foi o processo de formação de parte da malha de estradas de rodagens a partir de Morrinhos:

Em 1919, fundou-se a “Empresa automobilística de Morrinhos”, empresa construtora de estradas de rodagens. Em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), começava uma estrada, indo até Bananeiras (Goiatuba) e dirigindo-se até Morrinhos. No mesmo ano, inaugurou-se o trecho Morrinhos-Pouso Alto (Piracanjuba); um ano após, e etapa Morrinhos-Caldas Novas. Na época a construção dessa estrada foi muito importante, pois o trecho mais próximo à estrada de ferro ficava na cidade de Ipameri, interligando o município ao sudeste do país, através das estradas de rodagens. (SILVA, 2006, p. 34 grifos da autora)

Isto posto, Morrinhos passa a apresentar um crescimento populacional relevante entre o final do século XIX e início do século XX, também em virtude da construção dessas estruturas e equipamentos de comunicação e de transportes instaladas no sul do Estado, que por sua vez, irão permitir o crescimento da produção agropecuária.

O Gráfico 1 evidencia a dinâmica populacional no município de Morrinhos com os Censos⁵ realizados entre 1872 e 2010. Contudo, os quatro primeiros Recenseamentos realizados no Brasil (1872 - 1920) revelam que este município tem um incremento populacional na ordem de 443%.

Gráfico 1 – Morrinhos (GO): população total (1872-2010)



Fonte: IPEADATA (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Nota do gráfico 01: O Recenseamento de 1880 teve sua execução transferida para 1887 e, ainda assim, ficou apenas em projeto, e os últimos anos de monarquia dificultaram a disposição para a realização do mesmo. Os dados do Censo de 1900 suscitaram protestos e críticas por autoridades em estatística. O parecer de uma comissão nomeada para estudar a matéria cancelou os resultados do Censo daquele ano na parte referente ao Distrito Federal. Tal repercussão negativa se estendeu para os dados gerais. O V Recenseamento Geral da população deveria realizar-se em 1930, mas, devido principalmente à situação política do país (Revolução de 1930), determinaram o seu cancelamento. Ver mais em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>> Acesso em 29 de jan. 2016

Para o mesmo período analisado, outros municípios do sul de Goiás também tiveram aumentos expressivos no contingente populacional, tais como: Catalão com aumento de 267,3%; Ipameri com 299% e; Piracanjuba com adição de 808%. Por outro lado, municípios de outras regiões do estado não obtiveram aumentos tão expressivos em suas populações absolutas, a título de exemplo: no leste do estado, Formosa com acréscimo de 33,4% e Luziânia com 91,6%; no centro do estado, Jaraguá com adição de 191,2%; no noroeste, a cidade de Goiás teve aumento de apenas 10,8% no período entre os anos de 1872 e 1920.

Contudo, na sequência da análise dos Recenseamentos, mais especificamente entre 1920 e 1950, a população total do município de Morrinhos teve queda de 14,9%. Na contramão do que acontecia no Centro Oeste do país durante o período de 1930 e 1945, no

⁵ A fonte de todos os dados populacionais de recenseamentos utilizados nesta seção é do IPEADATA. disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 28/12/2015.

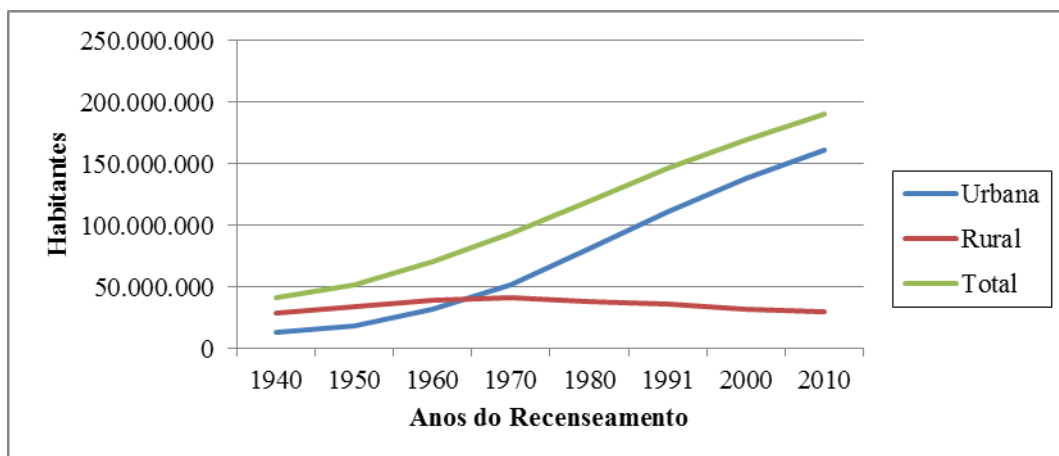
qual o governo federal deliberou uma política de ocupação das fronteiras, conhecida como “Marcha para o Oeste”, o município de Morrinhos perdeu população.

É possível inferir que o principal motivo para a queda da população total deve-se à construção de Goiânia durante a década de 1930. Mesmo após a construção de Goiânia, como a nova capital de Goiás, a proximidade geográfica (distância de aproximadamente 130 km) pode ter sido um fator decisivo para a repulsão populacional do município de Morrinhos, como pode ser observado nos Censos de 1940 e 1950. Por outro lado, Goiânia registrou em seu primeiro Recenseamento Populacional (1940) o total de 48.166 habitantes, ou seja, a nova capital do estado transformou-se em um ponto importante de atração populacional.

O município de Morrinhos somente volta a apresentar crescimento populacional no Censo de 1960, ainda assim, com número total de habitantes inferior ao registrado em 1920. Todavia, concomitante com o que acontecia no país, a segunda metade do século XX irá marcar a retomada do crescimento populacional e urbano desta localidade.

A seguir foram colocados em sequência os Gráficos 2, 3 e 4, para facilitar a comparação da evolução da população total, rural e urbana do Brasil, de Goiás e de Morrinhos. Mais do que semelhanças ou diferenças visuais, os gráficos revelam o crescimento acelerado tanto da população total quanto da população urbana, ao passo que, a população rural sofre redução acentuada nas três unidades territoriais supramencionadas postas em análise.

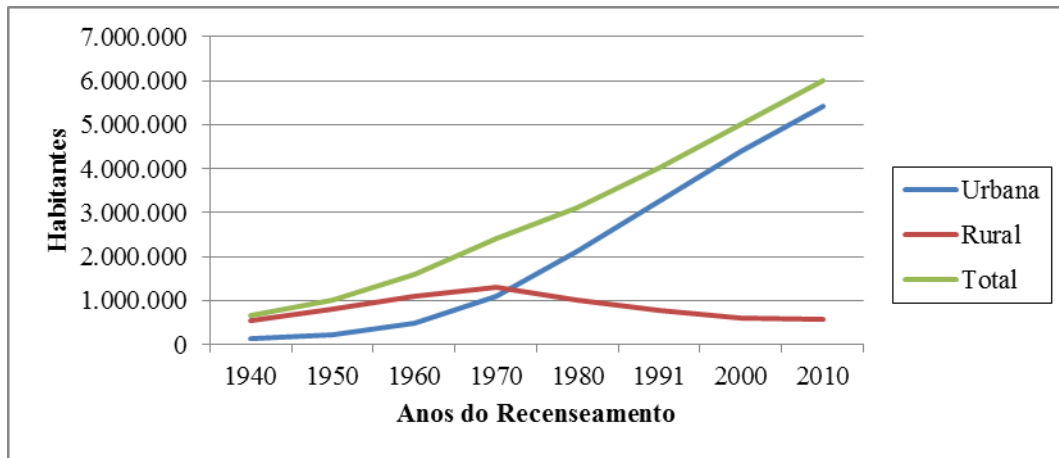
Gráfico 2 – Brasil: número da população rural, urbana e total (1940-2010)



Fonte: IPEADATA (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

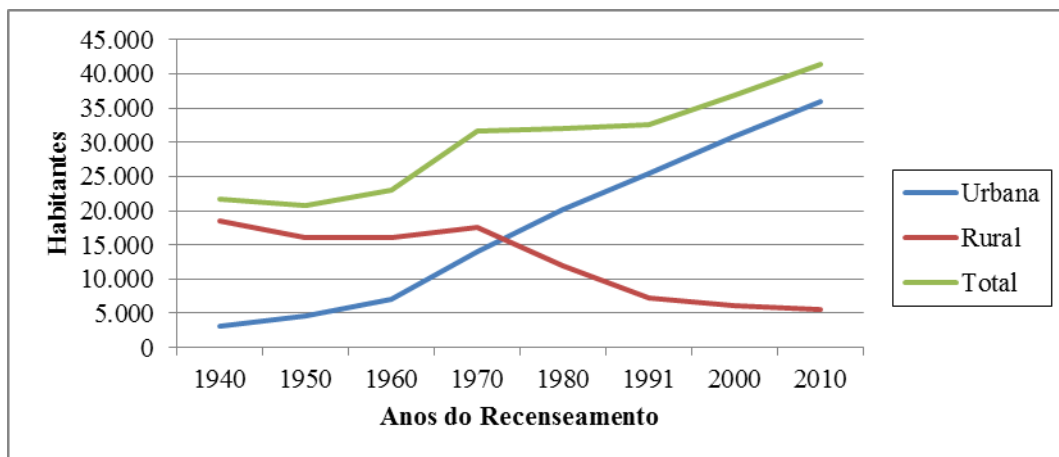
Gráfico 3 – Goiás: número da população rural, urbana e total (1940-2010)



Fonte: IPEADATA (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Gráfico 4 – Morrinhos (GO): número da população rural, urbana e total (1940-2010)



Fonte: IPEADATA (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Conforme ilustrado pelo Gráfico 2, passadas aproximadamente duas décadas do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil torna-se um país com população majoritariamente urbana. Contudo, as origens dessa mudança datam da década de 1930.

Santos (2009) explana que o Brasil a partir da década de 1930, ante as novas condições políticas, passa por um novo impulso de industrialização, com consequências notórias na economia e no território. Contudo, o autor faz uma importante ressalva para o entendimento do termo *industrialização*, pois para ele:

[...] o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como a criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quando os esforços de

equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. (SANTOS, 2009, p. 30 grifo do autor)

Portanto, a industrialização brasileira transforma as bases econômicas anteriormente calcadas no nível regional e as passa para a escala nacional. Ao mesmo tempo, a urbanização, também sustentada pelo crescimento demográfico, torna-se um fenômeno com crescimento acelerado, principalmente nas capitais de estados (SANTOS, 2009).

Nesse sentido, a construção de uma nova capital federal, Brasília, no Planalto Central, carrega valores simbólicos da modernização brasileira em meados do século XX. A interiorização do poder político nacional ressignificou o modo de organização do território. Para a nova capital foi necessária a produção de novas infraestruturas de comunicação e de transportes em áreas do território nacional onde anteriormente eram precariamente atendidas.

Assim, mesmo com a inauguração de Goiânia nos anos de 1930, o impulso maior para o crescimento populacional total e urbano em Goiás somente se deu com o início da construção de Brasília. O Recenseamento de 1920 (o último que antecede a construção de Goiânia) revelou que o estado de Goiás possuía o total de 400.022 habitantes, ao passo que, vinte anos depois, no Recenseamento subsequente, ocorrido em 1940, a população goiana foi para 662.018 habitantes, com aumento de 65,5%.

O período seguinte, entre os Censos de 1940 e 1950 a população total de Goiás sobe mais 52,7%. Por fim, o período entre os Censos de 1950 e 1960, que corresponde o momento em que Brasília era construída e inaugurada, o incremento foi de 57,7%.

Nessa perspectiva, o estado de Goiás se beneficia com a construção de Brasília em meio ao seu território, sobretudo com a construção de instalações elétricas e de infraestruturas de transportes terrestres. Conforme destaca Silva (2007, p. 37):

Em Goiás, até a década de 1950, a malha viária se expandira principalmente em função da construção de Goiânia e do processo de integração comercial [...]. Contudo, a mudança da Capital Federal potencializou o crescimento viário goiano, elevando os 103 km de rodovias federais em 1952 para 2.782 km em 1960, dos quais 590 pavimentados.

Tais incrementos na infraestrutura do território goiano a partir da segunda metade do século XX facilitou a circulação de pessoas e de mercadorias de maneira nunca antes experimentada. Santos (2009) faz uma breve e rica análise das transformações de Goiás:

O caso de Goiás é emblemático. Durante praticamente quatro séculos é, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço *natural*, onde uma agricultura e uma pecuária extensivas são praticadas, ao lado de uma atividade elementar de mineração. Da construção de Goiânia, inaugurada nos anos de 1930, não se conhecem sistematicamente os efeitos dinâmicos. O *novo* urbano chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes, da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do país. Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científico-técnico, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, graças, também, ao equipamento moderno do país e à construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno. (SANTOS, 2009, p. 69 grifos do autor)

Conforme o conteúdo da citação anterior, a construção de Goiânia não representou o elemento indutivo para a retomada de crescimento econômico e urbano de Morrinhos. Pelo contrário, a força atrativa da nova capital de Goiás implicou na redução populacional do município do sul goiano. Somente com a construção de Brasília e os avanços técnico-científicos aplicados na produção agrícola é que Goiás, e especialmente o sul do estado, vão sofrer profundas mudanças estruturais.

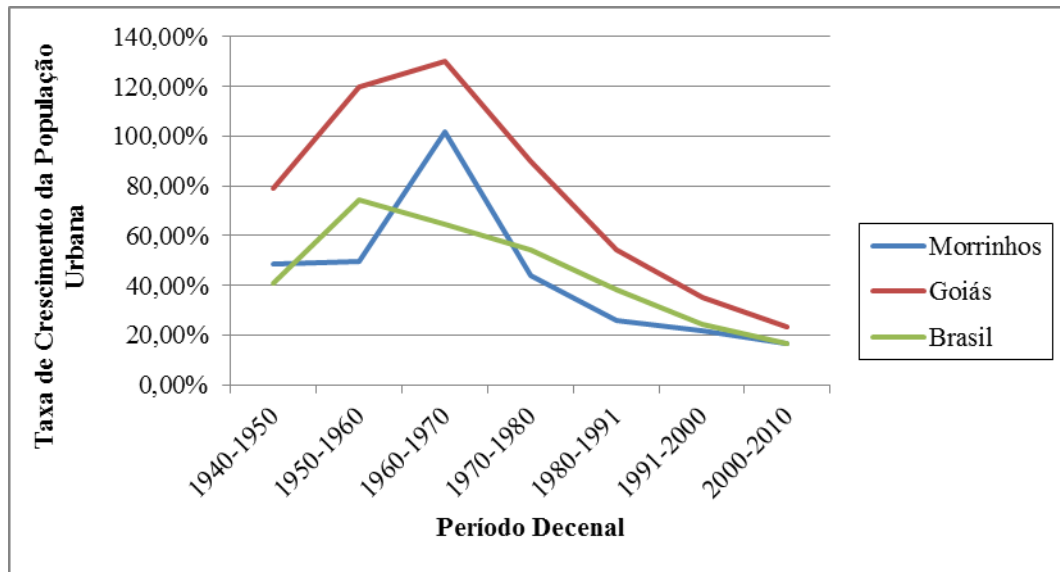
Morrinhos usufrui, num primeiro momento após a inauguração de Brasília, de um vertiginoso arranque no número da população total, saltando de 23.015 habitantes em 1960 para 31.672 em 1970, um crescimento na ordem de 37,6%.

Logo na sequência, por duas décadas, a população total de Morrinhos praticamente se mantém estável, atingindo em 1991 o total de 32.592, ou seja, em vinte anos o aumento foi de apenas 920 pessoas. Contudo, para o mesmo período a população urbana tem um aumento de 80,6%, saindo de 14.063 para 25.395 habitantes, medida que, a população rural teve queda de 59,1%, passando de 17.609 em 1970, para 7.197 habitantes registrados no Censo de 1991. Atualmente, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2015, Morrinhos conta com 44.607 residentes.

Na sequência, o Gráfico 5 permite comparar as taxas de crescimento da população urbana de Morrinhos, Goiás e Brasil. No período temporal analisado, que se estende de 1940 a 2010, o estado de Goiás sempre apresentou taxas de crescimento da população urbana maiores se comparadas com as taxas do Brasil e de Morrinhos.

O pico de crescimento de Goiás se deu na década correspondente aos anos de 1960-1970, no qual obteve a marca de aproximadamente 130%. Em números absolutos, a população urbana saltou de 482.485 para 1.109.501 habitantes.

Gráfico 5 – Brasil, Goiás e Morrinhos: taxa de urbanização (1940-2010)



Fonte: IPEADATA (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Morrinhos apresenta também na década correspondente a 1960-1970 o maior pico de crescimento da população urbana, com a taxa de aproximadamente de 101%, representando em números absolutos a passagem de 6.978 habitantes em 1960, para 14.063 em 1970.

Por sua vez, o pico de crescimento da população urbana no Brasil se deu na década anterior alcançado por Goiás e Morrinhos, portanto correspondente a 1950-1960, cujo incremento foi de 74,5%.

Mais do que a simples troca do local de moradia, do campo em direção à cidade, para a maior parte dos brasileiros, a urbanização guarda relações profundas com a modernização agrícola. Sobretudo para o estado de Goiás e a região no qual Morrinhos faz parte, o processo de modernização agrícola integra o conjunto de mudanças socioeconômicas e espaciais que se desenvolveram no Brasil desde os anos de 1960.

Segundo Santos (2009), à medida que o campo se moderniza, com a necessidade de aquisição de máquinas, insumos materiais e ciência imprescindíveis à produção e ao crédito, de modo indispensável, o território é reorganizado face à demanda e a oferta de bens e serviços. Assim, como resultado da modernização agrícola o consumo produtivo⁶ se expande e passa a representar “uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas.” (SANTOS, 2009, p. 54).

⁶ Santos (2009) explica que durante o período que antecede à modernização agrícola predominavam nas localidades predominantemente rurais o consumo consuntivo, ou seja, que se esgota em si mesmo, por conseguinte, o sistema urbano se reproduzia de acordo com os estratos de renda. Por outro lado, o consumo produtivo é o desdobramento da aplicação de ciência e informação ao território rural.

O autor supracitado afirma que não é o consumo produtivo rural que se adapta às cidades, mas, ao contrário, são as cidades que têm a necessidade de adaptação ante as imposições que advêm, principalmente, das grandes firmas internacionais. Desta forma, os efeitos do consumo produtivo contribuem para a ampliação da escala da urbanização, tanto com o incremento demográfico quanto com o crescimento da economia (SANTOS, 2009).

Nesse sentido, a captura das áreas de Cerrado para a participação no sistema capitalista de produção adveio da necessidade de ampliação da produção agrícola sob o comando da Revolução Verde (BRUM, 1988). Com o discurso de combate a fome, a adoção da Revolução Verde por meio da aquisição do “pacote tecnológico”⁷ foi o caminho escolhido por políticos do Brasil (SILVA, 1981). Todavia, interesses de grandes corporações internacionais, ligados aos setores financeiro e agroindustrial, produziram um processo de subordinação da agricultura à indústria (SILVA, 1982).

As novas fronteiras para a modernização da agricultura no Brasil se deu com a expansão da produção agrícola em áreas do Cerrado no decorrer da década de 1970. Como resultado da política agrícola do país, dois programas foram desenvolvidos e aplicados para a inserção deste domínio morfoclimático à produção moderna, são eles: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – 1975-1982 (POLOCENTRO⁸); e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER⁹).

Mesmo que esses programas não tenham sido implantados inicialmente no município de Morrinhos, seus impactos se estenderam para boa parte do Centro Oeste do país. Por conseguinte, a modernização da agricultura produziu consequências no campo, mas também nas cidades. Conforme Santos (2009, p. 55) destaca:

[...] o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como também da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional. Fortes por sua influência junto ao Estado,

⁷ O pacote tecnológico, conforme explicitado por Silva (1981, p.23), “[...] é uma imposição do grande capital industrial que produz os chamados insumos modernos para a agricultura.” Tais insumos vão desde as máquinas e equipamentos aos fertilizantes, inseticidas, fungicidas, passando também pelas técnicas de correção do pH do solo.

⁸ Sobre o POLOCENTRO ver mais em: COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Brasília-DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, ano X, n. 03, p. 03-58, jul., ago., set., 2001. Edição especial 2001.

⁹ Sobre o PRODECER ver mais em: INOCÊNCIO, M. E. **O PROCEDER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.271 f.

terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem.

Portanto, o autor supramencionado faz uma interpretação notável e que é oportuno frisar; o sistema urbano é modificado para atender os interesses de firmas capitalistas, subjugando até mesmo o poder do Estado em seu território e, mais perversamente, tais firmas *imprimem* na sociedade uma competição desleal entre seus integrantes, cuja consequência imediata é a exacerbação das tensões de todas as ordens, seja de origem social, gênero, étnica, ou outro.

Nesse sentido, para Santos (2009), as cidades locais mudam de conteúdo, com a passagem das cidades dos personagens sociais notáveis (tais como o padre, a professora primária, o telegrafista) para as cidades econômicas (imprescindíveis agora são o agrônomo, o bancário, o piloto agrícola). A cidade transforma-se com a nova divisão do trabalho agrícola, isto é, torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. O autor vai além na sua explanação.

Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e transforme-se na cidade do campo. (SANTOS, 2009, p. 56-57 grifos do autor)

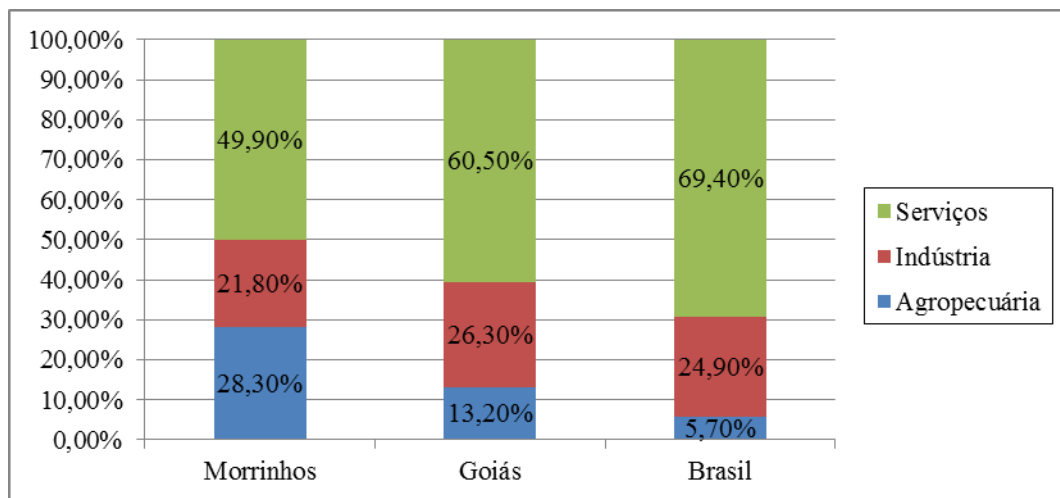
Nessa perspectiva, Morrinhos pode ser considerada uma *cidade do campo* haja vista a participação das atividades agropecuárias na economia do município. Sendo assim, para melhor contextualizar essa *cidade do campo*, a próxima subseção desenvolverá análises sobre as condições econômicas do município, com destaque para a produção agropecuária.

A ideia não é provar que Morrinhos é uma *cidade do campo* ou cidade do agronegócio. A intenção é apresentar e discutir alguns elementos que compõe o plano econômico com destaque para as atividades agropecuárias que vão para subsidiar o entendimento dos demais aspectos que se relacionam com a (re)produção do espaço urbano diante da acumulação capitalista.

1.3 Aspectos econômicos de Morrinhos (GO)

Conforme a caracterização dada ao final da subseção anterior, com designação de *cidade do campo*, Morrinhos apresenta uma dependência econômica com o setor primário (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Brasil, Goiás e Morrinhos: participação dos setores da economia no PIB, 2013



Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

A participação da agropecuária na economia de Morrinhos, em números percentuais, é mais do que o dobro que o mesmo setor representa para o estado de Goiás e quase cinco vezes maior do que representa para a economia do Brasil.

Entretanto, a importância do setor da agropecuária não fica restrita aos números referentes à produção, uma vez que, sua colaboração é irrefutável para o desenvolvimento das demais atividades econômicas desenvolvidas na cidade de Morrinhos, seja no comércio ou serviço especializado para atender ao agricultor ou pecuarista, e/ou nas atividades industriais que dependem da produção oriunda do campo.

A título de exemplo, segundo os dados da Secretaria de Indústria e Comércio disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal¹⁰, a atividade industrial no município de Morrinhos concentra-se no Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO), cuja administração é da Goiás industrial, uma autarquia estatal, do Governo Estadual, ocupando uma área de aproximadamente 146 hectares.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.morrinhos.go.gov.br/industria-e-comercio> > Acesso em: 20 jan. 2016.

As indústrias que estão alocadas no DAIMO são: Mundi Tripas – empresa processadora de derivados de carne, responsável por gerar cerca de 30 empregos diretos; Ecoplast – empresa que fabrica forros em PVC com a geração de 35 empregos diretos; CISAL Alimentos – indústria que produz a polpa de tomate, com a geração de 300 empregos diretos; Indústrias Olé – também é uma indústria do ramo de alimentação, que beneficia polpa de tomate, além das conservas de milho, ervilha, cenoura e batata, com a geração de 600 empregos diretos e; Cooperativa Mista de Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM) – beneficia parte de sua captação de leite para a produção de queijos, doces e derivados lácteos, com a geração de cerca de 670 empregos diretos;

Mais indústrias estão localizadas em outras partes no município de Morrinhos são: Qualitti – indústria frigorífica de aves (sem informação de geração de empregos diretos); Produtos Dez – beneficiadora de tomate e conservas em geral, com a geração de 400 empregos diretos; Central Energética de Morrinhos (CEM) – agroindústria de transformação da cana-de-açúcar em álcool, açúcar e cogeração de energia elétrica, emprega diretamente cerca de 1.000 pessoas.

Os números de empregos formais disponibilizados na homepage do CAGED¹¹ corroboram com o quantitativo de pessoas que trabalham no setor da Indústria de Transformação no município de Morrinhos.

Para o período consultado, referente a janeiro de 2015, o setor industrial era responsável por 3.794 empregos formais do município, num total de 8.414, ou seja, paradoxalmente, o setor com menor participação no PIB municipal é o principal gerador de empregos formais, correspondendo com cerca de 45% do total de empregos.

O setor terciário da economia, por sua vez, com a maior participação no PIB municipal é o segundo maior gerador de empregos formais, com o número absoluto de 3.338, perfazendo 39,6% em termos relativos.

O setor da agropecuária é o que apresenta menor participação no número de empregos formais em Morrinhos, com o quantitativo de 1.049 empregos, representando aproximadamente 12,5%. O restante dos empregos formais, cerca de 2,9 %, advém de outros setores, tais como a Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e outros.

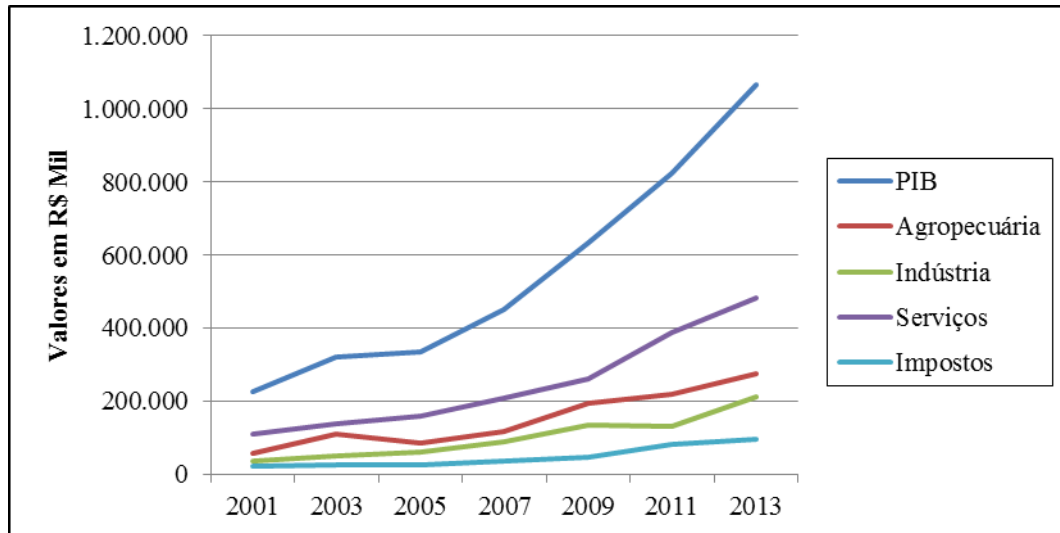
Dando continuidade à análise do plano econômico¹², a evolução do PIB de Morrinhos, entre os anos de 2001 a 2013, conforme dados do IMB, mostram um crescimento

¹¹ Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php> Acesso em: 20 jan. 2016.

¹² Os dados utilizados em referência à evolução do PIB e a produção agropecuária de Morrinhos, bem como de outros municípios da Microrregião Meia Ponte (MRMP), foram coletados no sítio do IMB. Disponível em:

mais contundente a partir de 2005 (ver Gráfico 7). O PIB municipal teve um crescimento na ordem de 372% durante esse período.

Gráfico 7 – Morrinhos (GO): evolução do PIB entre 2001 e 2013



Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

O maior crescimento percentual no período informado foi do setor industrial, com aumento de aproximadamente de 481%. Seguido pela agropecuária com acréscimo na ordem de 372%. Por fim, o menor crescimento foi do setor de serviços, com acréscimo de 341%.

Em contrapartida, o crescimento do PIB per capita do município de Morrinhos para o período entre 2001 e 2013, segundo os dados também disponibilizados pelo IMB, foi de 307%, em valores passou de 5.900 reais para 24.300 reais. Ou seja, o crescimento do PIB per capita ficou bem abaixo se comparado com os setores da economia. Acima somente da evolução apresentada pelo salário mínimo nacional, que para o mesmo período, foi reajustada em 276%, o que representa em valores o salto de 180 reais em abril de 2001, para 678 reais em janeiro de 2013.

Inicialmente, os números da produção de origem animal de Morrinhos são expressivos no contexto regional e surpreendentes quando comparados com o tamanho populacional do município. Apenas para exemplificar o quão expressivo é o quantitativo de animais criados no ano de 2014 e dividindo-os pela população estimada de 2015, chegam-se aos seguintes números: 24,6 cabeças de aves/habitante; 6,4 cabeças de bovinos de

corde/habitante; 2,09 cabeças de vacas ordenhadas/habitante; 1,1 cabeça de suíno/habitante e; 3.710 litros de leite/habitante/ano.

Dentre os cinco principais municípios produtores Microrregião Meia Ponte (Morrinhos, Goiatuba, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina) entre 2000-2014 o efetivo de rebanho bovino de Morrinhos é o maior e equivale a 18,6% do total desta Microrregião cujo número absoluto ultrapassa um milhão e meio de cabeças. Os números expressivos que a região apresenta na atualidade podem ser justificados pelos fatores históricos e geográficos já abordados neste capítulo, que por sua vez, possibilitaram a ocupação do sul de Goiás.

Para o mesmo período, o efetivo de rebanho suíno de Morrinhos é ainda mais significativo dentre os cinco principais produtores da Microrregião Meia Ponte (Morrinhos, Bom Jesus de Goiás, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina). O crescimento maior do quantitativo de cabeças se deu entre 2010 e 2014, cujo acréscimo foi na ordem de 97,6%, representando em números absolutos, respectivamente, de 15.910 para 50.000 cabeças.

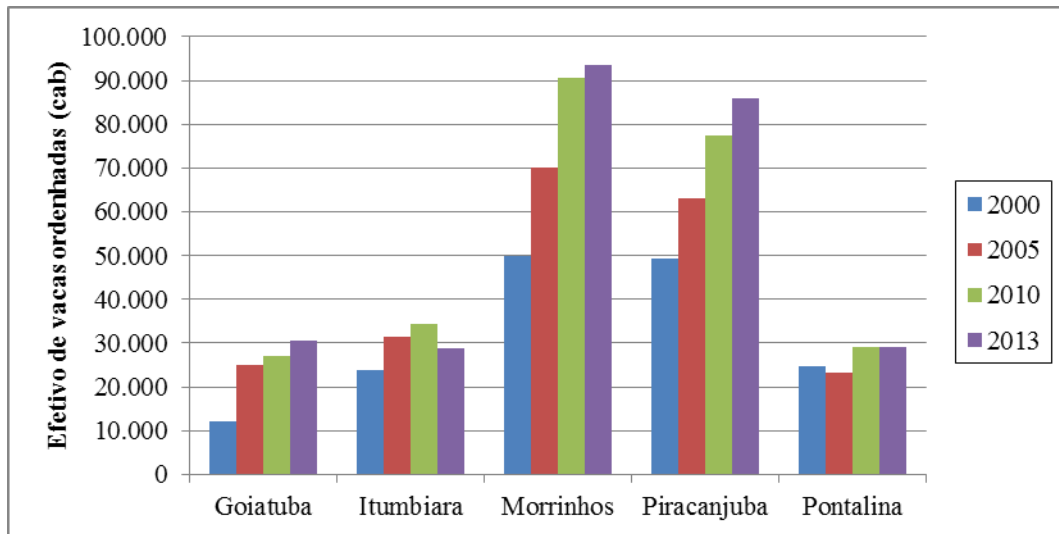
Em relação ao efetivo de aves, Morrinhos apresenta em 2014 o segundo maior efetivo regional, com o total de aproximadamente um milhão e cem mil cabeças, correspondendo a 14,4%. Neste caso específico, o município de Buriti Alegre responde por cerca de 71% do total da região, com o total de mais de cinco milhões de cabeças de aves, devido a presença da empresa processadora de aves Sadia.

Outras duas produções de origem animal de destaque em Morrinhos são o efetivo de vacas ordenhadas e a produção de leite (Gráficos 8 e 9). A região do sul de Goiás é conhecida por ser uma importante bacia leiteira no estado, cuja produção é alavancada por duas indústrias de laticínios: a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM¹³) fundada em 1978 na cidade de Morrinhos; e a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba (COAPIL), fundada em 1968 na cidade de Piracanjuba.

O quantitativo do efetivo de vacas ordenhadas em Morrinhos aumentou em 87,4% no período de 2000 a 2013. Em comparação com o efetivo da MRMP, a localidade perfaz 23,7% do total.

¹³ Sobre a COMPLEM e o seu processo de estruturação e consolidação do circuito espacial ver: SILVA, M. V. NEVES, D. R. Consolidação do Circuito Espacial da Produção da Complem: tramas espaciais e espaços de fluxos no sul goiano. In: SILVA, M. V. PESQUERO, M. A. (orgs). **Caminhos Interdisciplinares pelo Ambiente, História e Ensino: o sul goiano no contexto**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012, p.147-163.

Gráfico 8 – Morrinhos, Goiatuba, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina (GO): evolução do efetivo de vacas ordenhadas nos anos 2000-2013

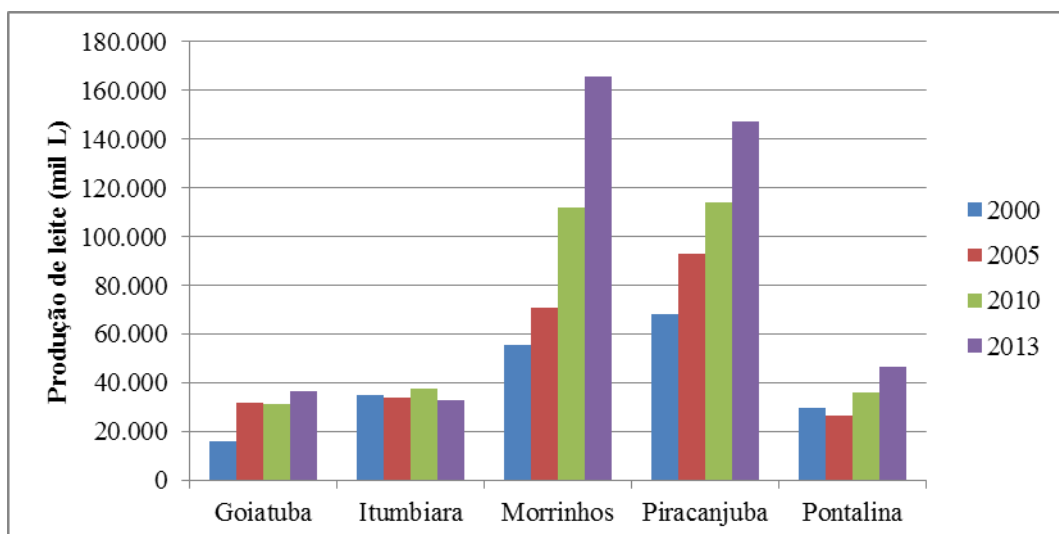


Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

Por conseguinte, a produção de leite apresenta resultados expressivos no contexto regional e estadual. A produção de leite da MRMP, no ano de 2013, atingiu o total de 593 milhões de litros, representando cerca de 16% da produção goiana, o que a classifica como a região com maior produção do estado de Goiás.

Gráfico 9 – Morrinhos, Goiatuba, Itumbiara, Piracanjuba e Pontalina (GO): evolução da produção de leite (mil L.), nos anos 2000-2013



Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B.L. (2015)

Dentre os municípios elencados na figura anterior, somente Morrinhos responde por aproximadamente 28% da produção da MRMP, seguido por Piracanjuba, com 25%. Vale destacar que o beneficiamento de leite pelas cooperativas instaladas nesses municípios, a COMPLEM e a COAPIL, juntas industrializam cerca de 24% do total da microrregião, o que representa em valores próximos o montante de 140 milhões de litros por ano¹⁴.

O município de Morrinhos também se destaca regionalmente na produção agrícola, sobretudo com a produção de grãos, cuja composição principal é de soja e milho, que juntos correspondem por 89,5% do total. Somente a soja é responsável por 69% desse montante, com a produção de 105,6 mil toneladas. O milho, por sua vez, com a produção de 31,4 mil toneladas.

Dentre os cinco municípios com maior produção de grãos na MRMP, Bom Jesus de Goiás e Goiatuba se evidenciam, cuja participação de cada um é, respectivamente, de 15,2% e 14,9%. Morrinhos, por sua vez, é o quarto maior produtor com a participação de 10,3%.

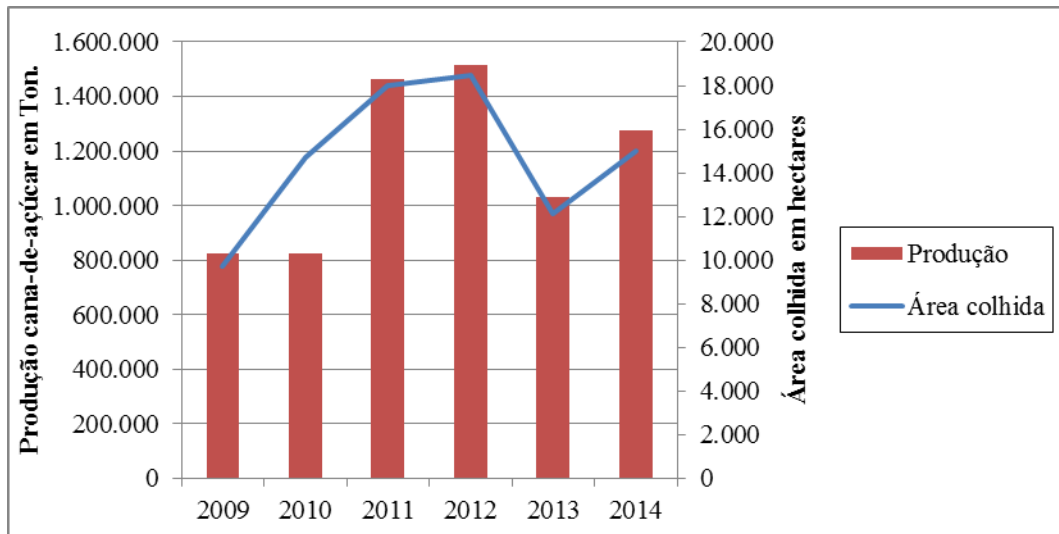
A produção de tomate é também bastante relevante em Morrinhos, posicionando-o como terceiro maior produtor do estado de Goiás, com mais de 125 mil toneladas no ano de 2014, volume que representa 83,2% do total da MRMP.

Por sua vez, cultivos tradicionais e, sobretudo, que são responsáveis por boa parte da alimentação dos brasileiros, têm perdido espaço para a produção de cultivos destinados à exportação. A área colhida de arroz que em 2005 era de 2 mil hectares, sofreu redução na ordem de 90%, ou seja, em 2013, a área colhida foi de 200 hectares. A produção que foi de 3,6 mil toneladas de arroz em 2005, caiu para 240 em 2013. O feijão também apresentou redução tanto em área quanto em produção, ao passo que, em 2005 a área colhida foi de 4,9 mil hectares, com produção de 14,1 mil toneladas, o ano de 2014 teve área colhida reduzida para 1,8 mil hectares com produção de 5,4 mil toneladas.

A redução tanto de área colhida quanto de produção de arroz e de feijão pode ser justificada com a expansão da cana-de-açúcar na MRMP, mas em especial em Morrinhos. Contudo, as informações obtidas na *homepage* do IMB, antes de 2009, não há registro da produção de cana-de-açúcar neste município. Desde o fim das obras e início do beneficiamento da cana pela usina Central Energética de Morrinhos (CEM) no ano de 2010, tanto a área para plantio quanto a produção têm tido crescimento (ver Gráfico 10).

¹⁴ Os dados sobre o volume do beneficiamento de leite da COAPIL foram obtidos no sítio eletrônico da empresa. Disponível em: < <http://www.coapil.com.br/coapil/empresa.php> > Acesso em: 03/02/2016. Os dados da COMPLEM foram coletados em SILVA (2012).

Gráfico 10 – Morrinhos (GO): evolução da produção de cana-de-açúcar em toneladas e da área colhida em hectares de 2009 a 2014

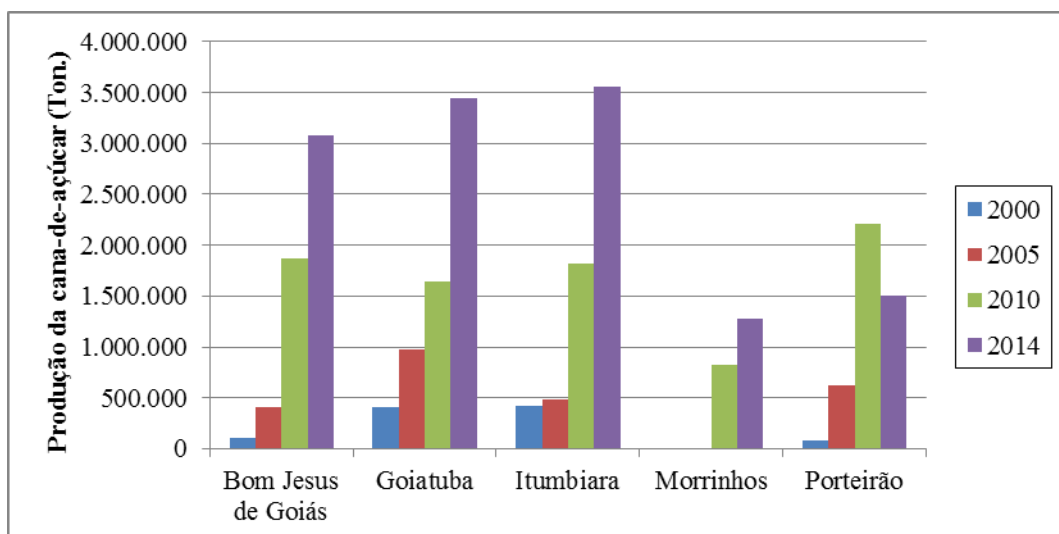


Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

O cultivo da cana-de-açúcar já era expressivo na MRMP antes de 2009, ano de referência para produção em Morrinhos, uma vez que, a presença e o funcionamento de usinas que beneficiam o produto e transforma-o em álcool, açúcar e energia, estão na microrregião desde o início da década de 1990. A seguir, o Gráfico 11 elenca os cinco municípios com maior produção de cana-de-açúcar em 2014.

Gráfico 11 – Morrinhos, Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Itumbiara e Porteirão (GO): produção de cana-de-açúcar (T.), 2000-2014



Fonte: IMB (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

Segundo os sindicatos ligados ao setor canavieiro¹⁵, o estado de Goiás possui 40 usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, sendo que 9 delas estão instaladas na MRMP, representando 22,5% do total. Com destaque para os municípios de Itumbiara e Goiatuba que possuem duas usinas em seus territórios. Além de Morrinhos que possui uma usina, os outros municípios da MRMP são: Vicentinópolis, Cachoeira Dourada, Bom Jesus de Goiás e Porteirão.

Todas as informações inseridas e analisadas nesta subseção, no que tange ao plano econômico, têm o objetivo de fornecer algumas bases para a discussão das condições em que o espaço urbano de Morrinhos é (re)produzido. Em outras palavras, o plano econômico possui relação dialética com o plano social e espacial. Portanto, para compreender as condições de (re)produção do espaço, independente da escala de análise, é importante conhecer as produções materiais e imateriais advindas das mais diversas atividades produtivas que permitem com que a sociedade se reproduza num determinado tempo e espaço.

O intento pela exposição dedicada ao plano econômico, com ênfase na produção agropecuária, foi o de fornecer elementos factuais à produção de riquezas do município de Morrinhos. O empenho a seguir será a de relacionar a produção de riquezas com a (re)produção do espaço considerando os respectivos elementos socioespaciais.

Diante das características econômicas de Morrinhos é contraditório que o espaço urbano padeça de condições estruturais e organizacionais adequadas para boa parte dos habitantes. Nesse sentido, a subseção a seguir dedicar-se-á à exposição e debate de algumas condições sociais e urbanísticas de Morrinhos, com base, sobretudo, no Censo do IBGE de 2010.

1.4 Análise de alguns elementos socioespaciais de Morrinhos (GO)

As características urbanísticas e sociais de Morrinhos que serão evidenciados nesta subseção foram baseadas em informações do Censo de 2010. Por conseguinte, acredita-se que o intervalo de tempo, entre a realização do Censo e desta pesquisa, não seja tão significativa a ponto de invalidar as análises desenvolvidas a seguir.

Nesse sentido, a realidade socioespacial em investigação é o resultado das relações históricas de diferentes planos (político, econômico e social) no território de Morrinhos, sendo

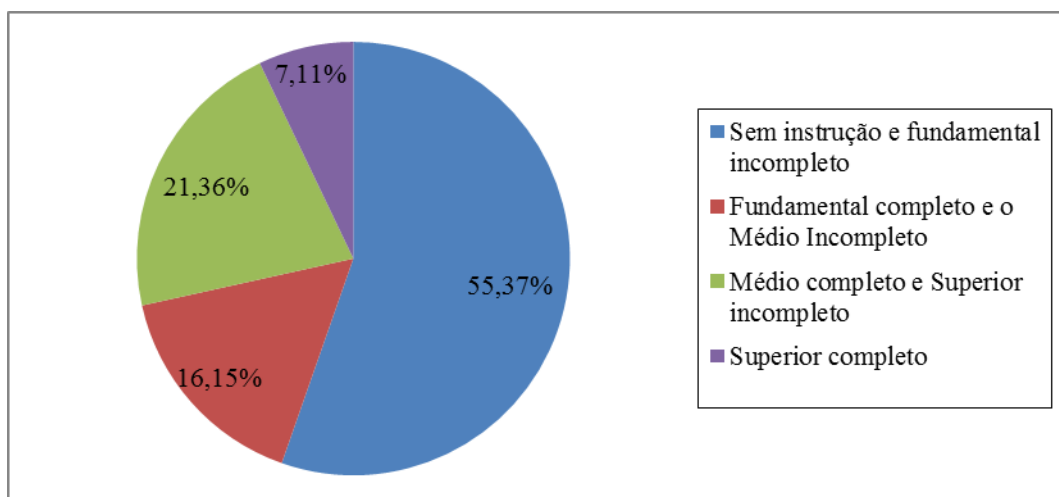
¹⁵ Fonte SIFAEG (Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás), disponível em: < <http://www.sifaeg.com.br/> > Acesso em: 05 fev. 2016.

assim, mesmo com modificações qualitativas e quantitativas desses planos, a transformação radical das condições espaciais e sociais não acontecem tão rapidamente.

Morrinhos se insere na MRMP como o município de maior área territorial, com aproximadamente 2.846 km², e sua população relativa no ano de 2010 representou 11,5% do total da microrregião. Tais características dão ênfase a Morrinhos no cenário regional, contudo, são as suas características sociais que merecem evidência.

Na sequência, o Gráfico 12 revela mais do que uma gravidade social no quantitativo de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, ou seja, não é somente ou simplesmente a falência da política educacional no município de Morrinhos ou no país, mas, também expõe os interesses ideológicos que tal condução política se dispõe.

Gráfico 12 – Morrinhos (GO): percentual de população urbana de 10 anos ou mais de idade de acordo com a escolaridade, 2010



Fonte: IBGE (2010)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Dos 35.795 habitantes urbanos de Morrinhos, de acordo com o Censo de 2010, aproximadamente 20 mil deles declararam não ter instrução ou no máximo possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, a situação de vulnerabilidade social advinda pela baixa ou ausência de escolaridade torna-se mais do que uma característica, é também um fator que produz desdobramentos sociais cruéis e desumanos.

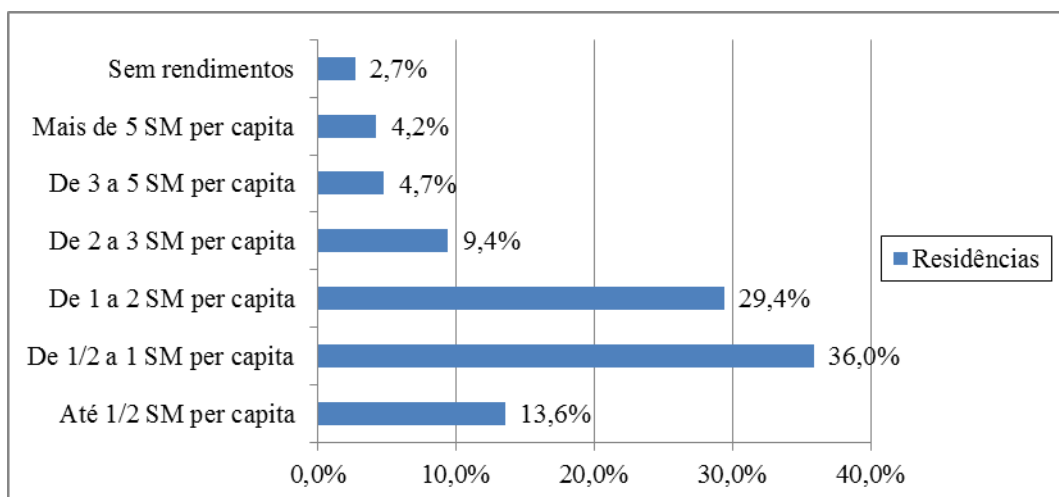
Paradoxalmente à situação do nível de instrução dos habitantes de Morrinhos, segundo os dados do IMB, o número de estabelecimentos de ensino foi reduzido de 51 no ano 2000, para 41 em 2010. O número total de alunos matriculados também reduziu de 10.733 no ano 2000, para 9.879 alunos em 2010. Tal situação de queda tanto dos estabelecimentos de

ensino quanto de alunos matriculados não é exclusivo de Morrinhos, pois, outros municípios da MRMP também apresentaram redução proporcionais, como Piracanjuba e Pontalina.

A baixa escolaridade de parte considerável da população é um fator importante para designar o tipo de emprego e a renda do trabalhador. Sobre esse último elemento, o Gráfico 13 ilustra, de certa forma, o tamanho da desigualdade de renda.

Uma contradição, que é ao mesmo tempo um atributo do sistema capitalista, é expressa pela divulgação dos valores do PIB per capita. Pois, Morrinhos apresenta em valores do PIB para o ano de 2013, o equivalente a 1,063 bilhão de reais e, por conseguinte, dividindo esse valor pelo total da população de Morrinhos, estimada para o mesmo ano o montante de 43.788 habitantes, o resultado alcançado é de 24.318,32 reais por habitante em 2013. Contudo, a realidade de renda per capita apresentada pelos dados do Censo de 2010 não revela tamanha equidade.

Gráfico 13 – Morrinhos (GO): rendimento mensal domiciliar per capita, 2010



Nota da Figura: O Salário Mínimo (SM) de 2010 era de 510,00 reais.

Fonte: IBGE (2010)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Do total de 14.236 domicílios particulares permanentes mensurados pelo IBGE em Morrinhos no ano de 2010, mais da metade (52,3%) apresentou renda domiciliar per capita de até um salário mínimo¹⁶. A situação de vulnerabilidade econômica e social é pior para aqueles que declaram estar sem rendimentos, ou seja, 2,7% dos domicílios, e também para 13,6% cuja renda per capita mensal é de até meio salário mínimo. Isto é, a baixa renda desses moradores é um fator importante, pois, influencia a forma de inserção destes no espaço urbano, bem como as condições de uso, produção e consumo.

¹⁶ O salário mínimo nacional no ano de 2010 era de 510,00 reais.

Para que o morador alcançasse o valor do PIB per capita, conforme é divulgado pelos órgãos de estatísticas, seriam necessários rendimentos na ordem de 3,97 salários mínimos mensais por pessoa. Portanto, a quantidade de domicílios em Morrinhos que se enquadra ao nível de renda conforme o PIB per capita é a exceção, e não a regra. Pois, para 49,6% das moradias cuja renda per capita mensal é de até um salário mínimo, o per capita anual é de 6.120 reais, o que equivale aproximadamente a um quarto do PIB per capita de 24.318,32 reais.

Nesse ínterim, a análise geográfica do mercado de trabalho parte do interior das complexas relações sociais de suas características espaciais, bem como as expressões territoriais, que por sua vez, irão se traduzir em marcos do tempo-espaço da relação capital-trabalho. Tendo em vista a complexidade do processo de reestruturação produtiva do capital, alavancado pela competitividade, a característica do trabalho também sofre profundas mudanças, culminando em alterações no espaço e no território (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

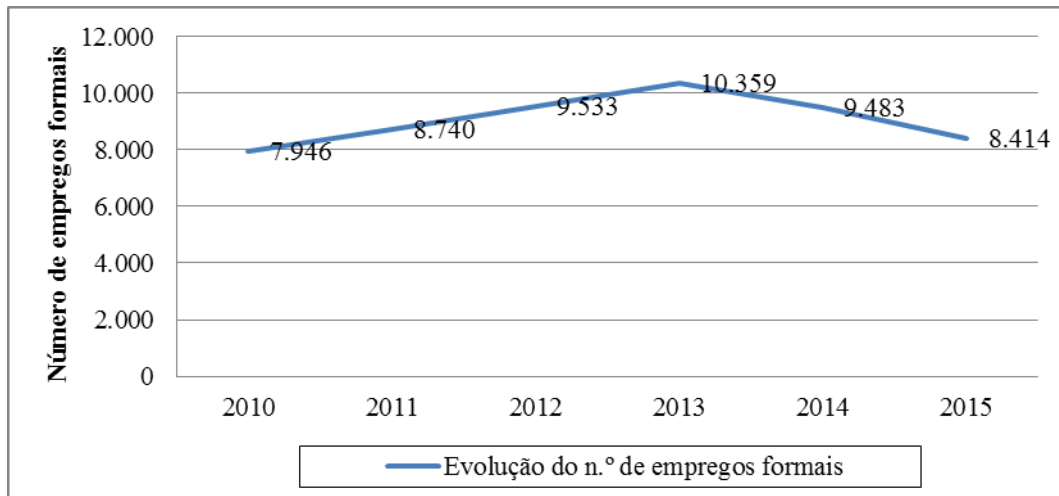
A evolução do emprego formal em Morrinhos é um indicador interessante para compreender, de certa forma, como o sistema capitalista apodera da força de trabalho e da capacidade laboral do trabalhador em busca de sua reprodução e reinvenção diante das crises econômicas. Isto posto, especialmente o trabalho formal passa por transformações quanto ao regime de trabalho, bem como na precarização e exploração dos trabalhadores e no sistema de assalariamento.

Na sequência serão cruzadas as informações referentes ao número de emprego disponibilizado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, e o saldo de empregos formais divulgado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do mesmo Ministério.

Considerando os números da evolução do quantitativo de emprego, conforme apresentado pelo Gráfico 14, é possível verificar que a queda do número total de empregos é mais acentuada no período de 2014-2015 se comparada ao período de crescimento entre os anos de 2010-2013.

Ressalta-se que os dados divulgados pela RAIS/MTE recolhe as informações de vários tipos de trabalhadores conforme sua condição, tais como: trabalhador avulso, temporário, menor aprendiz, com contrato de trabalho por tempo determinado, entre outros.

Gráfico 14 – Morrinhos (GO): evolução do número de empregos, 2010-2015



Fonte: IMB (2016) – Os dados referentes aos anos 2010 a 2014; e RAIS/MTE (2016) – dado referente ao ano de 2015.

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Complementarmente, a Tabela 1 informa o saldo de empregos formais como o resultado da diferença entre o número de admissões e o número de desligamentos registrados pelo sistema do CAGED/MTE. Verifica-se uma ruptura considerável no saldo positivo de empregos formais entre os períodos anuais de 2010-2013 e 2014-2015.

Tabela 1 – Morrinhos (GO): evolução do saldo de emprego formal, 2010 a 2015

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Morrinhos (GO)	793	872	641	861	-547	-624

Fonte: CAGED/MTE (2016)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016).

Nesse sentido, conforme os dados da RAIS, durante o período de 2010 a 2013, o número de empregos criados foi de 2.413, ao passo que, o número de empregos formais divulgado pelo CAGED foi maior, com o saldo de 3.167 para o mesmo período. Ou seja, durante o período de crescimento das atividades econômicas o processo de formalização das relações de trabalho torna-se uma característica, ou seja, o empregador passa a utilizar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como regime regulador da relação. Os motivos para a formalização podem ser diversos, mas, perpassa pelo pressuposto de garantir ou estabilizar o trabalhador no posto de trabalho.

Contudo, se observado o número de emprego entre 2014 e 2015, houve redução de 1.945, sendo que, destes, 1.171 foram vagas de trabalhos formais. Assim, os empregos

formais são mais sensíveis às mudanças econômicas, tanto nos momentos de crescimento quanto de recesso da atividade econômica.

Todavia, se analisado a evolução de empregos formais por setores da atividade econômica, é notória a diferença entre os setores no que tange ao saldo acumulado entre os anos de 2010 a 2015 (tabela 2).

Tabela 2 – Morrinhos (GO): Saldo de empregos formais por setores da atividade econômica, 2010-2015

Setores da economia	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Saldo
Indústria de Transformação	626	194	539	272	91	-491	1.231
Construção Civil	-71	4	22	44	42	-11	30
Comércio	93	135	22	72	-47	-23	252
Agropecuária	48	457	-63	385	-667	-89	71
Serviços	10	82	120	68	34	-8	396
Outros	-3	0	1	20	0	-2	16

Fonte: CAGED/MTE (2016)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016).

Os setores que mais se destacaram na geração de novos postos de trabalho formal neste período foram da indústria de transformação e de serviços. Ambos os setores apresentaram saldo negativo no ano de 2015. Os demais tiveram no mínimo dois anos com saldo negativo. Aliás, o ano de 2015 registrou saldo negativo em todos os setores da economia.

Vale observar que no ano de 2015 a diferença do salário médio de admissão em Morrinhos entre os setores da economia não é relevante, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Morrinhos (GO): salário médio de admissão em 2015.

IBGE – Setor	Salário médio de admissão (R\$)
Indústria de Transformação	1.030,04
Construção Civil	1.144,12
Comércio	959,98
Serviços	1.049,37
Agropecuária	1.007,33

Nota da Tabela 3: Os valores em reais são referentes aos meses de janeiro a novembro de 2015.

Fonte: CAGED/MTE (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Nenhum dos setores apresentados na Tabela 3 remunera, em média, acima de um salário mínimo e meio¹⁷, ou seja, com valor de 1.182,00 reais no ano de 2015.

Outro ponto ligado à dimensão do trabalho e que merece ênfase é a relação existente entre as ocupações que mais desligaram trabalhadores e as ocupações que mais admitiram durante o ano de 2015. Dado que, quando se detalha as ocupações e seus salários de admissão pode-se notar um processo mais sério no que tange às transformações na oferta de trabalho remunerado.

As cinco ocupações que mais admitiram em Morrinhos, no ano de 2015, somaram 409 empregos (Tabela 4), dentre estas, nenhuma tinha salário médio inicial de admissão superior a um salário mínimo e meio.

Tabela 4 – Morrinhos (GO): ocupações com mais admissões em 2015.

Ocupação	Saldo (admissões)	Salário médio de admissão (R\$)
Trabalhador da cultura de milho e sorgo	257	969,48
Alimentador de linha de produção	84	887,26
Auxiliar de escritório	27	877,42
Ajudante de confecção	25	881,55
Montador de estruturas metálicas	16	1.118,73

Nota da Tabela 4: Os valores em reais são referentes aos meses de janeiro a novembro de 2015.

Fonte: CAGED/MTE (2015)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

A ocupação que mais contratou não era a que apresenta o maior salário médio de admissão e, por outro lado, a ocupação com melhor salário inicial, foi a que menos contratou.

Para o mesmo período, as cinco ocupações que mais demitiram somaram um total de 428 (Tabela 5). Duas ocupações que mais demitiram em Morrinhos no ano de 2015 tinham o salário médio de admissão acima de um salário mínimo e meio.

¹⁷ O valor do salário mínimo para o ano de 2015 foi de 788,00 reais.

Tabela 5 – Morrinhos (GO): ocupações com mais demissões em 2015

Ocupação	Saldo (admissões)	Salário médio de admissão (R\$)
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	-238	1.282,17
Trabalhador volante da agricultura	-71	866,30
Tratorista agrícola	-67	1.326,24
Cozinheiro (conservação de alimentos)	-30	908,94
Vendedor de comércio varejista	-22	889,31

Nota da Tabela 5: Os valores em reais são referentes aos meses de janeiro a novembro de 2015.

Fonte: CAGED/MTE (2016)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016).

Verifica-se a clara tendência de substituição de empregos de remuneração mais alta por empregos que remuneram menos. Sobre isso, Harvey (2011) elucida como é calculada a taxa de salário real.

[...] é definida pelos custos de fornecimento dos bens e serviços necessários para reproduzir a força de trabalho em um determinado padrão de vida aceitável. O que é ‘aceitável’ ou ‘dado’ é um produto da luta de classes, das normas costumeiras e dos pactos sociais [...] realizados normalmente dentro de alguma organização social territorializada. (HARVEY, 2011, p. 58-59)

Nesse sentido, ressalta-se a fragilidade da organização social do trabalhador enquanto barreira para a própria melhora salarial. Essa fragilidade pode ser explicada a partir das condições históricas do local e pela forma de expansão do capitalismo agroindustrial e financeiro no interior do Brasil.

A ausência do *empoderamento* na organização do trabalho faz com que a classe trabalhadora se torne, cada vez mais, subserviente aos interesses do capital. Nesse caso, se os trabalhadores não estão organizados (politicamente e sindicalmente) os salários são regulados apenas pelos capitalistas, restando aceitarem as condições que lhes são impostas. Nesse sentido, a relação capital-trabalho torna-se demasiadamente desigual, pois ela é mediada pela escolha de tecnologias e formas organizacionais, na qual o capital fica mais poderoso e o trabalhador mais fraco (HARVEY, 2011).

O trabalhador além de estar alienado em relação ao produto do seu trabalho, “[...] está alienado também da sua identidade com o semelhante (ser social), não se reconhecendo mais como proletário, mas como bancário, motorista, químico, professor, etc.” (TOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 488). Desse modo, a reduzida organização política e/ou *negação* da luta de classes leva o trabalhador a um processo de alienação que é cruel, pois este passa a não se

reconhecer como pertencente à classe trabalhadora, mas sim como um *colaborador* na reprodução do capital.

Todas essas questões ligadas à dimensão do trabalho estão associadas às garantias das condições de vida em padrões dignos. Caso os salários não sejam compatíveis com as condições mínimas para a sobrevivência digna, com o passar do tempo, os impactos negativos no modo de reprodução da sociedade serão acentuados, com reflexos principalmente para o espaço urbano, como por exemplo, a segregação socioespacial da moradia, do acesso ao lazer, à saúde, educação etc..

As transformações que o capitalismo impõe à organização do trabalho repercutem em escala global, entretanto, suas consequências são sentidas e vividas no lugar. A substituição dos empregos com maior remuneração para os de menor remuneração torna a vida do trabalhador ainda mais difícil, agravando sua exclusão social. Na medida em que o espaço urbano é resultado das forças divergentes e antagônicas entre diferentes atores sociais e econômicos, a segregação socioespacial torna-se aguda.

Compreender o conteúdo e a característica espacial do trabalho é fundamentalmente desvendar as origens das contradições dos processos sociais para a formação territorial, com ênfase à análise local, mas sem se desvincular com os níveis escalares superiores.

Assim, o desenvolvimento deste capítulo privilegiou a exposição de alguns fatores históricos que se relacionam com a formação social do município de Morrinhos, mas também, a seleção de alguns componentes dos planos econômico e social na contemporaneidade.

A concentração de riquezas é uma característica histórica de Morrinhos, uma vez que, o crescimento da economia não se traduziu em qualidade para a reprodução socioespacial, como pode ser observado nos indicadores de escolaridade e de renda da população do município. Dito de outro modo, a boa capacidade produtiva e de geração de riquezas local não representou ganhos à estrutura social, pelo contrário, a própria fragilidade social foi forjada para ser mais um instrumento de dominação.

O crescimento da produção agropecuária e dos outros setores, bem como do número de empregos, não representa uma elevação qualitativa do nível de vida dos moradores de Morrinhos. Pelo contrário, *novas* contradições são produzidas para assegurar a reprodução do capital, mesmo que os desdobramentos socioespaciais sejam cruéis para parte considerável dos habitantes da cidade.

A produção de desigualdades é assim justificada pelo sistema, visto que, a formação de um contingente populacional de baixa escolaridade sustenta um conjunto de empregos com baixa remuneração, cuja instabilidade das garantias legais também é parte do cotidiano da

classe trabalhadora. Paradoxalmente, a (re)produção do espaço urbano com vistas à manutenção das desigualdades sociais e espaciais é rentável economicamente.

Para além do fator econômico (dado objetivo e com grande força de influenciar as relações socioespaciais), é necessário elucidar outras premissas que interpelam a vida do trabalhador e que influenciam a maneira dele produzir e usar o espaço urbano, sobretudo o espaço da habitação e da vizinhança enquanto condição material e necessidade objetiva para a reprodução da vida, pois são espaços que conectam a vida privada e a vida social.

O capítulo seguinte desenvolverá uma perspectiva interpretativa que terá a habitação como eixo principal da análise do espaço urbano de Morrinhos. Contudo, a opção pela habitação de interesse social terá o intento de desvendar parte das intencionalidades políticas e ideológicas que subjazem os processos socioespaciais que compõem a realidade urbana em questão.

2 MORRINHOS (GO) E HABITAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Após uma breve exposição das condições históricas, econômicas e sociais de Morrinhos (GO) realizada no capítulo anterior, que por sua vez, ajudaram a apreender parte do modo de (re)produção do espaço urbano a partir de um plano superior da realidade, portanto, o foco deste capítulo será apresentar a habitação¹⁸ como um elemento analítico de suma importância para a Geografia Urbana. E ainda, o propósito também será compreender o modo de intervenção do Estado a partir das políticas habitacionais, bem como refletir sobre as principais características gerais dos domicílios de Morrinhos.

2.1 Habitação: entre o habitar e o habitat

A opção pela abordagem da questão da habitação, vai além da análise da produção da paisagem urbana, tais como, a construção de grandes condomínios populares em dada área da cidade. Buscar-se-á compreender as condições sociais, políticas e econômicas (sobretudo ideológicas) que conduzem a redução de um direito, o direito à cidade, à satisfação limitada da posse de uma casa, sem a mesma ser de fato uma habitação.

O aspecto fundamental da cidadania, o direito à habitação torna-se a principal luta especial da população urbana. Nesse sentido, a questão da habitação passa a ser objeto de análise de várias ciências e áreas profissionais e, ao mesmo tempo, campo de intervenção político-ideológico.

Conforme Vêras e Bonduki (1986, p. 40, grifos dos autores), vista “[...] como ‘problema’, como crise, como espaço privado, como direito fundamental do cidadão, se associada à propriedade como símbolo de *status* e ascensão social, mercadoria e investimento, a habitação, em sua complexidade, comporta vários enfoques.”

E é justamente essa complexidade de enfoques que o estudo sobre a habitação torna-se relevante e, ao mesmo tempo, um desafio para a apreensão da realidade socioespacial da cidade capitalista.

Vide o contexto urbano da reprodução capitalista, a habitação é indispensável para a reprodução da força de trabalho, pois, é o espaço para a reprodução da vida, individual e

¹⁸Nota de esclarecimento: Mesmo que as noções dos termos: *casa*, *moradia* e *habitação* tenham diferenças qualitativas, para o desenvolvimento desta seção se utilizará os termos enquanto sinônimos. Entretanto, quando necessário, serão feitas distinções ou complementações nas definições dos termos supracitados conforme o entendimento de diferentes autores que trabalham a temática da habitação. Caso seja oportuno conhecer algumas diferenças conceituais, ver mais em: SCHWEIZER, P. J.; JÚNIOR, W. P. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, set./out. 1997, p. 54-69.

familiar, lugar privilegiado para a produção dos valores de uso e do consumo. Mas, é também um bem permutável por outro de valor equivalente, é valor de troca e, nesse sentido, além de um produto, é uma mercadoria (VÉRAS; BONDUKI, 1986). Uma mercadoria, cuja produção e consumo adquirem aspectos sociais amplos, que vão desde ao atendimento às necessidades básicas do indivíduo (abrigo) ao consumo dos signos (sociais) e valores associados à ela.

Diante de uma racionalidade limitada (lógica produzida pelo mundo da mercadoria, do dinheiro e do valor de troca) a sociedade urbana passa a se expressar diante da forma urbana, que por sua vez, irá limitar a “[...] simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado.” (LEFEBVRE, 2001, p. 87).

Destarte, enquanto mercadoria, a habitação é um bem caro, cuja representação monetária em geral se eleva com o tempo. Portanto, é um produto que, ante certas condições (física-estrutural, localização, etc.) não se deprecia uma vez adquirido e utilizado, pelo contrário, torna-se investimento.

Não obstante, o discurso construído por intenções ideológicas conservadoras em torno da *conquista da casa própria* limitou-se à função de abrigar, desvinculada dos equipamentos e serviços urbanos, que por sua vez, criam as condições mínimas para alcançar a cidadania (VÉRAS; BONDUKI, 1986).

Submetida a essa lógica, a cidade produz e é produzida pela desigualdade de classes, proliferando áreas segregadas e acentuando a espoliação urbana. Em seguida, a crise que se anuncia é a crise urbana, sendo a crise da habitação apenas uma parte.

Como adverte Santos (2013, p. 31, grifos do autor), se há crise, inicialmente, trata-se de uma

[...] *crise global*, sendo a *crise urbana* apenas um epifenômeno. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização da economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos.

Nesse sentido, o sistema mundial de produção e consumo sob a égide do capitalismo encontra-se na raiz da crise. Embora a crise urbana possa dispor de aspectos gerais comuns como a poluição ambiental, os custos psicológicos (transtornos mentais) e sociais, contudo, não se apresenta da mesma maneira nos países centrais e periféricos. Nos países periféricos destacam-se a urbanização acelerada, a massa de desempregados e dos subempregados, as

grandes diferenças de renda e nível de vida, a carência de serviços essenciais, as dificuldades de alojamento, os *déficits* alimentares (SANTOS, 2010, p. 151).

Com destaque para as dificuldades de alojamento para uma parcela considerável da população urbana, quer por não possuir meios para comprar ou alugar moradias, são formuladas discussões e proposições políticas em torno da crise ou *déficit* habitacional. Conforme Engels (1979) assevera sobre a crise da habitação, o fato universal não reside na má condição de alojamento em que a classe operária se encontra. E continua:

Essa crise do alojamento não é particularmente do momento, não é tampouco um daqueles males que sejam próprios do proletariado moderno e o distinguiria de todas as classes oprimidas que o precederam; antes pelo contrário, todas as classes oprimidas de todos os tempos foram algum tanto atingidas. Para pôr fim à crise da habitação não há senão um recurso: eliminar pura e simplesmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. (ENGELS, 1979, p. 1)

Para o autor, a ideia de que o trabalhador deve comprar sua habitação é uma posição reacionária e que, no entanto, não dá solução definitiva ao problema. Engels (1979, p. 14 grifos do autor) observa ainda que já há “[...] nas grandes cidades, imóveis de habitação suficientes para remediar sem demora, pelo seu emprego racional, a ‘verdadeira crise do alojamento’.”

Desse modo, ao se formular e sustentar o discurso em torno de questões isoladas, tais como a *crise* ou o *déficit habitacional*, esquiva-se do real problema, que é a produção da pobreza e do direito à propriedade privada.

Longe de ser uma situação transitória, por mais que a ideologia dominante tente afirmar o contrário, a pobreza está na origem de boa parte dos problemas sociais. Cabe destacar a definição de pobreza de Santos (2013), dada a profundidade filosófica e conceitual, pois, para o autor:

A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam frequentemente à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, muda ao longo do tempo; a definição dos fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar de que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. [...] A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma

categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 2013, p. 18)

A centralidade que a pobreza deve ocupar nas análises das ciências sociais é, em primeiro lugar, no sentido de ir à gênese de boa parte dos problemas sociais, para que em seguida, seja o motivo principal para a transformação da realidade. Conquanto, ainda não é incomum a redução analítica dos estudos acadêmicos em referência às questões sociais.

Segundo Lefebvre (2009, p. 24), a “[...] sociedade se orienta ideológica e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção.” Ou seja, as implicações da estratégia da classe dominante vão no sentido de “moralizar” a classe operária a ponto de formar uma consciência social que deixa de se referir à produção (*inclusive a produção da pobreza*) para se polarizar em torno do consumo (*cotidianidade por excelência*).

Ao denunciar o modo pelo qual a nação formula seus problemas com vistas à valorização da aparência em detrimento à essência, muito pertinente se faz o pensamento de Bolaffi (1982):

Em síntese, é este o processo pelo qual a ideologia mascara os problemas do real e os substitui pelos falsos problemas. Isto é, formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos. (BOLAFFI, 1982, p. 40)

O que o autor destaca é a característica e a necessidade de estratégia do poder e das ideologias no interior da formulação dos problemas sociais. Tomado isoladamente, o problema da habitação torna-se um *falso problema*.

A crise habitacional que se proclama não se limita à falta de moradias. Se fosse apenas a carência o centro do problema, os meios para solucionar existem e são fartos, tais como: recursos financeiros de origem pública ou privada, matérias-primas, mão de obra, lotes vagos no espaço urbano, etc.

Contudo, a classe média e o operariado urbano no Brasil, em contradição permanente são, ao mesmo tempo, as vítimas e algozes para a reprodução da ideologia da casa própria. Pois, em virtude da divisão do trabalho, do qual, a produção é social, mas, a apropriação e o consumo, majoritariamente, são individuais e privados, boa parte dos trabalhadores alimenta a expectativa de ascensão social que é atribuída à casa própria (BOLAFFI, 1982).

Mais do que uma estrutura física, a casa possui importância central na sociedade de classes, cujas características são transformadas pelas subjetividades e objetividades. Em conformidade com Bolaffi (1982), a subjetividade presente na aquisição da casa perpassa pela

compensação psicológica contida na “[...] evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada.” Ao passo que, a casa, objetivamente, melhora as condições de acesso ao crediário e “[...] libera o orçamento familiar da obrigação mensal inexorável do aluguel.” (BOLAFFI, 1982, p. 43-44).

No tocante às camadas da população de renda média e baixa é notória a melhoria das condições de vida quando se garante condições de habitabilidade à moradia, entretanto, enquanto mercadoria, a aquisição da casa não encerra a condição de fornecedor de força de trabalho explorado pelos donos dos meios de produção. Pelo contrário, legitima-se todo o sistema produtor de riquezas e desigualdades.

Lefebvre (2009) acrescenta que há na ideologia do consumo, inclusive o da habitação, o *consumo real* e o *consumo de signos*. Este desempenha um papel cada vez maior. Assim, o consumo de signos:

Torna-se assim a própria ideologia desta sociedade, cada “objeto”, cada “bem” se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consome-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc. [...] Por conseguinte, aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro. (LEFEBVRE, 2009, p. 69 grifos do autor)

O que está em disputa não é o direito do cidadão, mas, do consumidor. O trabalhador é reprimido à condição de consumidor e desta forma atesta o consumo privado do espaço, não apenas o doméstico, mas de todo o espaço urbano elevado ao *status* de mercadoria.

O consumo é, conforme assevera Santos (2013), ditado pelo sistema de produção, portanto, não há livre escolha do indivíduo, do trabalhador, pois, seu comportamento é ideologicamente predeterminado, nos quais, os meios de comunicação de massa possuem papel estratégico na proliferação do pensamento consumista, cujo mote é a ascensão pelo consumo. Para o autor,

Defender o ‘consumismo’ pode ser uma hábil manobra política ou uma forma de oportunismo sofisticado, com o qual provavelmente se pode *conquistar o povo* e ganhar o poder, sem contudo mudar fundamentalmente a estrutura do poder – isto é, sem colocar o povo no poder. (SANTOS, 2013, p. 84, grifos do autor)

Todavia, o consumismo esconde um mal-estar individual caracterizado pela necessidade de consumir mais, cujas consequências extrapolam para o plano coletivo, social.

Nesse sentido, a realidade urbana suscita a redução do habitar para o habitat, em outras palavras, há no decurso da (re)produção do espaço urbano a substituição do uso da cidade (em sua totalidade), consumo de uma obra humana pela ação integrada à habitação, por uma ordem ou organização do espaço definida por funções isoladas, tais como o morar, o lazer e o trabalho (LEFEBVRE, 2009).

Se há o consumo da habitação e do espaço urbano, há também a necessidade de geração da crise habitacional e urbana para completar o ciclo de contradições do sistema. Contradições essas que estão na base da sociedade de classes e da (re)produção do espaço urbano.

Sob a denominação de *Urbanização desurbanizante e desurbanizada* Lefebvre (2009) tece duras críticas ao pensamento urbanístico francês de meados do século XX, que por sua vez, e miseravelmente, servirá de modelo para outros países, em especial, os países pobres em industrialização. É o período no qual o Estado produz a cidade nova com seus suburbanos para enfrentar a crise habitacional e assim evitar o agravamento da situação política da época.

A urgência para o enfrentamento da crise habitacional colocou o Estado na condução de uma política habitacional, mas, sem transformar as orientações e concepções amparadas pela economia de mercado (LEFEBVRE, 2009).

Cabe ressaltar, que no campo específico da política habitacional, o desenvolvimento de pesquisas que busca analisar as distintas formas de articulação entre o Estado e os agentes privados é notoriamente impulsionado nas ciências sociais e humanas¹⁹. Não obstante, a noção de modelo de política habitacional deve ser entendida como “a identificação das características estruturais de distintas modalidades de interferência estatal no processo habitacional, isto é, nos processos de produção, distribuição e consumo de unidades residenciais.” (ARRETICHE, 1990, p. 21)

Farah (1990), à luz da literatura internacional, analisa as relações público-privado no setor habitacional nos países centrais e delimita em três momentos o modelo de provisão de habitação para os trabalhadores urbanos, a saber:

- Até o ano de 1930, caracterizado pela influência do liberalismo econômico, a provisão de habitações fica a cargo do mercado, cujo papel do Estado era essencialmente regulatório e de estímulo às construções com base nos subsídios;

¹⁹ Ver Arretche (1990), Farah (1990), Hirata (2014) e Shimbo (2012).

- Entre os anos de 1930 e início dos anos de 1970, dois fatos contribuíram para a maior participação do Estado na provisão de habitações, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Sob o marco do Estado do Bem-Estar, o poder público assumiu a responsabilidade pelo atendimento às necessidades da classe trabalhadora no que tange à habitação. O setor privado não foi excluído na provisão das habitações de interesse social, mas sua participação se deu principalmente no fornecimento de materiais para a construção e nos demais segmentos de mercado.
- Após a crise dos anos de 1970, o modelo de provisão de habitações de interesse social nos países centrais sofreu alterações. A substituição do Estado do Bem-Estar por Estados com planos políticos liberais conduziu à inflexão no setor habitacional de interesse social, caracterizado pelo menor compromisso do Estado, perpassando do provimento ao financiamento.

Destarte, o Estado, seja no paradigma do Bem-Estar ou liberal, é um importante agente consumidor/produzidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 2010).

O Estado associado ao capital imobiliário e financeiro atua de forma a contribuir e reforçar, cada vez mais, a cidade na condição de mercadoria, cujo processo de uso e apropriação do solo urbano se dá por diferentes atores sociais. Enquanto isso, a população desprovida de condições financeiras para adquirir a casa própria sem financiamento, encontra-se refém de um processo de marginalização, ou mora de aluguel ou enfrenta um financiamento a longo prazo, cuja margem de lucro é dirigida ao capital financeiro e imobiliário.

Como consequência perversa dessa associação, Santos (2009, p. 105) observa a formação e constituição de uma urbanização corporativa, pois, está é “[...] empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.”

A urbanização corporativa produz a cidade com vastas superfícies interposta por vazios demográficos. O espraiamento da cidade é assim parte do processo de (re)produção do espaço urbano, ao mesmo tempo, possui interdependência com outras características relevantes, tais como: modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população. Como

resultado dessa interdependência forma-se um modelo específico de centro-periferia (SANTOS, 2009, p.106).

O espraiamento da cidade expressa relação direta com a especulação, que por sua vez, criará a escassez mercantil e conseqüentemente o problema do acesso à terra urbana e à habitação. Para Santos (2009, p.107), a terra urbana “[...] dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente.” Para o autor, a lógica dominante da urbanização corporativa e da cidade corporativa faz com que o próprio poder público se torne responsável, em grande medida, pela escassez e especulação; incapacitando-o, assim, para as ações que visem resolver o problema da habitação.

A produção das cidades brasileiras a partir de estruturas políticas, sociais, econômicas consolidadas, nas quais a participação da população no desenvolvimento de cidadania fosse característica, fora abandonada pelas elites locais e nacionais com o objetivo de esvaziar o processo de formação das mesmas. Os interesses coletivos foram deixados de lado para atender aos interesses privados de alguns. É o controle total da minoria – elite local – sobre o território em detrimento da maior parte da população que fica de fora das decisões políticas e administrativas das cidades.

A subseção seguinte contextualizará sucintamente o histórico das políticas habitacionais do Brasil e destacará suas conseqüências urbanas e sociais.

2.2 O Modo Brasileiro de Enfrentamento à Crise Habitacional

A subseção anterior destacou a habitação para além da materialidade que a constitui, no qual, na realização de sua função (de abrigar) é observada também a qualidade de sua inserção no espaço urbano, ou seja, é um objeto socioespacial *sine qua non* para a Geografia Urbana. E principalmente na cidade capitalista, a habitação é por excelência uma mercadoria, desta forma, ela se transforma qualitativamente com revezes ao valor de uso ante ao valor de troca. A maneira pela qual essa mercadoria é produzida, reproduzida e consumida torna-se um fator relevante para a compreensão das desigualdades sociais na cidade.

Entretanto, a compreensão do modo de (re)produção do espaço urbano perpassa pelo entendimento do papel do Estado e seus desdobramentos para a organização do território a partir da construção de moradias voltada principalmente à classe trabalhadora.

Ressalta-se que desde o final do século XIX as políticas públicas para o urbano são instituídas e envolvem vários segmentos da sociedade, impactando no sistema habitacional,

quantitativa e qualitativamente, por conseguinte, delineando a divisão territorial do trabalho e a expansão urbana.

Nesse sentido, o intento dessa subseção é realizar um breve resgate histórico das ações do Estado ante à problemática que envolve o modo de enfrentamento da *crise das habitações* no Brasil como consequência das políticas habitacionais.

Sob a égide do liberalismo econômico, especificamente o período que corresponde entre o fim do sistema monárquico e o início da Primeira República (1889 - 1930), verificam-se as primeiras ações estatais no âmbito habitacional.

As ações do Governo Imperial no plano habitacional visavam, em grande medida, combater na cidade do Rio de Janeiro as habitações coletivas (casas de cômodos, estalagem, hospedarias, etc.), comumente denominadas de cortiços (ABREU, 2003; OLIVEIRA, 2009).

O discurso oficial para o combate aos cortiços se centrava na questão da saúde pública. Epidemias de cólera, de varíola e de febre amarela assolavam periodicamente a cidade em meados do século XIX (ABREU, 2003). Todavia, cabe destacar a relevância da localização central que os cortiços ocupavam enquanto condição indispensável para a sobrevivência de uma parcela considerável da população, pois, para os trabalhadores livres e escravos de ganho²⁰ o trabalho deveria ser procurado diariamente (ABREU, 2003).

A intervenção do Estado no plano habitacional deu início em 1853, com a edição da Lei nº 719 (OLIVEIRA, 2009). Mas, de fato, os estímulos mais contundentes aconteceram com o Decreto nº 2.686, de outubro de 1875 e com a Lei nº 3.151, de dezembro de 1882. O primeiro preconizava a isenção absoluta da Décima Urbana²¹ por até 10 anos para aquelas empresas que construíssem nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, grandes edifícios, denominados Evonias, (BRASIL, 2015a). O segundo amplia os incentivos para “as empresas que se organizarem com o fim de construir edifícios destinados à habitação de operários e classes pobres” (BRASIL, 2015b, s.p.).

Ambos os instrumentos legais supracitados evidenciaram que a localização das construções das habitações para os operários se dariam nos arrabaldes da cidade, ou seja, nos arredores, subúrbio. Para que as leis fossem editadas, o argumento principal era de cunho

²⁰ O escravo de ganho possuía permissão de seu proprietário para realizar algumas tarefas e ficar com uma parte do dinheiro. As atividades mais comuns desses escravos eram o transporte de cargas e pessoas, vender alguns produtos como o café torrado e doces, tomar conta de estabelecimento comercial e realizar pequenos reparos.

²¹ A Décima Urbana foi o imposto com pagamento anual à Real Fazenda criado em 1808, no qual consistia na cobrança de 10% do rendimento líquido dos prédios urbanos em condições habitáveis dentro dos limites das cidades e vilas. BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 69 – 73. Ver mais em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_32/alvara_imposto.htm>.

higienista²², com vistas à saúde pública, todavia, paralelo ao discurso oficial, outro processo chama a atenção, a gentrificação²³ com o estímulo estatal.

Mesmo que essas leis não tenham alcançado bons resultados, conforme descreveram Abreu (2003) e Oliveira (2009), há uma nítida intenção por parte do governo Imperial em modificar o perfil social da área central da capital federal.

O modo que prevalece durante a República Velha no que tange à produção de moradias é similar ao período Imperial, ou seja, o Estado não produz, mas, estimula o capital privado em investir no ramo da construção. Esse estímulo acontece de duas formas: a) a não intervenção do Estado nos preços dos aluguéis torna a produção de casas com esta finalidade uma forma segura e excelente de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana; b) à emergência do processo de industrialização, incentivos do poder público para a construção de vilas operárias.

No que tange a primeira forma, o próprio cenário econômico brasileiro nos primeiros anos de República era favorável à produção de moradias para aluguel, também conhecida como produção rentista (BONDUKI, 2011).

O afluxo de imigrantes nas duas principais praças comerciais do Brasil, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, elevou a procura por moradia de aluguel. A valorização imobiliária se constituía, assim, em uma “importante opção de investimento para reserva de valor, na ausência de um mercado de capitais.” (BONDUKI, 1994, p.712).

A segunda forma de estímulo estatal para a construção de moradias para os trabalhadores se deu a partir da constituição das vilas operárias na emergência da indústria moderna, sobretudo, após a segunda metade do século XIX. A difusão dessa prática de construção de moradias por parte das empresas para os seus operários aconteceu tanto nas cidades quanto no campo, mas invariavelmente ligados à indústria (têxteis, papel, cimento etc.), às empresas de mineração, às empresas de geração de energia, às companhias ferroviárias e outros poucos ramos da atividade econômica (CORREIA, 2006).

As vilas operárias eram

[...] conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois

²² Sobre a crise e superação do pensamento higienista para o sanitarista ver: ABREU, M. de A. Cidade brasileira - 1870-1930. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 35-44.

²³ Ver mais em: SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação**. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.

são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. (BONDUKI, 1994, p. 715)

Conforme apresentado por Correia (2006), entre 1880 e 1930, as vilas operárias disseminam-se em larga escala, em diferentes estados e regiões. É nesse contexto que as vilas operárias irão se afirmar “como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril.” (CORREIA, 2006, p. 14).

As vilas operárias se diferenciam principalmente pelo tamanho e de acordo com a região industrial, mas em todas, as moradias estão nas adjacências da fábrica. A estrutura da vila operária conta ainda com escola, farmácia, assistência médica, usina elétrica e algum espaço para lazer. Destes, a escola se destaca entre os equipamentos disponíveis à família dos trabalhadores, pois sua função vai além da alfabetização, pois se objetiva-se com ela generalizar o modelo ideológico industrial, pautado na ordem e na disciplina (MOREIRA, 2011).

Para Moreira (2011), sob o comando da indústria, a divisão territorial do trabalho privilegiará a interação da fazenda²⁴ com a cidade, tornando-as espaços funcionais, economicamente individualizados e como entes em intercâmbio.

Nesse contexto, as vilas operárias tiveram serventia e funções que vão além de moradias para os operários. O desenvolvimento do setor industrial necessita da regularização e da normatização da vida do operário, disciplinar o tempo e o espaço dos homens e mulheres que migram tanto da fazenda quanto da cidade para a fábrica.

Para tanto, a indústria

[...] necessita regulamentar a vida cotidiana desses homens e mulheres na regularidade da rotina de horários e prazos do tempo-espaço do relógio que disciplina e ordena a rotina do trabalho dentro da fábrica. O que quer dizer baixar um regulamento de obediência obrigatória que regule ao mesmo tempo dia a dia do trabalho na fábrica e na vila operária, disciplinando homens e mulheres numa só consonância de movimentos. (MOREIRA, 2011, p. 113)

²⁴ Moreira (2011) utiliza o termo fazenda, pois o momento histórico é influenciado pelos ciclos econômicos (açúcar, algodão, café, borracha etc.). A mudança vem com a divisão territorial do trabalho, no qual a cidade passa a funcionar sob o ritmo da indústria e a fazenda também se modifica, vira campo, fornecedora de alimentos e de matérias-primas e recebedora de industrializados vindos da cidade. Não há, portanto, relação cidade-campo, pois também não havia cidade e campo no sentido econômico moderno. “Há cidade. Não há campo. Porque o que existe é a fazenda, célula de um todo rural-mercantil, um ente cosmopolita por sua relação com o luxo urbano que vem de fora e dela faz a própria matriz de uma sociedade agrária com forte assento na cultura citadina.” (MOREIRA, 2011, p. 112, destaque do autor).

A vigilância e o controle tornam-se tônicos do espaço-tempo disciplinar da vila operária. Pois, ao mesmo tempo em que fixam-se os operários nas imediações das instalações fabris para a constituição de um mercado de trabalho cativo, ainda os mantém sob o controle político e ideológico (BONDUKI, 1994).

A exceção, no que tange ao afastamento do Estado na produção direta de moradias, se deu de maneira específica e pontual. Logo no início do século XX, o governo federal construiu vilas operárias, tais como: a Vila Marechal Hermes e a Vila Orsina da Fonseca na cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2009), e a construção de 40 unidades em Recife pela Fundação Casa Operária (BONDUKI, 1994).

Com a Revolução de 1930, a expansão da atuação do Estado é acompanhada por novos processos econômicos e de organização social. Ao mesmo tempo em que se consolida o padrão de acumulação urbano-industrial, também emergem as demandas das massas populares urbanas, com destaque para a habitação. Nesse contexto, Vargas cria o Ministério do Trabalho e demais agências de bem-estar social (MELO, 1990).

A forte crise nacional de habitação da década de 1930, apresentada por Melo (1990), Bonduki (1994) e Trompowsky (2004), é resultado de um desdobramento histórico no qual a participação do Estado no provimento das moradias era desconsiderada pelos ideais liberais que dominavam o pensamento político desde o século XIX.

Para Bonduki (1994), a intervenção do Estado na questão habitacional a partir da década de 1930 possui dupla motivação. A primeira está no sentido de ampliar a legitimidade do regime a partir do apoio das massas populares urbanas, uma vez que, a crise da habitação representava um ônus considerável para a classe trabalhadora, assim, a formulação de um programa de produção de moradias e de uma política de proteção ao inquilinato lograria ampla aceitação nesse segmento social. A segunda motivação consiste na necessidade de “viabilizar uma maior acumulação de capital no setor urbano através da redução do custo de reprodução da força de trabalho” (BONDUKI, 1994, p. 717).

Todavia, as motivações para a intervenção estatal na resolução da crise habitacional não culminaram de fato em uma política habitacional estruturada e harmoniosa durante a Era Vargas. Mesmo assim, é notório o papel assumido pelo Estado quanto ao problema da habitação como uma questão social.

De fato, as ações governamentais nesse período deram início à ideia de habitação social. Destacam-se durante Estado Novo (1937-1945) duas medidas que impactaram na

forma de produção de habitações: a) a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs); b) a Lei do Inquilinato.

Segundo Melo (1990), a opção da aplicação dos recursos dos IAPs em habitação, tanto para aluguel quanto para venda, se deve a forma de rentabilizar as reservas oriundas do depósito compulsório de empresas e trabalhadores para o pagamento futuro de aposentadorias e pensões.

Cabe destacar que a produção de habitações era um objetivo secundário nos IAPs, pois, o principal objetivo fundamentava-se em garantir a aposentadoria e pensões aos associados. E ainda, a baixa rentabilidade dos investimentos em habitação para a população de renda baixa conduziu os IAPs a reduzirem a produção da habitação social. No entanto, a melhor opção passa a ser os investimentos para a produção habitacional para as populações de rendas médias e altas.

A importância da produção de moradias pelos IAPs está na forma inicial de intervenção no qual o Estado é produtor e financiador. Mesmo com os problemas apresentados até aqui, tais como, a baixa produção de habitação popular e o acesso clientelístico às moradias, esse tipo de produção representa uma mudança de paradigma no que tange, principalmente, ao combate à questão da crise habitacional.

Outra medida impactante na produção das habitações se deu a partir da Lei do Inquilinato, em 1942, a qual se decretou o congelamento dos preços dos alugueis por dois anos. Tal medida reforçou “[...] a tendência no sentido da construção de residências de **luxo** para a venda ao invés da locação. A população se deparou com uma situação de ‘*sobram casas para vender, faltam casas para alugar*’.” (MELO, 1990, p. 41, grifos do autor)

O caráter populista da medida objetivava ampliar as bases de apoio do poder e também mobilizar capitais internos para impulsionar o processo de industrialização. Portanto, dentre as consequências do congelamento dos alugueis, destacam-se: estímulo à produção de moradias de luxo para venda em detrimento aos investimentos privados em direção à construção de moradias de aluguel com destino às rendas médias e baixas; ao mesmo tempo, estímulo à venda das casas então alugadas; e liberação dos recursos para aplicação de capitais na indústria (BONDUKI, 1994).

A dificuldade na obtenção de moradia com aluguel acessível fomentou a autoconstrução e o crescimento periférico da cidade enquanto “alternativas habitacionais” para os trabalhadores (BONDUKI, 1994).

Tais alternativas se baseavam na redução ou eliminação do pagamento mensal da moradia, todavia, a localização da casa autoconstruída, via de regra, situa-se em áreas de risco

(morros, margem de córregos e rios, áreas alagadiças etc.), ou ainda, em loteamentos periféricos, e em ambas as situações, carentes ou com nenhuma infraestrutura urbana.

A redução de investimentos na construção de casas de aluguel levou ao colapso da produção rentista o que acentuou a carência de habitações nas principais cidades do país, conforme mostram Melo (1990) e Bonduki (1994), agravando ainda mais a crise da habitação popular.

As repercussões da crise de habitação no fim da Era Vargas alcançaram o discurso político, passando a ser parte fundamental dos programas eleitorais dos candidatos à presidência. O retorno ao modelo democrático impunha ao Estado brasileiro a necessidade de respostas às demandas sociais.

O contexto do pós-guerra transformou as relações políticas no Brasil, marcado por um cenário de crise de habitação, crescimento das favelas e expansão das periferias. A atuação pontual e sem resultados contundentes na habitação popular produziu um efeito ainda mais perverso nas favelas, pois elas passaram a se constituir em um reduto de base eleitoral e sujeito aos interesses momentâneos.

A “Politização das Favelas” é o termo utilizado por Melo (1990) no qual designa o momento de “descoberta das favelas” na década de 1930 e que balizará as políticas populistas da década de 1940. Segundo o autor, o processo de “descoberta das favelas” pelo Estado e pela Igreja se deu a partir do agravamento dos conflitos de terra urbana.

O discurso político utiliza, cada vez mais, os termos *povo* e *morro*, e assim, busca cooptar as massas urbanas que crescem em um ritmo acelerado. Segundo Melo (1990, p. 42, grifo do autor):

As favelas se convertem gradativamente num território a ser explorado, de uma parte, pelo sistema político que vislumbrava a sua incorporação problemática à arena política, e, de outra parte, pela Igreja, que estava empenhada numa política de *rapprochement* com o Estado.

A participação da Igreja Católica é essencial na elaboração do discurso conservador e de políticas habitacionais pontuais, com vistas principalmente à contenção do pensamento comunista nas favelas.

De acordo com Melo (1990), como a Igreja alcançava tanto as favelas quanto as instâncias de decisão, a solução mais congruente para a estabilidade social sustentava-se na propriedade privada, ou seja, na posse de um imóvel.

Conforme Trompowsky (2004) assevera, o Governo Federal aceita a proposta da Igreja Católica e cria na cidade do Rio de Janeiro a Fundação Leão XIII, cujo objetivo é atuar nas favelas para não permitir a irrupção das massas urbanas, colocando em perigo à ordem estabelecida.

Em resumo, o período histórico que perpassa a Era Vargas foi marcado por transformações marcantes na sociedade brasileira. Os estímulos estatais para a promoção do processo de industrialização permitiu a canalização de recursos (humanos e de capitais) em volumes crescentes para as cidades, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, devido à hegemonia do paradigma liberal das décadas passadas, no qual o provimento das habitações para os trabalhadores não era uma política de Estado, a carência de moradias se acentuou ao longo dos anos de 1930 e 1940. O processo que se seguiu foi o aumento no número de favelas.

Contraditoriamente, as massas urbanas, ao mesmo tempo em que eram as vítimas das práticas políticas e econômicas serviram também de apoio à proposta populista do Governo Federal. A *descoberta* das favelas pelos poderes políticos e religiosos se deu por duas motivações principais: primeiro, o crescimento das massas urbanas em áreas de favelas constituía-se em uma ameaça à estabilidade política e social, uma vez que, os ideais comunistas se colocavam como alternativas aos trabalhadores pobres; segundo, a produção de discursos políticos, tal como o combate à crise da habitação, visava tranquilizar as massas urbanas e ao mesmo tempo servir de suporte eleitoral àqueles que estavam no controle da máquina estatal.

A constatação de que os discursos políticos em torno das questões da habitação produziam efeitos eleitorais positivos desdobrou-se na formulação de uma política urbana no campo habitacional durante a República Populista (1945-1964) com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), a primeira instituição estatal voltada à produção de moradias populares.

O quadro político no Brasil mudara após a Segunda Guerra Mundial. O país voltara a ser uma democracia. O marechal Eurico Gaspar Dutra fora eleito no final de 1945, cuja campanha eleitoral incluía a questão habitacional na agenda política.

A FCP, o primeiro órgão estatal voltado exclusivamente para a provisão de moradias à população de renda baixa foi instituído pelo Decreto-Lei nº 9.218, em data representativa para os trabalhadores, 1º de maio de 1946.

O esforço de Dutra para a criação da FCP consistia em atender tanto as necessidades para o desenvolvimento do setor industrial, a partir da redução do custo de reprodução da

força de trabalho, quanto para ampliar o apoio das massas populares urbanas com as políticas distributivas contidas nos objetivos fundantes da instituição (MELO, 1990).

As motivações políticas possuíam peso maior na alocação das casas entre os municípios postulantes à implantação dos conjuntos habitacionais. Conforme Azevedo e Andrade (2011), a disponibilização do terreno pela prefeitura à Fundação da Casa Popular era uma condicionante importante para a cidade ser contemplada. Todavia, a atuação da FCP frente ao enfrentamento da questão habitacional no país ficou comprometida, pois, amarrrou-se aos interesses políticos locais, que são em grande medida e por sua vez, difusos aos objetivos fundantes do órgão federal.

Nesse sentido, a relação entre a FCP e os municípios pleiteantes reforça o modo predatório que prevaleceu no confronto à crise habitacional. Assim,

Desejosos de demonstrar prestígio político, políticos locais obtinham a construção de casas sem proceder a estudos preliminares e levantamentos. Uma vez realizada a construção, as amortizações mensais estavam além do poder aquisitivo local e não se apresentavam candidatos solváveis. Daí a existência de casos em que conjuntos permaneceram desabitados por vários anos. (MELO, 1990, p. 53)

A associação da FCP e o poder local não só permitiu a continuidade das desigualdades sociais, como agravou-as, haja vista aos índices de urbanização²⁵ e favelização²⁶ que o Brasil apresentou a partir dos anos de 1960. O acesso à moradia era limitado devido a certos fatores, tais como: restrições de informação, de prazo, de número de inscrições e de unidades oferecidas, conforme foi apontado por Azevedo e Andrade (2011).

Mas, não são apenas por esses fatores de ordem técnica que se explica a reduzida extensão da política habitacional proposta na época. Há de se incluir as razões propositalmente produzidas pela ideologia dominante, no qual, o sistema capitalista cria tanto o discurso quanto à prática de confrontar os problemas sociais, todavia, sem intenção de resolvê-los. Em outras palavras, elaborou-se o discurso de crise da habitação e como proposta de solução criou-se a FCP, contudo, sem a pretensão de acabar com a carência de moradias

²⁵ Milton Santos (2009), na obra “A Urbanização Brasileira” destaca que entre 1940 e 1980 dá-se a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. A taxa de urbanização nos anos de 1940 era de 26,35%, ao passo que, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos a população triplica, ao mesmo tempo, a população urbana se multiplica por sete.

²⁶ Ermínia Maricato (s/d), destaca que o processo de crescimento das favelas no país é parte do processo de urbanização à luz da “industrialização com baixos salários” (grifos da autora) que cria, por sua vez, um mercado de moradias restrito e concentrado. O processo de urbanização combinou modernidade com exclusão. A característica do Brasil urbano do século XX perpassa pela concentração de terras, renda e poder. Ver mais em: Maricato, E. **Favelas:** um universo gigantesco e desconhecido. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2015.

populares. A retórica de crise (em estado permanente, sem superação) é instrumento ideológico de dominação de uma classe sobre a outra.

Azevedo e Andrade (2011) destacam diversos números da produção de casas e conjuntos da Fundação da Casa Popular, até dezembro de 1960. Em síntese, os números tacanhos e a distribuição de casas e conjuntos pelos estados brasileiros permitem entender que a produção de habitações pela FCP não foi de fato para resolver o *problema da crise da moradia*, pelo contrário, mas fazer deste problema uma bandeira política com fins eleitoreiros.

Em outras palavras, a partir da necessidade real de produção de moradias para as classes pobres criou-se um discurso de que o Estado deveria atacar o *problema*, em seguida, criou-se um órgão estatal que seria responsável por produzir as habitações populares, a FCP, todavia, tanto o discurso quanto a prática tiveram o papel de ludibriar a população pobre e nunca por fim ao mesmo.

Destarte, Azevedo e Andrade (2011) advertem que a preocupação do governo perpassava por apresentar respostas às demandas sociais face à situação política com viés revolucionário, no qual, subjacente ao programa habitacional proposto, tinha-se a ideia de propagar a propriedade privada enquanto fator de estabilidade política, ao passo que, o trabalhador lograria, simultaneamente à moradia, civilidade, sucesso e ascensão social.

A agitação política do Brasil em meados do século XX, fez com que o Estado, com características conservadoras, produzisse estratégias demagógicas e ações reformistas com vistas ao controle coercitivo às questões sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, “aos governos populistas não interessava ‘resolver o problema’, ou equacionar os termos da solução, mas, antes, dele derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio.” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 34-35, destaque dos autores)

No período entre 1962 a 1964, a FCP passou a ser vista pelos governantes como um órgão completamente ultrapassado e incapaz de resolver a questão habitacional. Por conseguinte, a derrubada do Governo de João Goulart pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964, desencadeou o fim do modelo populista de política habitacional. No mesmo ano da extinção da FCP surge o Banco Nacional de Habitação (BNH) enquanto instituição estatal responsável para por em prática o Plano Nacional de Habitação e, assim, ganhar apoio tanto das massas populares quanto dos empresários e industriais da construção civil.

Diante de tantos problemas sociais que o Brasil apresentava no pós-Golpe de 64, o Governo Militar elege como problema fundamental a habitação popular. Foi colocada, portanto, a necessidade de “formular projetos capazes de conservar o apoio das massas

populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor do que a casa própria.” (BOLAFFI, 1982, p. 44)

O BNH, criado em agosto de 1964 pela Lei n.º 4.380, cujo *novo* modelo de política habitacional quis demonstrar uma participação maior do Estado na provisão de residências. O BNH centralizava desse modo, o conjunto de atividades estatais para o setor.

Com o BNH constituiu-se no Brasil um padrão de intervenção estatal no setor habitacional caracterizado pela existência de mercados habitacionais segmentados. A partir dessa política habitacional um novo sistema de crédito entra em vigência, no qual o mercado de casa própria foi dividido em dois grandes subsectores, operado por agentes distintos e dirigido a públicos diferentes (ARRETCHE, 1990).

A intervenção estatal no setor habitacional passa a combinar tanto a atuação do tipo regulatório (para os setores de renda média e alta) quanto do tipo produtivo (para os setores de baixa renda), a depender do segmento social. Os dois subsistemas, o da promoção privada e o da promoção pública, operam seguindo a lógica da empresa privada, nos quais os investimentos sem retorno implicam em falência.

Ao mesmo tempo da implantação do BNH, foi criado também o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que por sua vez, era composto por dois subsistemas de captação de recursos, cada qual, voltado para um segmento social para a provisão habitacional.

Um subsistema estava voltado para a promoção privada de unidades habitacionais destinadas às famílias de rendas média e alta, o financiamento se dava a partir do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ou seja, a captação dos recursos para o segmento formado por sujeitos com crédito bancário eram provenientes dos depósitos em cadernetas de poupança. Por conseguinte, o BNH criou mecanismos para estimular a realização de depósitos nas cadernetas de poupança, tais como: a garantia dos depósitos pelo BNH; os depósitos eram corrigidos monetariamente; e os depósitos teriam alta liquidez, pois, seriam capitalizados trimestralmente (ARRETCHE, 1990).

Com efeito, segundo Arretche (1990), a ação do Estado na criação de condições que garantissem o afluxo contínuo de recursos para a produção habitacional, elevou sobremaneira os depósitos em cadernetas de poupança, principalmente do médio e pequeno poupador.

O outro subsistema de captação de recursos do SFH destinava-se à promoção pública de unidades habitacionais para o segmento social de baixa renda, que por sua vez, estava fundamentado sobre a captação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

constituído com base em 8% dos salários do mercado formal de trabalho (BOLAFFI, 1982, p.46).

Segundo Bolaffi (1982), os recursos provenientes do FGTS para os cofres do BNH, fizeram deste banco a segunda instituição bancária em recursos disponíveis, precedido apenas pelo Banco do Brasil.

A aplicação dos recursos para a implementação de programas habitacionais de interesse social se dava a partir da designação do BNH aos agentes promotores, fundamentalmente eram as Companhias de Habitação (Cohabs), sendo estas geralmente sob o controle acionário do município ou do estado que as sediassem (ARRETCHE, 1990).

A produção habitacional dos dois subsistemas do SFH (SBPE e FGTS) perfizeram no conjunto cerca de 25,8% do total de novas unidades habitacionais no Brasil entre os anos de 1964 e 1986, o que representa em números o total de 4,8 milhões de moradias financiadas. Ou seja, no mesmo período e em todo o Brasil, foram construídas 15,5 milhões de novas moradias (todos os tipos de casas, incluindo barracos), no qual, para parte da população, sobretudo de baixa renda, buscou-se formas alternativas para a obtenção de moradia, tal como a autoconstrução e o favelamento (ARRETCHE, 1990).

Mesmo não sendo um número insignificante, a produção habitacional via SFH, o que desperta a atenção é o baixo percentual dos financiamentos feitos por meio das Cohabs, pois, até o ano de 1984 correspondeu por 27,7% do total de contratos, isto é, menos de um terço dos contratos foram para atender as classes de renda baixa. Por outro lado, o percentual de financiamentos para as classes de rendas média e alta, lograram números maiores. Assim, o discurso construído em torno de uma “nova” política habitacional para atacar o *déficit* habitacional, principalmente nas camadas populares, logo se mostra uma farsa ante a atuação do BNH.

É interessante notar a crítica quanto aos rumos para a resolução do “problema da habitação popular” pelo Governo Militar, pois, evidenciou-se com o tempo, que a trama construída em torno do BNH não passou de um “artifício político para enfrentar um problema econômico conjuntural” (BOLAFFI, 1982, p. 47).

Sob a alegoria de política social, as ações do BNH serviram para gerar efeitos multiplicadores na economia, uma vez que, o fluxo de recursos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) era utilizado para a construção de unidades habitacionais populares pelo setor privado.

Todavia, perante a uma nova conjuntura econômica do Brasil, as preocupações com as condições habitacionais das camadas populares foram sendo aos poucos esquecidas

(BOLAFFI, 1982). Face às consequências sociais que o Milagre Econômico trouxe ao país, Bolaffi (1982, p. 49, destaque do autor) levanta a seguinte hipótese:

Se a ênfase dos investimentos tivesse recaído sobre a habitação popular, a recuperação provavelmente teria sido mais lenta, mas também mais duradoura. Não teria havido “milagres” e nem um crescimento desnecessariamente rápido e socialmente oneroso, mas, em compensação ter-se-ia criado uma conjuntura econômica menos vulnerável.

Na visão deste teórico, tanto no período de recessão (1964/67) quanto no de expansão econômica (1969/73), a habitação popular é uma *prioridade secundária*, cuja toda a poupança disponível é drenada para os investimentos lucrativos, tais como os financiamentos das habitações para as classes de renda média e alta. Portanto, o BNH desempenhou funções totalmente alheias aos seus objetivos fundantes e sua atuação serviu para agravar os problemas urbanos.

Para Bolaffi (1982, p.55) os resultados da atuação do BNH foi um “processo industrial de favelamento”, pois ao transferir para a iniciativa privada todas as decisões sobre a localização e a construção das habitações criou-se uma “cadeia de negociatas inescrupulosas” (ibidem, 1982, p.54), nos quais os recursos advindos da captação via FGTS (principal fonte do BNH em 1968), eram destinados ao setor privado e, assim, alimentar o mecanismo de acumulação e da concentração de renda.

Em outras palavras, os recursos fluíam da base para o topo da pirâmide da riqueza, pois,

[...] os capitais supostamente reservados para a casa popular fluem dos pequenos fundos de cada assalariado e vão se concentrar nas mãos dos “iniciadores” reais pioneiros de uma nova arte de enriquecimento sem gerar qualquer inversão socialmente significativa na economia. (BOLAFFI, 1982, p. 55, grifo do autor)

Por conseguinte, são notórios os diferentes efeitos advindos a partir da atuação de um banco na provisão habitacional no país. Em um primeiro momento, tem-se a impressão de um “salto à frente” devido aos estímulos econômicos: injeção de capitais, geração de emprego e renda em virtude do crescimento da cadeia produtiva do setor da construção civil. Mas, logo em seguida percebe-se que o “salto foi para trás”. A realidade se mostra um tanto perversa socialmente, pois, o que se produziu foram espaços urbanos organizados e caracterizados pela segregação socioespacial.

O papel desempenhado pelo Estado para enfrentar o *déficit* habitacional de fato se mostrou não somente ineficaz, mas reafirmou categoricamente o padrão de decomposição física, social e econômica das cidades brasileiras.

O desfecho final do Banco Nacional da Habitação (BNH) se deu por conta do colapso dos seus mecanismos estruturais e operacionais que eram dependentes do nível de atividade econômica (BOLAFFI, 1982; ARRETCHE, 1990), e quando a crise da década de 1980 se estabeleceu, todo o sistema do setor habitacional entra em falência e em 1986 o governo de José Sarney decreta o fechamento do banco.

O enfrentamento por parte do Estado à questão habitacional diante de tais condições políticas, econômicas e sociais foi seriamente afetado. Com o fim do BNH em fins de 1986, parte das suas atribuições foram transferidas à Caixa Econômica Federal, contudo, a dispersão das atribuições do banco em várias instituições, tornou difícil a coordenação, o planejamento e o acompanhamento da política habitacional, desestruturando inteiramente o setor (IBGE, 1994).

Dessa forma, a questão habitacional é fracionada entre os diferentes níveis de poder e submetido aos mais diversos interesses políticos e econômicos. O ordenamento do território como suporte de planejamento proposto pelo Governo Federal não se efetivou de fato, ao passo que, o imediatismo e o pragmatismo tornaram-se práticas da gestão nos municípios, cujos resultados imediatos às pressões e demandas sociais não resolveram os problemas estruturais das cidades (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2015).

Conforme afirmam Rolnik, Cymbalista e Nakano (2015, p. 6, grifos dos autores), a questão habitacional está em meio a um modelo no qual,

[...] a gestão municipal acabou por reproduzir os modelos da cultura urbanística herdada do período autoritário, um modelo que desconsidera as necessidades da maioria dos moradores, que segrega e diferencia moradores “incluídos” na urbanidade formal e moradores dela excluídos, com inequívocos impactos sócio-ambientais para a cidade como um todo. Trata-se de um modelo baseado na expansão horizontal e no crescimento como ampliação permanente das fronteiras, na sub-utilização tanto das infraestruturas quanto da urbanidade já instaladas e na mobilidade centrada na lógica do automóvel particular.

As redefinições na política habitacional foram maiores com a promulgação da nova Constituição de 1988, nos quais se destacam a maior participação dos municípios e dos estados nestas políticas. Conforme os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabeleceram as divisões de responsabilidades, no qual coube ao poder público municipal a política de

desenvolvimento urbano, bem como a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo enquanto parte do planejamento municipal.

Para Maricato (2013) as mobilizações por parte de movimentos sociais, pesquisadores, segmentos da universidade e de políticos para a inserção de um capítulo de Política Urbana lograram sucesso, pois, incluíram o direito à moradia como preceito constitucional e ainda o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo enquanto instrumento jurídico. A autora em seguida afirma que “O direito está assegurado no papel, o que não deixa de ser importante, mas implementá-lo é outra coisa e passa pelas relações de poder que definem a aplicação da lei no Brasil.” (MARICATO, 2013, p. 102)

A produção de paradoxos no Brasil não se esgota com o retorno à democracia. Se por um lado o país incluíra na Nova Constituição artigos sobre a política urbana, no qual o direito à moradia²⁷ e a democratização do solo urbano são importantes conquistas para a sociedade, por outro lado, a ideia transmitida pelos instrumentos legais contradizem a estrutura e organização social e urbana por ora existente.

Os programas para o setor habitacional que seguiram a década de 1990 “foram caracterizadas por descontinuidades administrativas, metas limitadas e baixa efetividade.” (CARDOSO, *et al*, 2013, p. 4). Dito de outra forma, houve significativa redução na produção de habitação popular, ao passo que, o segmento social de maior poder aquisitivo foi beneficiada.

O crescimento da participação do setor privado no âmbito da questão habitacional tornar-se-á elementar à nova proposta de política habitacional desde os anos do governo de FHC. Shimbo (2012), destaca que FHC introduziu os princípios do mercado financeiro na provisão da habitação.

Destaca-se neste cenário, portanto, o financiamento feito diretamente ao mutuário, ao consumidor para adquirir a casa própria. Shimbo (2012) cita um balanço da política habitacional nos dois governos de FHC, no qual, evidencia-se o consumo via financeirização ao invés da produção da habitação.

Assim, a política habitacional, em especial a produção de moradias populares, ao longo da década de 1990, passa a ser determinada pela expansão do crédito, ou seja, a dependência com o capital financeiro é cada vez mais contundente. O estímulo estatal para a financeirização do setor estabelece novos arranjos de produção e consumo da mercadoria habitação. É a transformação de um direito em mercadoria, sob a égide do capital financeiro.

²⁷ O direito à moradia foi introduzido como direito social (artigo 6º) na Emenda Constitucional no ano 2000. Para compreender o contexto desse incremento constitucional ver mais em Maricato (2013) e Rodrigues (2011).

A partir de 2003, o Ministério das Cidades, responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano, era integrado por quatro secretarias: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Trânsito e Mobilidade Urbana.

Esse Ministério articulou, em 2003, a realização das Conferências Municipais, Regionais e Estaduais das Cidades, nos quais foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões. A Conferência Nacional das Cidades, realizada em outubro do mesmo ano, resultou na criação do Conselho das Cidades e ainda, na aprovação das diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, assim:

A Política Nacional de Habitação (PNH) é resultado desse processo de discussão e deliberação promovido pelo Ministério das Cidades, por meio do Conselho das Cidades. A PNH traz no seu bojo todo um diagnóstico da situação habitacional do país, bem como, os princípios, diretrizes, componentes e instrumentos que viabilizem atingir a meta principal que é “promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda.” (BRASIL, 2004, p. 13, grifo do autor)

As medidas políticas, legais e administrativas apontadas pela PNH prenuncia a organização de um Sistema Nacional de Habitação, que por sua vez, ordena os agentes que atuam na área de habitação, reunindo os três níveis de governo e o mercado, além de cooperativas e associações (BRASIL, 2010).

Entre agosto de 2007 e dezembro de 2008, foi formulado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) enquanto parte do processo de implementação da PNH, com vistas ao planejamento de longo prazo na tentativa de minorar o *déficit* habitacional. A elaboração deste plano teve a participação de órgãos do governo federal, conselhos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

Não obstante, a conjuntura econômica internacional no final de 2008 trouxe à tona uma crise financeira com proporções alarmantes. A partir das diretrizes formuladas no PlanHab e da necessidade de enfrentamento da crise econômica internacional, o Governo Federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em março de 2009. O PMCMV, que:

[...] fundamenta-se na ideia de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporciona mais emprego e oportunidades de negócio, e prevê investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias. (BRASIL, 2010, p. 50)

Nesse sentido, a adoção das medidas anticíclicas buscou minorar os impactos da crise financeira, estimulando toda a cadeia produtiva da indústria da construção civil. O PMCMV possui taxas de juros mais baixas e/ou subsidia os financiamentos das unidades habitacionais para diferentes grupos de renda.

A primeira fase do PMCMV, se estendeu de 2009 a 2011, teve como meta a construção de 1 milhão de moradias dividida em três grupos por faixa de renda. A faixa 1 destina-se às famílias que possuem renda entre 0 e 3 salários mínimos (até 1.395 reais) por mês, para esse grupo estava prevista a construção de 400 mil moradias. A faixa 2 (até 2.790 reais), também estavam previstas 400 mil moradias, era o grupo que incluía as famílias com renda mensal entre 3 e 6 salários mínimos. Por fim, mais 200 mil moradias estavam previstas para a faixa 3 (até 4.500 mil reais) que compunha as famílias com renda mensal entre 6 a 10 salários mínimos (ROLNIK, 2010)²⁸.

Segundo a *homepage* do Observatório das Metrôpoles²⁹, a segunda fase do PMCMV, de 2011 a 2014, teve como meta a construção de mais 2 milhões de moradias. As faixas de renda mensal tiveram reajustes nos valores, sendo que a faixa 1 foi elevado o teto para 1.600 reais; a faixa 2 foi para 3.600 reais; e a faixa 3 para 5 mil reais. No que tange à distribuição do quantitativo de moradias, para a faixa 1 foram previstas 1,2 milhão de moradias; para faixa 2 a meta foi de 600 mil; e para faixa 3 foram previstas 200 moradias.

Atualmente o PMCMV encontra-se na terceira fase³⁰, cuja meta é a construção de mais 3 milhões de moradias até o final de 2018. De 2009 até outubro de 2015 foram assinados 3,8 milhões de contratos de construção de moradias a um custo de 265 bilhões de reais. Foram entregues nesse período 2,3 milhões de unidades habitacionais e estava em construção outros 1,5 milhão de casas.

Desde o fim do BNH não houve tamanho investimento estatal em habitação como se realiza com o PMCMV. Criado para ajudar no enfrentamento à crise internacional, o programa além de financiar a produção das unidades habitacionais também subsidia o consumo. Desta forma, os efeitos no crescimento da economia do país advindos a partir do PMCMV foram enormes, uma vez que, não é só a cadeia produtiva do setor da construção civil que obteve bons resultados.

²⁸ Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/17/o-programa-minha-casa-minha-vida-esta-avancando-mas-apresenta-alguns-problemas/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

²⁹ Disponível em: <<http://observatoriodasmetrosoles.net>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

³⁰ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/11/minha-casa-minha-vida-ganhara-faixa-intermediarias>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Contudo, se o centro da crise econômica mundial estava a bolha imobiliária e a especulação imobiliária nos Estados Unidos, paradoxalmente, o Brasil enveredou-se em caminhos semelhantes para enfrentar a saída de capitais estrangeiros e estimular o crescimento da economia.

Segundo Krause *et al.* (2013), o PMCMV ao promover a produção e comercialização de habitações coloca em plano secundário o PlanHab e todo marco da política habitacional para as famílias de baixa renda. Portanto, o programa não visa solucionar o *déficit* habitacional, especialmente as habitações de interesse social. Acrescenta-se ainda, tomando o texto da PlanHab:

Em um país de dimensões continentais, com profundas desigualdades regionais, sociais, econômicas e uma enorme diversidade cultural, o MCMV se expressa como uma empresa fordista na produção em grande escala, cuja imagem predominante, ainda que não a única, são “casinhas” a perder de vista. Forma única, isto sim, de execução, padronização dos produtos, interesses e arranjos das empresas racionalizando a proposição de empreendimentos, a desconsideração de uma tipologia de cidades que receberiam os investimentos e a mais intensa ligação com as necessidades habitacionais, são alguns dos elementos identificados. (KRAUSE *et al.*, 2013, p. 46-47, grifo do autor)

Dessa forma, o PMCMV afasta-se dos objetivos da política habitacional contida na PlanHab que se baseava no conhecimento de diferentes realidades socioespaciais para o enfrentamento do *déficit* habitacional.

Consoante às análises de Maricato (2015) e de Krause *et al.* (2013) quanto aos reais efeitos do PMCMV no espaço urbano, Cardoso e Aragão (2013) sintetizam as críticas em oito pontos:

(i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e; (viii) a perda do controle social sobre a sua implementação. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44)

Logo, a distância existente entre as leis com vistas à política habitacional e a realidade para um segmento de sociedade que vive em habitações precárias produz, em seguida, novas práticas políticas excludentes e socialmente perversas.

Desse modo, entende-se que muitos municípios brasileiros, diante da incapacidade de arcar com os custos de investimentos complementares à produção de moradias,

introduziram na realidade social das cidades outros tipos de perversidades sociais. Pois, em geral, parte da população é contemplada com uma casa, todavia, a localização desta comumente se dá em locais sem ou com poucos atributos urbanísticos e em áreas não contíguas ao sítio urbano. Assim, a carência de equipamentos e serviços públicos passa a ser estratégica para os governantes, pois, alimenta-se um processo de atendimento às demandas sociais cuja prestação é muito lenta e com fins eleitoreiros.

Dito de outra forma, há claramente a constituição de uma política de provisão de moradias e não uma política habitacional no sentido amplo, pois, prioriza-se a construção de conjuntos habitacionais, entretanto, estes em sua maioria são precariamente atendidos por abastecimento de água, rede de esgoto, rede elétrica e equipamentos públicos.

As ações do Estado brasileiro quanto ao enfrentamento à questão da habitação apresentam-se historicamente influenciadas à ideologia dominante, cujas marcas do autoritarismo secular se fazem presente na conduta de um problema social, no qual a intencionalidade das leis e a aplicação das mesmas apontam que o modo de intervenção estatal se distancia da realidade apreendida e vivida da população mais pobre. Os custos sociais de tal prática são observáveis em todo o espaço urbano, caracterizados por incluírem a violência e a perversidade no cotidiano de milhões de brasileiros.

Não distante da realidade brasileira, a cidade de Morrinhos apresenta em suas políticas urbanas a mesma intencionalidade ideológica, contribuindo, sobremaneira, para a formação de espaços segregados e não na eliminação deles.

A subseção seguinte será dedicada à exposição de algumas particularidades das moradias de Morrinhos, que por sua vez, permitirá compreender parte da realidade socioespacial bem como parte do modo de (re)produção do urbano.

2.3 Morrinhos (GO): características gerais dos domicílios e do *déficit* habitacional

O propósito desta subseção será apresentar e refletir sobre algumas características das habitações de Morrinhos e vincular com a (re)produção do espaço urbano. Serão apresentadas, por exemplo: a evolução do número de domicílios rurais e urbanos; a evolução da condição de ocupação do domicílio; o *déficit* habitacional; o número de domicílios vagos e; a inadequação dos domicílios.

Nesse sentido, a exposição e reflexão dessas características dos domicílios³¹ de Morrinhos permitirão compreender, em parte, o modo de (re)produção das contradições no urbano.

Inicialmente, conforme os dados dos Censos de 2000 e de 2010 do IBGE e disponibilizados pelo IMB, o município de Morrinhos teve um acréscimo de 23,3% no número total de domicílios entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 6).

Tabela 6 – Morrinhos (GO): número de domicílios rural, urbano e total (2000-2010)

Morrinhos (GO)	2000	2010
Número de domicílios urbanos	9.638	12.281
Número de domicílios rurais	1.911	1.954
Número total de domicílios	11.549	14.235

Fonte: IMB (2016)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

O crescimento no número de domicílios pode estar relacionado a alguns fatores, tais como:

- Maior dinamização da atividade econômica rural e urbana;
- Maior fluxo migratório para o município;
- Resultados mais contundentes de políticas habitacionais;

Os dois primeiros fatores elencados estão dialeticamente relacionados, uma vez que, o crescimento econômico de uma localidade é um fator de atração populacional importante, ao mesmo tempo, o maior fluxo migratório também dinamiza a economia. O mercado imobiliário nesse cenário é um desdobramento intrínseco às necessidades crescentes de habitação em uma cidade em expansão.

Por outro lado, as políticas habitacionais não necessariamente coincidem com os momentos de maior pujança econômica, mas, podem ser também, o fator originário do crescimento da economia.

O acréscimo do número total de domicílios de Morrinhos ficou abaixo da média da MRMP que foi de 27,7%. No que tange aos domicílios urbanos, Morrinhos teve aumento na ordem de 27,4% entre 2000 e 2010. O número de domicílios rurais para o mesmo período

³¹ As instituições como o IBGE, IMB e a FJP, utilizam o termo *domicílio(s)* como unidade de referência para a estatística, não fazendo nenhuma distinção adicional que diferenciase dos termos casa, moradia e habitação utilizados nesta pesquisa.

teve adição de 2,3%. Os acréscimos nos números de domicílios, sobretudo urbanos, se observados isoladamente escondem certas condições sociais e econômicas importantes e que se reproduzem.

Nessa sequência, de acordo com a tabela 7, é informada a condição de ocupação dos domicílios nos anos 2000 e 2010, por conseguinte, é possível traçar um panorama comparativo e encontrar sob qual padrão se deu o acréscimo de domicílios.

Tabela 7 – Morrinhos (GO): condição dos domicílios ocupados (2000-2010)

Condição do domicílio	Número total em 2000	Número total em 2010
Domicílios particulares permanentes ocupados - próprio (número)	8.040	8.933
Domicílios particulares permanentes ocupados - alugado (número)	1.663	3.186
Domicílios particulares permanentes ocupados - cedido (número)	1.776	1.992
Domicílios particulares permanentes ocupados - outros (número)	70	124
Total	11549	14235

Fonte: IMB (2016)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

A diferença de dez anos na captação das informações expressou a adição de apenas 11,1% o número de domicílios ocupados na condição de *próprio* em Morrinhos.

Os motivos para o crescimento bem superior dos domicílios ocupados na condição de *alugado* se comparado aos domicílios ocupados na condição de *próprio* escapam dos objetivos desta pesquisa, mas, é possível supor que tal elevação apresentada em Morrinhos, pode estar relacionada aos fatores econômicos e políticos que se desenvolveram ao longo desses dez anos. Entretanto, se o crescimento do número de domicílios foi tão elevado em Morrinhos, torna-se necessário compreender sob quais bases sociais e espaciais se deu esse crescimento.

Nessa sequência, as informações da Fundação João Pinheiro (FJP)³² a respeito da publicação sobre o *Déficit Habitacional Municipal* de 2010 permitem apreender alguns resultados qualitativos do crescimento urbano tendo como foco analítico a habitação. Assim, o panorama geral do plano habitacional do Brasil, Goiás e de Morrinhos se apresenta da seguinte forma em 2010 (tabela 8).

³²Sobre os conceitos e definições utilizados para melhor compreender as características e condições do plano habitacional no Brasil, ver a publicação: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2013.

Tabela 8 – Brasil, Goiás e Morrinhos: panorama geral dos domicílios, 2010

Panorama da estrutura domiciliar	Brasil	Goiás	Morrinhos
Domicílios particulares permanentes (Total)	57.320.555	1.885.438	14.235
<i>Déficit</i> Habitacional (Total)	6.940.690	229.488	1.110
<i>Déficit</i> Habitacional (Total Relativo)	12%	12,1%	7,7%
Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Total	14.112.714	816.648	3.937
Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Relativo	28,6%	48%	32%
Domicílios Vagos (Total)	6.052.161	204.998	1.110

Fonte: FJP (2013)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Na Tabela 8 é possível verificar algumas distinções do panorama geral dos domicílios entre as diferentes unidades territoriais para o ano de 2010. Morrinhos relativamente possui um *déficit* habitacional menor se comparado ao Brasil e o estado de Goiás. Ao passo que, a inadequação de domicílios é proporcionalmente menor que a do estado de Goiás, mas, acima da média nacional. Contudo, esses percentuais não revelam as minúcias que as constituem, sobretudo, os aspectos sociais.

Destarte, serão apresentadas algumas reflexões sobre o *Déficit* Habitacional, os Domicílios Vagos e à Inadequação de Domicílios Urbanos de Morrinhos, com referência ao ano de 2010, para que seja possível articulá-las com o modo de (re)produção do espaço urbano.

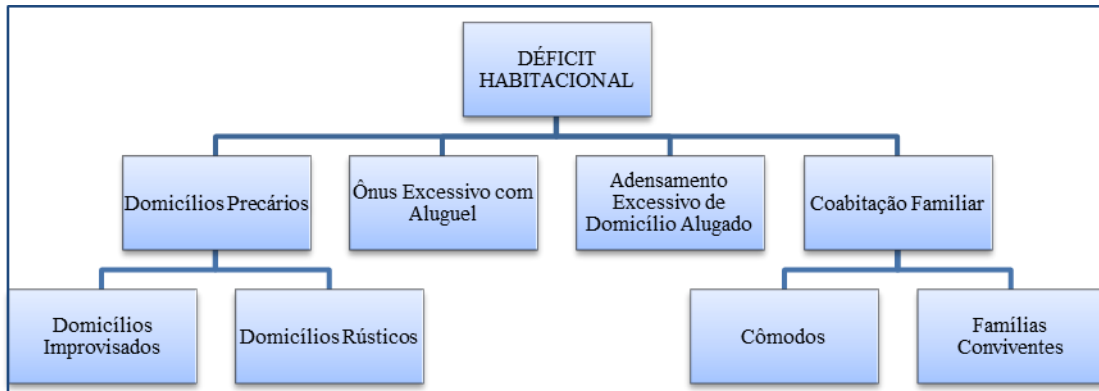
A princípio, segundo a Fundação João Pinheiro (2013, p. 13), o conceito de *déficit* habitacional está ligado:

[...] diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. [...] O *déficit* habitacional pode ser entendido, portanto, como *déficit* por reposição de estoque e *déficit* por incremento de estoque.

Nessa perspectiva, o *déficit* habitacional total de Morrinhos relativamente é menor se comparado com os *déficits* do Brasil e de Goiás, representando 7,7% do total de domicílios existentes no município. A carência total de 1.110 unidades habitacionais em Morrinhos é representada da seguinte forma: 1.054 unidades para a área urbana e 56 para a área rural.

Para a composição do *déficit* habitacional são considerados quatro componentes: primeiro - domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); segundo - ônus excessivo com aluguel urbano; terceiro - adensamento excessivo de domicílios alugados e; quarto - coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), Organograma 1. (FJP, 2013)

Organograma 1 – Componentes do *Déficit* Habitacional segundo a FJP (2016)



Fonte: FJP (2013)

Elaboração e Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

O *déficit* habitacional do Brasil, Goiás e Morrinhos, conforme informado na Tabela 9, revela diferenças qualitativas no que tange os diferentes componentes. Ao passo que, para o Brasil e o estado de Goiás o principal componente do *déficit* habitacional é a Coabitação Familiar, para Morrinhos o componente mais importante é o Ônus Excessivo com Aluguel. O enquadramento nesse componente acontece quando a família despende 30% ou mais da renda com o aluguel.

Tabela 9 – Brasil, Goiás e Morrinhos: número total e relativo dos Componentes do *Déficit* Habitacional em 2010.

Componentes do <i>Déficit</i> Habitacional	Brasil	Goiás	Morrinhos
Domicílios Precários – Total e Relativo	1.343.434 (2,4%)	25.337 (1,3%)	78 (0,5%)
Ônus excessivo com aluguel - Total e Relativo	2.124.404 (3,6%)	86.911 (4,5%)	531 (3,7%)
Adensamento excessivo de domicílios alugados - Total e Relativo	481.538 (0,8%)	13.854 (0,8%)	93 (0,6%)
Coabitação Familiar - Total e Relativo	2.991.312 (5,2%)	103.385 (5,5%)	408 (2,9%)
Total do <i>Déficit</i> Habitacional - Total e Relativo	6.940.690 (12%)	229.488 (12,1%)	1.110 (7,7%)

Fonte: FJP (2013)

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

A Coabitação Familiar é segundo componente mais expressivo no *déficit* habitacional de Morrinhos. O enquadramento nessa categoria se dá pela soma de famílias conviventes secundárias que vivem junto com a família principal, no mesmo domicílio, e das que vivem em cômodos, e que por sua vez, declararam a intenção de constituir domicílio exclusivo (FJP, 2013).

Juntos os dois principais componentes do *déficit* habitacional de Morrinhos correspondem por 84,5%. Contudo, a crueldade social é revelada quando o número desse *déficit* é dividido em componentes e pormenorizado pela renda mensal (Tabela 10).

Tabela 10 – Morrinhos (GO): componentes do *déficit* habitacional por rendimento médio dos domicílios, 2010

Componentes do Déficit Habitacional	Domicílios com rendimento de 0-3 salários mínimos	Domicílios com rendimento de 3-6 salários mínimos	Domicílios com rendimento de 6-10 salários mínimos	Domicílios com rendimento de 10 ou mais salários mínimos
Ônus excessivo de aluguel	531	0	0	0
Domicílios Precários	69	9	0	0
Coabitação Familiar	120	154	112	22
Adensamento Excessivo	68	25	0	0
Total	788	188	112	22

Fonte: FJP (2013)

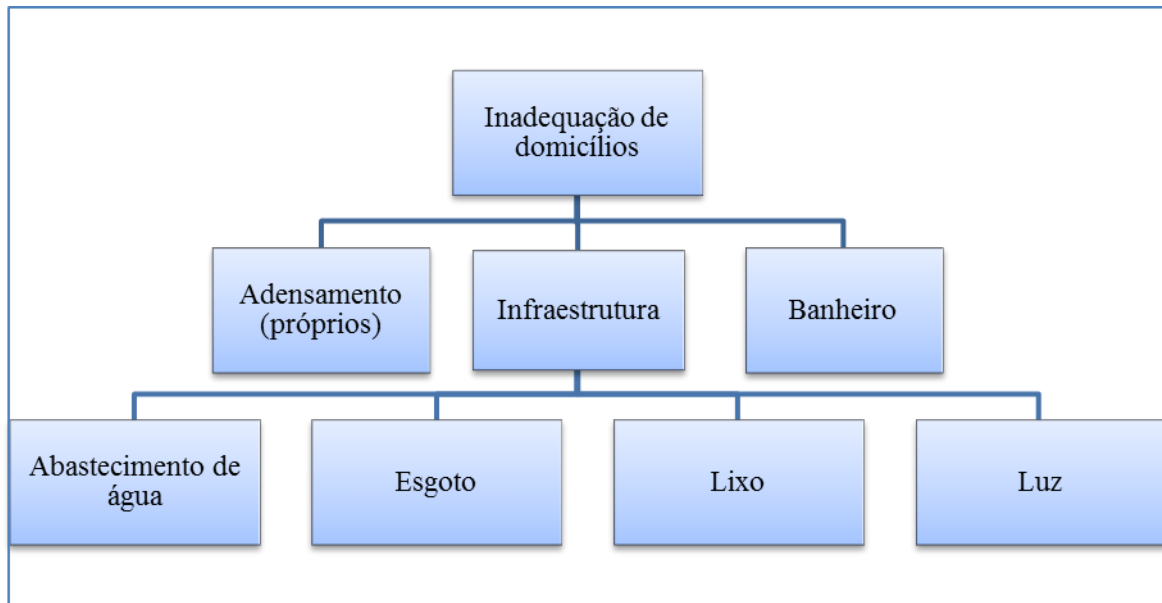
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

Assim, os domicílios com rendimentos de até 3 salários mínimos representavam aproximadamente 71% do total do *déficit* habitacional, ao passo que, aqueles domicílios cujo rendimento é de 10 salários mínimos ou mais, correspondiam por apenas 2%. As diferenças são muito significativas. Todavia, o componente Ônus Excessivo de Aluguel é exclusivo à faixa de renda mais baixa, o único componente que se estende a todas as faixas de renda é o da Coabitação Familiar. As causas da Coabitação para as diferentes classes sociais são evidentemente divergentes, a medida que, para a classe de renda baixa (até 3 salários mínimos) a Coabitação é a *melhor* opção para as famílias conviventes, para a classe social de renda mais alta (10 salários mínimos ou mais) é apenas *mais uma* opção.

Os dados referentes à Inadequação de Domicílios são formados por três componentes principais (Organograma 2) e organizados de acordo com as faixas de renda. Dessa forma, é possível verificar quais são as faixas de renda cuja inadequação do domicílio é maior.

Segundo a FJP (2013), a cidade de Morrinhos, em 2010, revelou que 3.937 domicílios urbanos (cerca de 32% do total urbano) se enquadravam em pelo menos um componente de inadequação. Destes, 2.106 domicílios estavam na faixa de renda entre zero e três salários mínimos, sendo que, a faixa de renda de dez salários mínimos ou mais, apenas 124 domicílios são acometidos com algum tipo de inadequação.

Organograma 2 – Componentes da Inadequação de Domicílios segundo a FJP (2016)



Fonte: FJP (2013)

Elaboração e Organização: SIQUEIRA, B. L. (2016)

A julgar pelos três componentes principais no tocante à inadequação dos domicílios, a carência de serviços de infraestrutura é que possui ênfase. Em Morrinhos no mesmo período, 3.854 domicílios urbanos são acometidos com a carência de infraestrutura, no mínimo em um tipo de serviço básico, que pode ser: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (FJP, 2013). Desse total, 2.052 domicílios estão na faixa de renda entre zero a três salários mínimos.

Especificamente, a carência de serviço básico de esgoto é responsável por afligir 3.694 domicílios urbanos locais, dos quais, 1.960 estão na faixa de renda entre zero a três salários mínimos.

O componente classificado como Adensamento Excessivo de Moradores por Dormitório ocorre quando o número médio de moradores é superior a três por dormitório (FJP, 2013). Em Morrinhos, o número de domicílios urbanos nessa categoria é pequeno, com o total absoluto de 62, o que representa cerca de 0,5% do total.

Por fim, o componente classificado como Banheiro refere-se à *Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva* (FJP, 2013), entretanto, Morrinhos revelou um número pequeno também para esse componente, com apenas 66 domicílios urbanos.

Dando continuidade à reflexão, coincidentemente, o número de Domicílios Vagos em Morrinhos é exatamente igual ao número do *Déficit Habitacional*. Contudo, não é possível simplificar a problemática do *déficit* de habitações alegando que há o mesmo quantitativo de domicílios vagos no município e que, portanto, estaria resolvida a questão.

Conforme a FJP (2013), o número de Domicílios Vagos não representa apenas aqueles que estão desocupados, mas também é somado a essa categoria os domicílios fechados (cujos moradores estavam ausentes no período da coleta do Censo Demográfico) e de uso ocasional (casas de campo, de fim de semana, etc.).

Assim, o *déficit* habitacional atinge com mais intensidade a classe social cuja renda domiciliar é de até 3 salários mínimos e o quantitativo de domicílios vagos em Morrinhos, grosso modo, não atende as especificidades baseadas na renda dos moradores locais, dessa forma, é produzido um efeito sórdido socialmente.

O paradoxo é perverso, pois, se há domicílios vagos na mesma quantidade do *déficit* habitacional, não haveria, portanto, carência ou falta de habitações. Se para o plano sociológico é mais simples a resolução da equação, para o plano econômico não é. São as discrepâncias econômicas e sociais que fazem parte do processo de (re)produção do urbano, pois, se são asseguradas tais diferenças, são garantidas também a valorização do imóvel enquanto parte do complexo processo de reprodução do capital.

Portanto, ao longo desta subseção ficou evidenciado, no que tange às características gerais das habitações de Morrinhos, o fato de que o crescimento do número de domicílios foi preponderantemente na condição de *alugado*. Ao mesmo tempo, o componente que mais contribui para o número total do *déficit* habitacional é justamente o Ônus Excessivo com Aluguel. Este componente aflige exclusivamente os domicílios que possuem rendimento mensal médio de até 3 salários mínimos. É justamente para os que possuem este rendimento que o *déficit* habitacional e os domicílios classificados como inadequados são mais significativos quantitativamente.

Esse conjunto de características não é exclusivo de Morrinhos, mas está presente, maior ou menor grau, em todo o território brasileiro. A estrutura e organização econômica, social e política do país assim como se expõem, se reproduzem, leva a desigualdades no acesso a moradia. E o Estado é uma parte fundamental para a reprodução da sociedade conforme ela se apresenta.

A intervenção do Estado na tentativa de amenizar tamanha desigualdade social e, por conseguinte, garantir o direito à cidade, por vezes, adquire a forma de políticas habitacionais. Seu papel na elaboração e execução de tais políticas pode variar, seja como agente regulador, financiador ou produtor de unidades habitacionais, cujos resultados são possíveis de serem avaliados ao longo do tempo.

O próximo capítulo será dedicado à compreensão do modo de (re)produção do espaço urbano à luz da vida cotidiana do trabalhador contemplado com uma moradia de interesse social na cidade goiana de Morrinhos. Para tanto, inicialmente foi feita uma contextualização teórica sobre a vida cotidiana e cotidianidade, na sequência há uma subseção a respeito da trajetória metodológica da pesquisa de campo e por fim, uma última subseção acerca das características gerais dos moradores que participaram da aplicação da entrevista.

3 VIDA COTIDIANA NOS SETORES MONTE VERDE, BELA VISTA I E BELA VISTA II EM MORRINHOS (GO)

Após apresentar no capítulo anterior histórico das políticas habitacionais, bem como as condições gerais das moradias de Morrinhos (GO), o foco deste capítulo será a investigação e discussão da vida cotidiana dos trabalhadores contemplados com uma HIS localizadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II como método de avaliação das condições, sobretudo, sociais, para a (re)produção do espaço urbano.

Inicialmente será apresentada a fundamentação teórica acerca da vida cotidiana, categoria que não inicia ou encerra o entendimento das relações socioespaciais, mas, que permite captar a partir do plano do vivido as fragilidades e/ou potencialidades da classe trabalhadora.

Na sequência, será apresentada a trajetória metodológica da pesquisa de campo com algumas das observações e descrições do Diário de Campo. Por fim, na última subseção do capítulo estão as análises dos dados coletados na pesquisa de campo nos três setores selecionados na cidade de Morrinhos, com destaque para as características gerais dos moradores, assim como, ao menos uma parte, de sua incorporação na sociedade.

3.1 Vida cotidiana e a produção do espaço social

Dentro das possibilidades para a compreensão da realidade, os contornos teórico-metodológicos apresentados por Henri Lefebvre (1991; 2009) para o debate sobre a teoria do espaço perpassam pelo uso deste espaço. Nessa perspectiva filosófica, superar as abordagens idealizadas e que não encontram convergência com o vivido é mais do que um exercício intelectual em si e para si, é elaborar uma crítica da vida cotidiana e vinculá-la à transformação do espaço.

Inicialmente Lefebvre (1991) dirige a problemática para a compreensão da realidade aos filósofos, contudo, esta se apresenta como um dilema. O autor propõe a superação da alienação filosófica (verdade sem realidade) a partir da realização da filosofia, ou seja, a busca pela unidade entre a razão (filosófica) e a realidade (social).

Para tal realização, é necessário não mais aceitar a criação de realidades dicotômicas – do filosófico e do não-filosófico, do material e do espiritual, do teórico e do prático – e assim, transformar “[...] não apenas o Estado, a vida política, a produção econômica ou a estrutura jurídica e social, mas também o cotidiano” (Ibidem, 1991, p. 21).

Caso contrário, voltar-se-á à metafísica, às construções de ideias platônicas, nas quais se apropriam da energia prática do indivíduo, enquanto ser social, para fortificar as instituições (Estado, Igreja, etc.) e as ideologias existentes (sistemas filosóficos ou organização política), cujas finalidades pretendem reger o cotidiano e manter essas “superestruturas” (LEFEBVRE, 1991).

Em resumo, a certeza que os filósofos em geral procuram não se assemelha com a segurança vislumbrada pelo homem cotidiano. Este homem “[...] se mostra perdido: entravado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos.” E ainda, ele “[...] se fecha em suas propriedades, seus bens e suas satisfações, e às vezes se arrepende.” (Ibidem, 1991, p. 23). Todavia, segundo o autor, o homem cotidiano pode arriscar, ganhando ou perdendo, pois, está mais próximo da natureza do que o filósofo.

É justamente esse homem cotidiano que a pesquisa de campo nos bairros de Morrinhos onde se localizam as moradias de interesse social buscou compreender. Contudo, antes de expor as características dos moradores pesquisados nos setores selecionados, torna-se fundamental tecer algumas considerações teóricas que ajudem a compreendê-los.

A proposta de Lefebvre não consiste apenas em analisar o cotidiano trivial, explorar o repetitivo, entendido por ele como “[...] gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos [...], horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc.” (LEFEBVRE, 1991, p. 24). Todavia, o salto qualitativo e prático do conhecimento da vida cotidiana se dá também a partir do estudo da atividade criadora que

[...] conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos. (LEFEBVRE, 1991, p. 24)

O estudo da vida cotidiana formula os problemas reais da vida numa existência social, ao mesmo tempo, produz uma crítica sobre as condições existentes de opressão e domínio. Nesse sentido, o que se abre é a oportunidade de transformar a vida qualitativamente.

Perante inspiração dos pensamentos e reflexões de Henri Lefebvre, autores como Barreira (2009), Carlos (2007; 2011), Gottdiener (2010) e Martins (2013), corroboram com a superação da noção de *produção* elaborada por Marx e, a partir desse intento, eleva-se enquanto categoria de análise o *cotidiano*.

As notórias contribuições de Martins (2013), realizadas a partir das leituras e explicações da obra de Lefebvre, também confirmam a relevância que o estudo do cotidiano tem para a compreensão da reprodução social. Em outras palavras, não é possível conhecer a reprodução social apenas como reprodução ampliada de capital, mas, para além desta, fundamentado nas formas de reprodução das contradições sociais.

Martins (2013) sustenta que o momento atual é caracterizado pelo término das *grandes certezas* e, por conseguinte, lançou desafios à vida, à ciência e ao pensamento. Um dos pontos de referência para a compreensão desse *novíssimo* mundo consiste na apreensão da vida do homem comum no seu cotidiano.

Consoante a este pensamento, Carlos (2011, p. 15) assevera que o cotidiano se impõe como uma categoria de análise, pois, desvenda a existência da sociedade e traz o vivido ao pensamento teórico, uma vez que, “[...] permite deslocar a questão da análise do plano econômico, sem, todavia, excluí-lo, para o plano do social, iluminando a prática real e vivida na qual afloram as contradições.”

A análise da vida cotidiana como prática socioespacial é essencial para o desafio de compreender a cidade. Segundo Carlos (2007, p. 12), o espaço “esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o.” A apropriação do espaço pelo vivido se dá tanto pelo uso quanto pela produção da cidade enquanto prática criadora. Nesse sentido,

A vida cotidiana se exprime como expressão aprofundada do mundo enquanto ação – ato. Atividade humana marcada por uma relação profunda e significativa com os espaços-tempos dos gestos que exprimem uma ação, na qual o movimento do corpo e dos olhos compõem e dão significado à vida, não somente à realidade interiores. (CARLOS, 2007, p. 12)

Na mesma linha de pensamento, Barreira (2009) afirma que a vida dos indivíduos deve ser tomada como fim, ao invés de se ver limitada à condição de meio para a produção restrita ao plano econômico. Torna-se necessário, portanto, a reflexão a partir da realidade vivida pelos homens e desta chegar ao conceitual, por conseguinte, elevando o cotidiano ao plano teórico.

O cotidiano exhibe o ser humano além das suas necessidades materiais objetivas, expondo-o com todas as suas subjetividades. O plano do irracional acentua a riqueza de pensar o homem total, com seus desejos, sonhos, imaginários, etc. (CARLOS, 2011).

A análise do cotidiano revela as condições, as contradições e possibilidades que a reprodução da vida possui na escala do vivido, contudo, sem perder conexão com a

constituição de uma sociedade urbana na escala global. O cotidiano é a manifestação real e particular da justaposição dos planos político e econômico para a reprodução do plano social.

Destarte, dentre as concepções de vida cotidiana, a apresentada por Martins (2013) merece ênfase, pois segundo o autor:

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e as relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. (MARTINS, 2013, p. 71)

Na perspectiva do autor supracitado, a vida cotidiana é entendida como a extensão da produção do estranhamento para além das atividades de trabalho. Dessa forma, todas as demais atividades do homem passam a possuir um ritmo orquestrado, manipulado. Assim, o homem está condenado ao momento histórico que é marcado pelo imediatismo, pela falta de imaginação e da falta de esperança (MARTINS, 2013).

Contudo, a ambiguidade ocupa um aspecto central da vida cotidiana, pois, há na realização de suas potências a tensão entre as adversidades (*a miséria*) e as possibilidades (autêntica capacidade criativa e produtiva) (BARREIRA, 2009). Nessa concepção, a ambiguidade da vida cotidiana:

[...] decorre da situação contraditória do proletariado no interior da sociedade capitalista. Por um lado, ele é esmagado sob o peso do trabalho, das instituições e das idéias dominantes. Por outro, sua relação com a atividade produtiva faz com que ele mantenha algo como um “senso de realidade” e um contato “orgânico” com a natureza (e com a sua própria natureza) que os outros segmentos da sociedade, devotados às atividades dispensáveis ou “improdutivas”, não possuem. (BARREIRA, 2009, p. 77 grifos do autor)

É a partir desse modo contraditório que a realidade do trabalhador se constitui, ora apresentando privações de todas as ordens, ora desenvolvendo o potencial criativo e produtivo. Dessa forma, compreende-se que a condição de vida do trabalhador está dialeticamente ligada à produção ideológica (e material) do espaço social.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial transforma a cidade e suas práticas socioespaciais num tipo de *cidade nova*, sob o comando hegemônico da reprodução do capital, a vida cotidiana se fragmenta nesta *cidade*

nova, subdividindo-a, organizando-a e programando-a em espaço/tempo do trabalho, da vida privada e familiar e do lazer.

Os usuários do espaço (da *cidade nova*) são os usuários da vida cotidiana que se articulam a partir de um conjunto complexo de forças econômicas, políticas e culturais. Há, portanto, um conflito entre interesses organizados em torno do espaço social (enquanto local dos valores sociais historicamente reproduzidos) e interesses em volta do espaço abstrato (enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário) articulado pela combinação do modo político e do modo econômico de dominação (GOTTDIENER, 2010).

Produzidas pelo urbanismo moderno, as *idades novas* acentuam as separações na estrutura do espaço-tempo cotidiano, ao mesmo tempo em que se reduz o potencial criativo a favor das atividades especializadas. Em outras palavras, o espaço e o cotidiano são projetados pela ideologia urbanística, que por sua vez, segmentam as funções do trabalho, do lazer, da habitação e da circulação (BARREIRA, 2009).

Nesse contexto, a relação do homem comum com o espaço (nas *idades novas*) é marcada pelas seguintes características, conforme observou Lefebvre:

A monotonia e a multiplicação continuam sendo a ditadura do olho. As técnicas ocupam neste espaço dominador e dominado o lugar que lhes corresponde, o desenho contribui para o empobrecimento desse universo reduzindo a forma à função. Consequência primeira e fundamental: o desaparecimento do corpo. Tudo se reduz a uma visualização intensa, isto é, a um rechaço da experiência e do vivido. (LEFEBVRE, 1975, p. 75 *apud* MARTINS, 2013, p. 68)

O desaparecimento do corpo refere-se ao homem que é espectador, ou melhor, não-produtor, que se dá diante da confirmação do cotidiano ante ao seu caráter linear e reduzido às relações de troca. É a coisificação do homem e a produção de sua *cotidianidade*.

Portanto, a *cidade nova* erigiu-se enquanto resultado de um espaço/tempo histórico diante dos processos de urbanização e industrialização, e ainda, por meio da ideologia do consumo dirigido, produzindo, assim, a *cotidianidade*. Por isso, o cotidiano no mundo moderno se modifica em um novo conceito, a *cotidianidade*, pois, “[...] deixou de ser ‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para se tornar ‘objeto’ (objeto da organização social).” (LEFEBVRE, 1991, p. 68, grifos do autor)

É na sociedade moderna que se generaliza o condicionamento da vida cotidiana, reduzindo-a em uma dimensão econômica em detrimento à totalidade social. Em outras

palavras, a cotidianidade é resultado de uma sociedade dominada pelas relações capitalistas de produção e de um ambiente urbano adaptado para esse fim.

A cotidianidade é, portanto, o principal produto da sociedade burocrática de consumo dirigido, no qual, “[...] o sentido da vida é a vida desprovida de sentido; realizar-se é ter uma vida sem história”. (LEFEBVRE, 1991, p. 133). A vida sem história é a realização da cotidianidade, ou seja, é produto cultural e há, nesse ínterim, negação de autonomia, impedimento da vontade de potência do indivíduo ante o condicionamento ideológico que perpassa em boa parte das suas relações sociais.

Segundo Martins (2013) a cotidianidade:

É o tempo do homem sem qualidade, mergulhado numa historicidade nova, tempo do homem desconstruído consigo mesmo, que se torna produto de seu produto, transfigurado de sujeito em objeto, em contradição com as características próprias da vida privada, que é determinada pelo tempo do sujeito. (MARTINS, 2013, p. 90-91)

Portanto, para o autor, a cotidianidade transforma o modo de vida em representações sociais inautênticas, ou seja, a vida cotidiana se transforma num modo de viver sem atitude e criatividade, uma vez que, a própria história configura-se pelo repetitivo e sem sentido.

Como adverte Carlos (2011), a continuidade do processo de produção se apoia na constituição de uma sociedade urbana caracterizada pela programação e normatização do cotidiano, que por sua vez, é produto e condição para a reprodução do econômico e político.

A consequência da formatação da vida cotidiana em padrões mais ou menos homogêneos revela os impactos cruéis tanto para o indivíduo (psicológicos) quanto para a sociedade urbana. Tais impactos podem variar conforme uma série de causas e fatores que interpelam a relação do indivíduo com a sociedade, com destaque à sua posição em uma determinada classe social.

De modo geral, a normatização do cotidiano disciplina e sintetiza a vida do indivíduo, sobretudo da classe trabalhadora, em três períodos: infante-juvenil, adulto e idoso. O primeiro momento, período infante-juvenil, é de formação do indivíduo no qual se assimila os valores sociais (morais) historicamente aceitos e difundidos socialmente. Cabe destacar aqui a estratégia que a ideologia do sistema hegemônico utiliza na preparação para a vida de trabalhador: *estudar para trabalhar – trabalhar para consumir*.

O segundo momento, período adulto, é a captura da vida pela ascensão do trabalho. Não é uma captura fundamentada na realização de alguma atividade produtiva com vistas à criatividade e humanização. O trabalho para grande parcela da população é desprovido de

sentido, portanto, é alienado e alienante, cujas condições para a sua realização se dão, cada vez mais, precarizadas e precarizantes. As potências humanas (vontades e desejos) são condensadas ou negadas em favor da reprodução do sistema econômico, haja vista o tempo mínimo desprovido para o lazer ou para a vida em família.

O terceiro momento, período idoso, caracteriza-se, cada vez mais, pela flexibilização de seu papel diante das necessidades do mercado. Aumenta-se a utilidade do indivíduo idoso para a reprodução do sistema capitalista, tanto com o acréscimo no tempo desprendido para as atividades produtivas, para o labor, protelando a aposentadoria, quanto valoriza-o na qualidade de consumidor.

Corroboram com o pensamento anteriormente explicado as colocações de Gottdiener (2010), que considera o momento atual, caracterizado pela sobreposição do espaço absoluto (de dominação política e econômica) ao espaço social da vida cotidiana. O espaço construído nessa circunstância adquire significados e funções mais instrumentais e funcionais para a reprodução do sistema capitalista do que valores de uso do espaço.

Segundo Lefebvre (1991), os conflitos e problemas da cotidianidade atingem com mais força a classe operária, pois, ela não percebe que é explorada e subjugada ao plano do consumo, como também ao plano da produção. O conjunto de pressões impostas à classe se dá a partir das representações da troca, cuja ideologia é obscurecida e, ao mesmo tempo, se eleva o consumo do objeto e o consumo dos signos, imagens.

A perversidade com que a ideologia do consumo (do objeto e de seus signos) aflige a classe trabalhadora é tão intensa, que é capaz de reduzir suas lutas e reivindicações às questões salariais, ou seja, luta-se para o aumento do poder de compra, do consumo. A origem de toda condição de vida que lhe é imposta (a expropriação dos meios de produção) é distorcida ideologicamente em favor daqueles que detêm o poder político e econômico. Legitima-se a propriedade privada e toda a superestrutura existente (Estado, Igreja, Partidos, etc.), que por sua vez, estão dispostas enquanto condição para a reprodução do sistema produtivo e de consumo.

A programação e normatização do cotidiano restringem a vida em microesferas (do trabalho, do habitar e do lazer), por vezes, fragilmente conectadas. Assim, em cada uma dessas microesferas estimula-se, cada vez mais, o individualismo em detrimento aos comportamentos coletivamente solidários, a partir do emprego exagerado da competitividade tanto nos discursos quanto nas práticas socialmente engendradas e valorizadas pelo sistema hegemônico.

A fragmentação e a redução da vida num cotidiano diante dessas condições criam e fortalecem a fragilidade do tecido social em benefício da reprodução do plano econômico. A atomização da vida cotidiana produz e reproduz coletivamente, por sua vez, um espaço urbano ante as mesmas características, ou seja, pautadas na reprodução da violência socioespacial tal como o *não* direito à cidade. Em outras palavras, a privação do direito à cidade é em virtude do modelo de reprodução (da vida cotidiana e do espaço urbano) elencado ao estado de violência.

Cabe destacar que, a violência deve ser entendida como o exercício desproporcional do poder ou força que se sobrepõe ao princípio da integridade (KRUG, *et al.*, 2002). Portanto, inscritos em uma mesma realidade, a violência social é uma violência espacial, ou seja, violência socioespacial.

A violência socioespacial deve ser entendida por sua dupla face, uma aparente e a outra mascarada ou velada. Em outras palavras, esta se apresenta na forma visível e na forma invisível (KRUG, *et al.*, 2002). A violência urbana é a face visível, socialmente condenada e aparentemente combatida pelas instituições de poder, tal como o tráfico de drogas, homicídio, ou ainda, a especulação imobiliária, a segregação urbana e a falta de moradia.

Contudo, o pior tipo de violência socioespacial é aquela no qual o violentado não tem a consciência da ação que sofre, ou seja, ele não avalia a sua condição para a reprodução da vida como sendo resultado de ações de dominação praticadas por diferentes agentes (principalmente políticos e econômicos) nas mais diferentes relações sociais.

O grau de perversidade é maior, pois, com o argumento de crise, tal como se apresenta a crise habitacional, ocultam-se, ao mesmo tempo, as verdadeiras causas dos problemas sociais. Transfere-se a culpa de todos os males ou problemas urbanos (poluição, homicídios etc.) aos pobres e não ao sistema econômico que produz a pobreza. E aqueles, diante da superestrutura criada pelos detentores do poder, aceitam ou se conformam com a condição em que se encontram reproduzindo o discurso ideológico hegemônico.

A violência socioespacial invisível (velada ao menos) ratifica a própria produção da pobreza e a concentração da riqueza. Pois, aqueles que são cotidianamente violentados por possuírem um estilo de vida com privações de todas as ordens materiais, simbólicas e/ou psicológicas, são os responsáveis por legitimar todo o sistema.

Como adverte Lefebvre (1991, p. 155, grifos do autor), ao elaborar o conceito de *sociedade terrorista* faz referência a “toda sociedade que comporta, de um lado, penúria e não-abundância, e de outro, predominância de uma classe (que possui e governa, [...] que toma para si a maior parte possível do resultado do trabalho social [...])”. Esse tipo de

sociedade se mantém por meio da persuasão (ideologia) e da opressão (leis, códigos, tribunais, violência aberta, polícia etc.).

O que se tem a seguir é o desenvolvimento de uma sociedade super-repressiva, no qual os meios e os suportes da repressão, que dantes pertenciam às macroestruturas sociais (Igreja e Estado) passam a ser apropriados pela vida privada. A família e o individualismo são os portadores da tarefa repressiva, de modo que, “Cada um se encarrega de reprimir os desejos, de conter as necessidades.” (LEFEBVRE, 1991, p. 157)

Nesta condição de auto-repreensão a que o indivíduo se sujeita, a sociedade super-repressiva é ao mesmo tempo uma sociedade terrorista, em que:

[...] reina um terror difuso. A violência permanece em estado latente. As pressões se exercem de todos os lados sobre os membros dessa sociedade; eles têm uma enorme dificuldade para se desembaraçar delas, para afastar esse peso. Cada um se torna terrorista dos outros e seu próprio terrorista; cada um aspira a tornar-se terrorista exercendo (nem que seja por um momento) o Poder. Não é preciso ditador, cada um se denuncia a si mesmo e se pune. O terror não se localiza, ele nasce do conjunto e do pormenor; o ‘sistema’ (se é que se pode falar de sistema) segura cada membro e o submete ao conjunto, isto é, a uma estratégia, a uma finalidade escondida, a objetivos que somente os poderes de decisão conhecem, mas que ninguém questiona verdadeiramente.” (LEFEBVRE, 1991, p. 158, grifos do autor)

E contraditoriamente, essa sociedade terrorista, mesmo em crise, evita as mudanças em prol da conservação das instituições e das estruturas existentes, ou seja, da sua sobrevivência. Esta sociedade utiliza a ideologia da Razão e Liberdade para reintroduzir “[...] a irracionalidade nesta razão, a opressão nessa liberdade” (LEFEBVRE, 1991, p. 159). Dessa forma, constitui-se a coerência ilusória da contradição.

O que se desenvolve não é restrito mais à manifestação imediata das relações de poder entre os sujeitos, opressor e oprimido, opondo-se e complementando-se persistentemente. Opõem-se, pois, possuem interesses divergentes. Complementam-se, porque, somente o é se o outro existir.

O grau superior de repressão se dá quando o indivíduo, especialmente o trabalhador, é ao mesmo tempo, opressor e oprimido. Logo, o espaço de luta (ou do encontro) também se reduz ao microespaço contida nas microrrelações de poder (o carro, o condomínio, o camarote, o elevador etc.).

Paradoxalmente, as lutas pelo espaço tornam-se mais intensas quanto maiores forem as lutas sociais voltadas para o atendimento das individualidades, tal como se expõe as

questões ligadas à mobilidade urbana no qual se acentuam as divergências políticas do sistema de transporte coletivo e do privado.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano manifesta-se por meio das relações de poder, das lutas entre os atores urbanos com forças desiguais num espaço produzido por ações (sociais, políticas e econômicas) violentas.

Portanto, elucidar as funções e as motivações dos diferentes agentes produtores do espaço urbano é fundamental tecer a crítica necessária para impelir a transformação qualitativa da vida cotidiana, sobretudo a vida cotidiana da classe trabalhadora. Pois, entende-se que a vida cotidiana apresenta condições materiais e imateriais mais difíceis para a reprodução da vida.

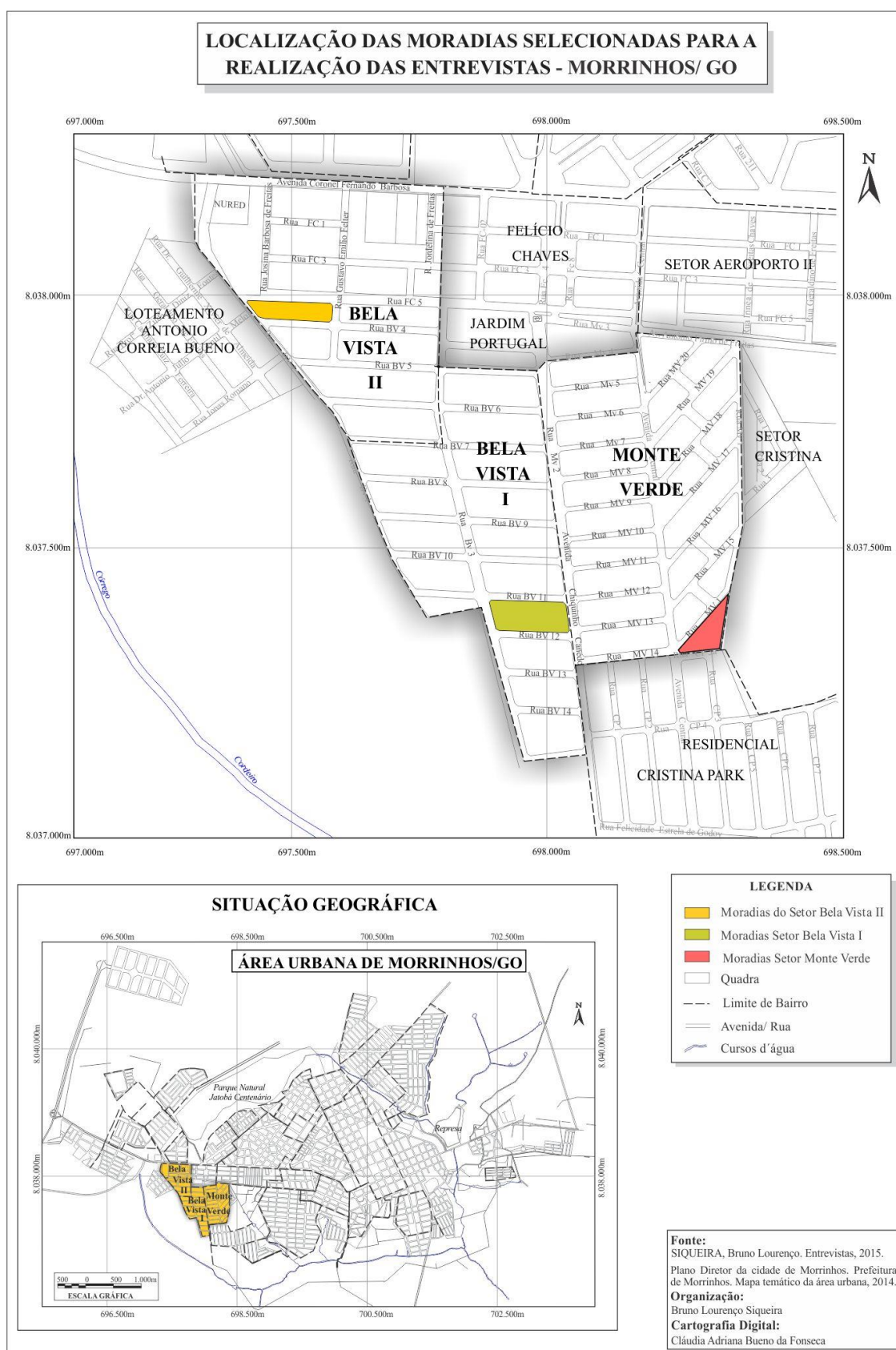
Sendo assim, a necessidade de conhecer algumas informações dos moradores de HIS localizadas em diferentes setores da cidade de Morrinhos torna-se parte importante para elucidar questões mais subjetivas da pesquisa. Pois, além de caracterizar quem é o entrevistado ou a entrevistada objetivamente, considerando fatores como a idade, escolaridade, cidade de origem etc., é revelada também parte da sua trajetória de vida que permite levantar hipóteses sobre as formas de reprodução da vida, incluindo suas potências e/ou carências materiais e imateriais, que por sua vez, culminaram na realidade têmporo-espacial por ora pesquisada.

3.2 Trajetória metodológica: os desafios da pesquisa empírica

A escolha das moradias para a realização da pesquisa empírica, localizadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II (Mapa 3), não foi por acaso. A seleção das HIS e realização da pesquisa de campo seguiram esta ordem: primeiro: visitas aos setores da cidade de Morrinhos que possuem HIS; segundo: seleção das HIS em diferentes setores; terceiro: realização da pesquisa a partir da aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturado (Apêndice A) e; quarto: observação de campo acompanhada de diário de campo.

Buscou-se primordialmente um conjunto de HIS no qual o tempo de instalação dos moradores não fosse demasiadamente antigo (acima de dez anos) ou recente (menos de 6 meses), pois, a intenção era captar, por meio de entrevistas, as experiências de vida tanto da antiga moradia quanto da nova para fins comparativos.

Mapa 3 – Morrinhos (GO): localização das quadras onde se encontram as HIS selecionadas para a pesquisa empírica, 2015



A seleção das HIS para a pesquisa empírica foi possível graças à única contribuição direta da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Morrinhos. Após diversas tentativas fracassadas para uma conversa com o atual Secretário de Habitação, mesmo com o agendamento de dia e horários ao longo do mês de setembro de 2015, insistentemente à espera do mesmo na portaria da secretaria, no dia 23 de setembro de 2015 foi possível apresentar a pesquisa que estava em curso, bem como, solicitar um conjunto de informações para a continuidade da mesma.

O secretário disponibilizou o seu assessor para acompanhar às visitas aos locais onde se encontram as HIS espalhadas no espaço urbano da cidade de Morrinhos. A visita orientada aconteceu no dia 24 de setembro de 2015 e foi dividida em três momentos para mostrar as diferentes etapas das moradias de interesse social.

O município de Morrinhos apresenta três programas habitacionais em curso: O primeiro, o programa municipal de doação de lotes com o sistema de autoconstrução pela família contemplada; o segundo, doação de lotes de origem pública em convênio com o programa Cheque Mais Moradia do Governo do Estado de Goiás e; o terceiro é a doação de lotes municipais para a construção de moradias com recursos do PMCMV.

O primeiro momento da visita foi nos locais onde a Prefeitura está regularizando a condição fundiária e dotando-os de infraestrutura básica (água e luz) para doação. As duas áreas visitadas para a doação de lotes, o primeiro denominado de loteamento José Genuíno com 152 lotes e o segundo no setor Cristina Park com 50 lotes.

O loteamento José Genuíno localiza-se na saída para Goiânia (GO), cuja distância da área central e de todos os serviços públicos torna-se um forte ponto negativo. Por sua vez, os lotes localizados no setor Cristina Park situam-se na área urbana consolidada, ou seja, além de ser possuir infraestrutura básica o setor é constituído, ao menos visualmente, por moradias de diferentes níveis de renda.

Nesses dois casos citados os lotes são doados pela Prefeitura Municipal às famílias cadastradas e aptas a receberem tais imóveis, sendo que, a edificação das casas é de responsabilidade dos contemplados.

O segundo momento da visita orientada direcionou-se aos locais cujas moradias estavam em construção. No setor Vila Nova III há a construção 52 casas no regime de

autoconstrução pelo programa do Governo do Estado de Goiás denominado de Cheque Mais Moradia³³ (Foto 1).

Foto 1 – Morrinhos (GO), setor Vila Nova III: construção de HIS, 2015



Fonte: Pesquisa de campo (2015)
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 nov. 2015)

Nesse programa habitacional, a Prefeitura Municipal de Morrinhos em parceria como Governo de Estado entregam dois cheques, com o valor total de 10 mil reais a cada contemplado, previamente selecionado pelos cadastros da Secretaria de Habitação. A Prefeitura ainda deve oferecer outras contrapartidas, tais como a infraestrutura viária e apoio técnico de construção.

Outro local visitado cujas HIS estão em construção é o Solar do Bosque (saída pra Goiânia) no qual 50 unidades habitacionais deverão ser entregues até março de 2016. Esse local é financiado pelo PMCMV. O município também deve oferecer contrapartidas, particularmente de infraestrutura básica (água e luz), para que as verbas federais sejam liberadas nas diferentes etapas de construção. Por outro lado, a localização desse empreendimento destoa das demais áreas visitadas, pois, as moradias estão sendo construídas numa área não contígua à malha urbana.

Ressalta-se que os dois primeiros momentos da pesquisa de campo destinaram-se a conhecer os bairros e setores morrinhenses que possuem imóveis pertencentes às políticas habitacionais de interesse social.

³³ O programa habitacional Cheque Mais Moradia foi lançado em maio de 2012 pelo Governo do Estado de Goiás. Este faz o repasse aos beneficiários de valores que podem chegar a 20 mil reais, dependendo das características cadastrais destes junto à Prefeitura Municipal.

O terceiro momento da visita pautou-se nas moradias já entregues ao longo do segundo semestre de 2014. São 46 moradias construídas com os recursos do PMCMV em lotes pertencentes à Prefeitura Municipal e doados às famílias que integram o cadastro de *déficit* habitacional local. O destaque para essas moradias é o fato de que foram construídas em 3 setores da cidade que já se constituem como áreas consolidadas e integradas à malha urbana. Entretanto, as casas ocupam quadras inteiras nos setores Monte Verde (com 15 casas), Bela Vista I (com 14 casas) e Bela Vista II (com 17 casas).

Cada casa entregue pela Prefeitura nesses setores possui 4 cômodos, sendo dois quartos, um banheiro e uma sala conjugada com a pequena cozinha. Do lado externo e sem qualquer tipo de cobertura foi instalado um tanque para lavar roupas. As casas foram entregues sem muro, sem forro interno, sem piso em cerâmica e sem qualquer tipo de ligação com os sistemas de água e de energia.

O assessor Júnior disse durante as visitas que a Prefeitura entregou para cada morador um cheque de 3 mil reais, recursos esses vindos do Governo do Estado de Goiás pelo Programa Cheque Mais Moradia, para ajudar nas despesas para a construção dos muros e perfuração da fossa séptica, uma vez que, não há rede de esgoto nos setores supracitados. Dessa forma, a fossa séptica de todas as casas localiza-se na calçada com a justificativa de facilitar a manutenção.

E foram justamente estas HIS nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II a serem selecionadas para a realização da pesquisa empírica com a aplicação de roteiro de entrevistas para os moradores e observação da dinâmica social e espacial.

A aplicação das entrevistas aos moradores aconteceram nos dias 01, 02 e 03 de outubro de 2015. A coleta das informações iniciava por volta das 9 horas da manhã, com interrupção para o almoço ao meio dia. O retorno da coleta no período vespertino começava às 14 horas e se estendia até o início da noite, por volta das 19 horas.

A luminosidade ruim e a desconfiança por parte dos moradores quando foram chamados para responder à pesquisa no início da noite fez com que não fosse alongado mais a coleta de dados durante o período noturno.

Na oportunidade em que os moradores aceitaram participar da pesquisa os procedimentos de coleta de dados seguiam a sequência:

- I) Entregava-se uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com todas as informações sobre a pesquisa em curso para os moradores;
- II) Explicava-se o conteúdo e os objetivos da entrevista;
- III) Início da entrevista com as anotações das respostas;

IV) Por fim, solicitava-se a assinatura dos moradores atestando a participação.

Mesmo com a informação de que o caráter da pesquisa era de cunho acadêmico, portanto, sem vínculo com o poder público municipal ou de qualquer órgão de fiscalização municipal, estadual ou federal, em boa parte das informações concedidas a percepção era de que o morador estava com receio e por vezes as respostas para algumas questões eram sem profundidade ou demasiadamente simples. Em quatro oportunidades durante a entrevista foi perguntado ao pesquisador se trabalhava para a Prefeitura.

Do total de 46 moradias localizadas nos três setores selecionados na cidade de Morrinhos (setores Monte Verde, Bela Vista e Bela Vista II), 42 casas foram visitadas para solicitar a entrevista, sendo que, em 22 residências os moradores aceitaram participar e em 20 moradias ou não aceitaram ou não estavam presentes.

Apenas 4 moradias não foram visitadas. Localizadas no setor Monte Verde, as 4 moradias foram descartadas para a visita devido a um incidente violento envolvendo um dos moradores com seu irmão na tarde do dia 02 de outubro de 2015. Contudo, uma vizinha ao conceder a entrevista e comentar sobre o incidente sugeriu que fossem interrompidas as tentativas de entrevistas nas casas que faltavam para a coleta.

Após o início das primeiras entrevistas e de calibrar o tempo dos questionamentos (o tempo médio ficou em torno de 25 minutos), mas principalmente devido à forma retraída e desconfiada dos moradores, optou-se por não gravar as entrevistas.

Logo após a realização das primeiras entrevistas levantou-se a hipótese de que a gravação das entrevistas poderia inibir ainda mais o morador, comprometendo a qualidade das informações. Corroborou com a hipótese o fato de que ao final da realização das 22 entrevistas apenas 8 delas aconteceu dentro da casa (garagem ou sala). Assim, 14 das entrevistas foram realizadas na calçada e o morador atrás do portão, saindo por vezes apenas para assinar o termo de consentimento da pesquisa em curso.

Das 20 moradias onde não foi possível a aplicação do roteiro de entrevistas, em 11 delas o morador não estava presente. Cabe ressaltar que foram realizadas três tentativas e em dias e horários diferentes. Em outras nove situações o morador se recusou a conceder a entrevista. As alegações foram diversas, tais como: *não tinham tempo*, ou *o responsável pela casa não estava presente* ou ainda simplesmente se negaram a responder a pesquisa, pois, estavam cansados do dia de trabalho.

Mesmo com as dificuldades para a obtenção de informações e os desafios inerentes à realização da entrevista, o resultado final dos trabalhos de campo pode ser avaliado positivamente, pois do total de moradias constante nos 3 bairros, aplicou-se entrevistas em

cerca de 53% das casas. Nessa sequência, serão expostas algumas características de cada conjunto de casas nos setores selecionados, bem como as impressões adquiridas pelas observações durante a realização das entrevistas e registradas em diário de campo.

No setor Bela Vista I totalizam-se 14 moradias, ao passo que, nove delas os moradores participaram da pesquisa, dois moradores não aceitaram participar e em outras três moradias não foi encontrado ninguém. Vizinhos destes informaram que os mesmos ficam ausentes de casa o dia todo, retornando no início da noite. Mesmo com a tentativa de encontrá-los ao final da tarde dos dias úteis (01 e 02 de outubro de 2015) e no sábado (dia 03 de outubro de 2015, na manhã e tarde) não foi possível o contato para coletar informações pertinentes a pesquisa em curso.

As 14 moradias deste setor ocupam uma quadra inteira. As ruas estão asfaltadas e com o meio fio pronto. Contudo não são todas as moradias que providenciaram a calçada, pois na frente de algumas moradias as calçadas ainda são irregulares e de terra. A quadra localizada ao lado (oeste) possui uma creche recém-inaugurada.

Aproveitando a localização estratégica, por estarem sediadas na avenida principal do bairro, dois moradores vizinhos adaptaram a frente das casas e fizeram pontos de comércio (Foto 2).

Foto 2 - Moradia no setor Bela Vista I em Morrinhos (GO) com estabelecimento comercial (2015)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 nov. 2015)

Um morador está montando uma pequena mercearia na garagem da casa. O segundo montou um pequeno salão de cabeleireiro. Casos como destes dois moradores do setor Bela Vista I, somado com mais uma moradora do Monte Verde, são os únicos que fizeram adaptações e/ou trabalham em casa.

No setor Bela Vista II, com o total de 17 moradias, nove moradores aceitaram participar da pesquisa, outros quatro não aceitaram, ao passo que, quatro não foram encontrados. Contudo, o que mais chamou a atenção durante a realização das entrevistas foi a desconfiança dos moradores. Nas falas dos entrevistados há a explicação de que o bairro sofre com os furtos nas residências.

As ruas do setor Bela Vista II estão asfaltadas, mas, nem todas as calçadas estão pavimentadas. O que mais chamou a atenção são as diferenças estruturais e de fachada das casas. A medida que algumas casas foram muito modificadas (Foto 3), outras basicamente não foram ou sofreram poucas modificações (Foto 4).

Foto 3 – Morrinhos (GO), setor Bela Vista II: moradia apresentando muitas modificações se comparada ao padrão original, 2015



Fonte: Pesquisa de campo (2015)
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 nov. 2015)

As duas moradias que são ilustradas nas fotos 3 e 4 ilustram a diversidade de condições, sobretudo financeiras, que permite, ao morador, modificar mais ou menos sua casa.

Foto 4 – Morrinhos (GO), setor Bela Vista II: moradia apresentando poucas modificações se comparada a infraestrutura original, 2015



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 nov. 2015)

Por fim, o setor Monte Verde (Foto 5), com o total de 15 casas, destes, quatro moradores aceitaram participar da pesquisa, em outras três os moradores não aceitaram, em quatro moradias ninguém foi encontrado e em outras quatro foram descartadas por conta do incidente já relatado anteriormente.

Foto 5 – Morrinhos (GO), setor Monte Verde: moradias e asfaltamento recente, 2015



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 nov. 2015)

Dos três setores selecionados para a realização da pesquisa de campo, as visitas para coleta de dados com as moradias do setor Monte Verde foram as que ofereceram mais dificuldades. Os moradores que concederam entrevistas disseram que o local tem a presença constante de usuários de drogas e de consumidores imoderados de álcool, sendo assim, a sensação de insegurança é um elemento relevante na vizinhança.

Após a coleta de informações com a aplicação de entrevistas aos moradores, foram realizadas observações, cujo intento era apreender a dinâmica social e espacial dos locais selecionados em dias e horários variados.

Contudo, as observações foram realizadas por quatro vezes, sendo, duas ocasiões em dias úteis (12 de novembro e 2 de dezembro de 2015) e outras duas vezes nos finais de semana (8 de novembro e 6 de dezembro de 2015). Cada observação tinha a duração de 30 minutos em cada conjunto de moradias dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II.

3.3 Caracterização do entrevistado e análise socioeconômico dos moradores

Conhecer o entrevistado em suas características mais elementares, conforme serão apresentadas ao longo desta subseção, ampara a elaboração de uma ordem analítica do conjunto de entrevistados. Nesse sentido, não se busca apenas destacar os padrões numéricos, quantitativos, elaborados a partir das respostas destes, mas, para além da representação gráfica ou da organização dos dados em tabelas e quadros, é imperativo compreender o que há de singular e de plural que os tornam, num determinado aspecto, semelhantes.

A singularidade que se evidencia no grupo pesquisado é a necessidade de uma moradia, um abrigo, no entanto, tal fato não é exclusivo dos entrevistados. Entretanto, a condição de vida deles, a priori, um grupo que partilha de condições socioeconômicas correlatas, permitiu-se que fossem contemplados com uma casa advinda de Programas Habitacionais de Interesse Social.

Impossibilitados pela condição financeira de conseguirem uma casa por meio do mercado imobiliário, a resolução da carência de uma moradia, para assim atender as condições para a reprodução da vida, somente se resolveu com a atuação do Estado por meio das políticas habitacionais. Por ora, o que não se discute é a moradia enquanto necessidade humana para a realização das vontades e desejos familiares e/ou privados, mas sim a elevação dela como solução para parte dos problemas sociais. Destarte, as políticas habitacionais se configuram em instrumento político de coação, persuasão e de legitimação do sistema político e econômico hegemônicos.

O acesso à moradia por meio de políticas e programas habitacionais não deve encerrar a luta por melhorias sociais, mas sim ser o início do direito à cidade, entendendo esse direito não apenas como ter garantida a mobilidade urbana e acesso aos equipamentos e serviços da cidade, mas fundamentalmente fazer parte da (re)produção do espaço urbano num sentido amplo e não apenas como força de trabalho a serviço da reprodução do capital.

As primeiras informações do roteiro de entrevista são para a caracterização do entrevistado no que se refere à idade, sexo, estado civil, grau de instrução e município de origem.

Do total de entrevistas aplicadas, 86,4% foram com mulheres e 13,6% com homens. Para o número maior de mulheres participantes na pesquisa sugere as seguintes hipóteses:

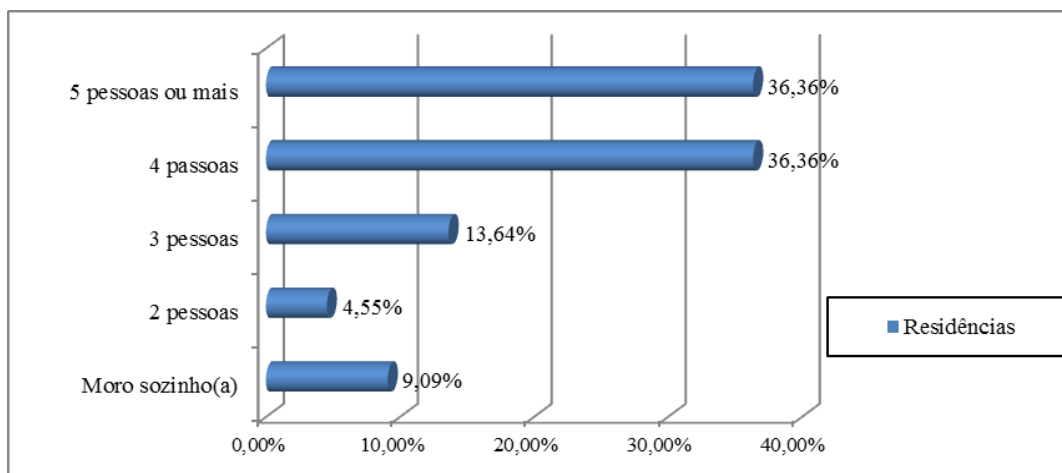
- A múltipla jornada de atividades caracterizada por cuidar da casa e dos filhos e ainda trabalhar meio período para complementar a renda familiar condiciona algumas mulheres a permanecerem mais tempo na residência se comparado ao homem;
- A mulher se mostrou mais aberta para participar da pesquisa. Os homens foram os que mais negaram a participação deste estudo. Das nove negativas para a entrevista, seis foram homens e três foram mulheres;

Do total de entrevistados, 59% são naturais do município de Morrinhos; 23% são oriundos de outros municípios goianos; 9% vieram de municípios do estado do Tocantins; 4,5% do Ceará e 4,5% do Mato Grosso. O tempo de residência dos entrevistados que não são naturais do município de Morrinhos variou entre 8 (oito) a 40 (quarenta) anos. Cabe destacar que o tempo de permanência na cidade também é um fator decisivo para a escolha do contemplado à moradia de interesse social de programas habitacionais.

Comparando a média de moradores em domicílios particulares ocupados no município de Morrinhos com os domicílios pesquisados, a diferença não é desprezível. Enquanto a média no município foi de 2,89 moradores por domicílio³⁴, nos domicílios pesquisados a média foi de 3,86. O Gráfico 15 é representativo porque destaca como número de moradores pode ser importante para as políticas habitacionais. Em aproximadamente 73% das residências pesquisadas o número de moradores é superior a 4.

³⁴ Informações disponíveis no sítio do IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521380&idtema=1&search=goias|morrinhos|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Gráfico 15 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): número de pessoas residentes por casa (2015)

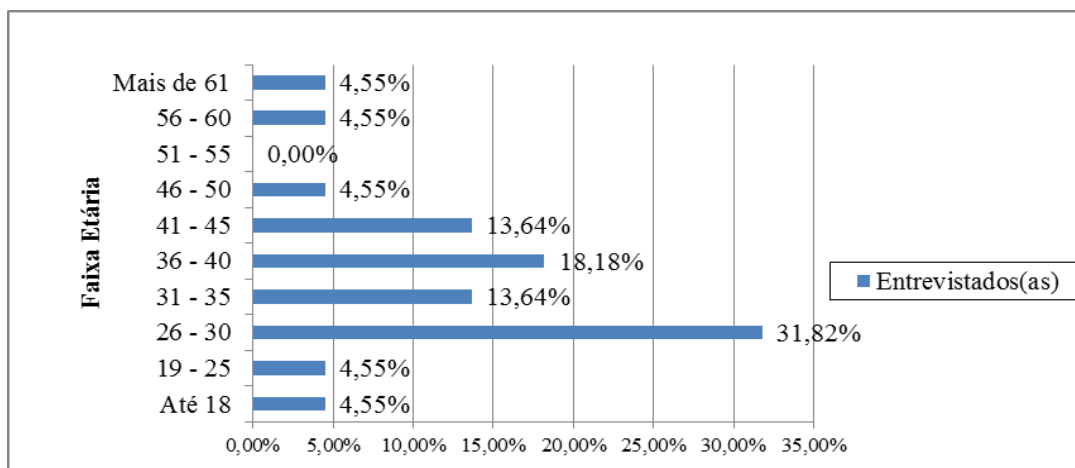


Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Para a residência no qual o número de moradores é superior a 5 torna-se evidente a limitação do espaço interno uma vez que as moradias foram entregues com apenas 2 dormitórios. Informa-se que a próxima subseção dedicará maior profundidade às informações sobre as características da moradia e as condições urbanísticas segundo os próprios moradores que complementam a afirmação de que o espaço da casa não atende o tamanho da família.

No que se refere à idade dos entrevistados (Gráfico 16) o agrupamento nas mais distintas faixas etárias permite compreender que houve um critério mais democrático para a distribuição das casas, uma vez que, todas as faixas etárias foram atendidas, com exceção do grupo etário de 51 a 55 anos.

Gráfico 16 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual dos pesquisados por faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

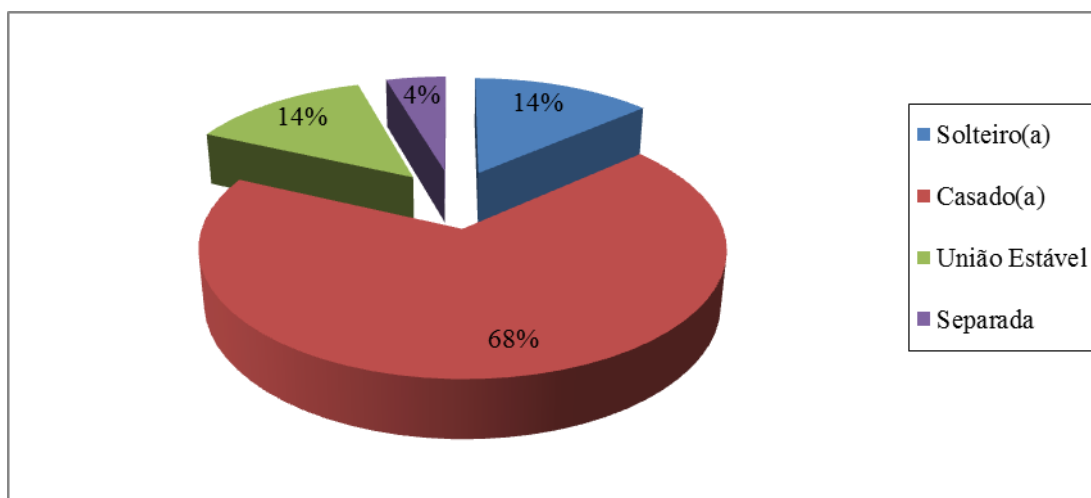
Contudo, há uma nítida vantagem percentual da faixa etária que vai de 26 aos 30 anos. O grupo mais jovem, considera-se a categoria até 30 anos, corresponde por aproximadamente a 41% dos entrevistados.

O fato de praticamente todas as faixas etárias terem sido contempladas revela, a grosso modo, que as políticas habitacionais historicamente não tem sido eficazes na redução do *déficit* habitacional. Pois, se para aqueles entrevistados que estão em idade adulta ou idosa a casa própria fora contemplada apenas recentemente, há uma demonstração clara de seletividade das políticas habitacionais no que tange seus objetivos gerais. Em outras palavras, as políticas habitacionais quando não buscam resolver o problema da falta de moradia revelam o poder e os interesses econômicos da classe hegemônica na execução das políticas sociais. Não há interesse político em resolver o problema de falta de moradia digna para parte considerável dos brasileiros.

A execução parcial de qualquer política social demonstra que os efeitos positivos serão superados pelos negativos, haja vista as consequências das políticas habitacionais no Brasil ao longo do século XX, conforme já discutida no segundo capítulo deste trabalho, na subseção *O modo brasileiro de enfrentamento à crise habitacional*.

Outra informação importante do conjunto de entrevistas relaciona-se ao estado civil (Gráfico 17). O fato de quase 70% dos entrevistados ao afirmarem serem casados revela um importante critério para a seleção dos contemplados com uma moradia na cidade de Morrinhos.

Gráfico 17 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): estado civil dos pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

A composição familiar dos domicílios pesquisados se mostrou da seguinte forma: casais com filhos compõem 86,5% do total; casais sem filhos correspondem a 4,5% e, por fim, 9% dos domicílios são formados por apenas uma pessoa. Dentre os entrevistados, nenhum caso se enquadra como família formada por mães com filhos.

Conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro referente ao ano de 2012, é visualizada uma grande distorção se observados os principais grupos que compõem o déficit habitacional brasileiro. Considerando o total de famílias no Brasil, o que representa aproximadamente o total de 67 milhões, destes o país apresenta 19,0% de casais sem filhos, 44,9% de famílias formadas por casais com filhos e 16,3% compostas por mães e filhos e 19,8% formadas por outros tipos de família.

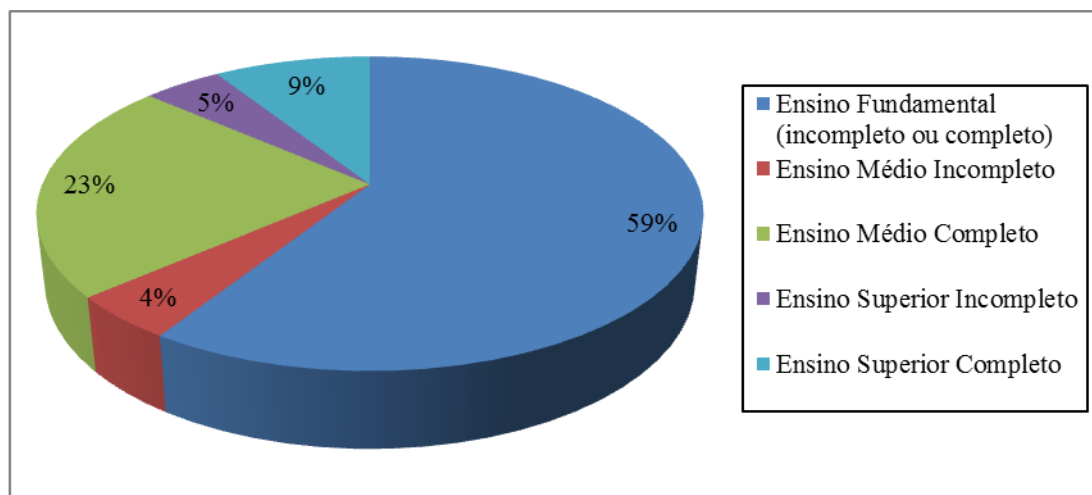
A título de exemplo e reflexões correlativas, ao se utilizar para a análise apenas uma variável dos elementos que formam o *déficit* habitacional no país, que é o grupo formado por famílias conviventes (coabitação), a distorção entre os grupos de família torna-se evidente, pois, as famílias conviventes consideradas *déficit* em 2012, as mães com filhos representam 41,7% das famílias; casais sem filhos 22,4%; casais com filhos 29,6%; e 6,3% outros tipos de família. Portanto, as famílias formadas por mães com filhos mesmo sendo o menor grupo relativo dentre os tipos de família no Brasil são, por outro lado, o grupo familiar convivente com o maior percentual considerada *déficit*, fato este não observado no grupo de moradores pesquisados em Morrinhos.

Na sequência interpretativa, os Gráficos 18 e 19 são complementares para a análise social e econômica das famílias pesquisadas. Destarte, chama a atenção o fato de 59% dos entrevistados possuir escolaridade média até o ensino fundamental, ao passo que, a renda familiar de aproximadamente 95% dos entrevistados não passa dos três salários mínimos³⁵.

A baixa escolaridade dos entrevistados permite confirmar a herança maldita contida na condução política do país, sobretudo por conta da falta da universalização do ensino público e de qualidade. É evidente que outros fatores históricos, inclusive os de origem pessoal e/ou familiar, podem refletir diretamente na escolaridade dos mesmos.

³⁵ O valor do salário mínimo vigente no ano de 2015 no período de realização das entrevistas era de R\$ 788,00.

Gráfico 18 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): grau de instrução dos pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

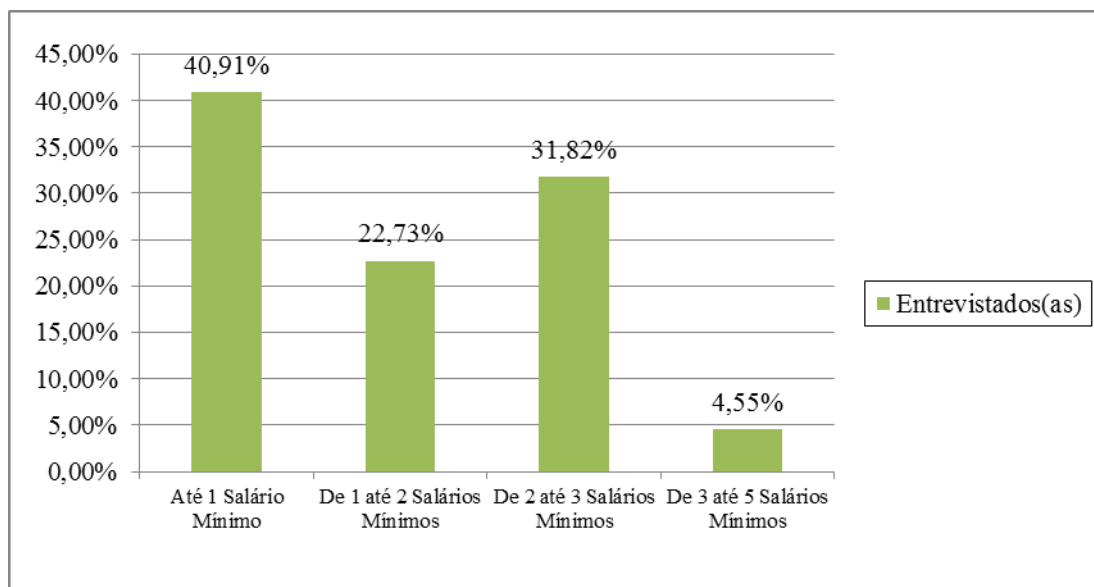
Contudo, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)³⁶ referente ao ano de 2013, o fato de o Brasil apresentar a menor média de anos de escolaridade em toda América do Sul, com média de 7,2 anos de escolaridade, colocando-o na última posição ao lado do Suriname, evidencia a perversidade histórica na condução política social no país.

As intencionalidades políticas em não priorizar a educação para a população em geral, condicionam as maneiras de reprodução da vida das pessoas na realidade histórica que vivem e, ao mesmo tempo, condenam as gerações futuras a viverem em condições sociais e econômicas similares ou ainda mais perversas social e economicamente. Em outras palavras, a condução da política social no Brasil busca garantir a reprodução da miserabilidade como estratégia de controle social da classe trabalhadora e concentração da riqueza para as elites.

Após a apresentação do baixo nível de escolaridade entre os entrevistados nota-se que esta associa-se com a renda dos mesmos, conforme o Gráfico 19. O destaque mais evidente entre as entrevistas revelou que 40,9% das famílias possuem renda de até 1 (um) salário mínimo de 2015.

³⁶As informações da Pnud foram divulgadas pela imprensa. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/brasil-tem-menor-media-de-anos-de-estudos-da-america-do-sul-diz-pnud.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Gráfico 19 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentuais da renda familiar em salários mínimos



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Dessa forma, a realidade socioeconômica, tal como se apresenta para parte considerável dos entrevistados, cujas características são a baixa escolaridade e baixa renda, é contraditoriamente uma fragilidade social estável (perpetuação da alienação) e uma potência social transformadora (condição que emerge a partir da miséria). Os limites para a compreensão da realidade social por ora analisada não se pode excluir essas variáveis dialeticamente relacionadas.

A fragilidade social aqui defendida é caracterizada pelo compartilhamento de condições precárias de reprodução da vida pelo grupo social de mais baixa renda. Estes estão expostos mais acentuadamente aos mais diversos fatores degradantes da vida, tais como a violência socioespacial em todas as suas facetas e formas. A fragilidade social é estável, pois, diante do poder ideológico produzido por forças políticas e econômicas hegemônicas, a totalidade da realidade social é reproduzida ante os interesses sectários de classe, com vistas à permanência da estrutura social e econômica.

Ao mesmo tempo em que agudizam-se as diferenças entre as classes sociais e a fragilidade social é estável para uma parte numericamente relevante da população, há como contraponto dessa mesma realidade a possibilidade de subverter a ordem política vigente. É a própria fragilidade social que se transforma em potência social transformadora. A precarização das condições de vida, do ponto de vista social e econômico, torna-se o elemento fundamental para potencializar uma revolução social. Contudo, as forças conservadoras são

tão mais eficazes na doutrinação ideológica, pois, quem sustenta o funcionamento de todo o sistema político, social e econômico são os mais explorados.

Na sequência, os dados socioeconômicos dos moradores, para melhor compreensão da realidade, foram divididos em três partes, conforme o Quadro 1 e os Gráficos 20 e 21. A primeira parte das informações é acerca do trabalho e renda dos moradores pesquisados. Nesta parte destacam-se os dados mais objetivos, mas, que permitem ao longo do tratamento analítico a respeito da captura das subjetividades mais comuns no conjunto dos entrevistados.

Na segunda parte são informados os bens de consumo e os meios de transporte dos moradores, que por sua vez, indicam a inclinação e as preferências objetivas e subjetivas contidas nas relações sociais mediadas pelo consumo de mercadorias.

E, por fim, a terceira parte dos dados socioeconômicos aborda os meios de comunicação e de informação que a família mais utiliza e assim, discutir-se-á a relevância destes meios na produção da cotidianidade dos moradores.

Conforme a informação sobre a renda familiar já foi abordado anteriormente, inicia-se, portanto, a análise socioeconômica com a descrição das profissões que foram mencionadas nas entrevistas (Quadro 1).

Quadro 1 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): profissão do responsável pela casa

Profissão	Quantidade de vezes que foi mencionado
Do lar	4
Motorista	4
Cabeleireira(o)	2
Vendedora	2
Doméstica	1
Pintor	1
Ajudante de Pedreiro	1
Não especificou	1
Chapeira	1
Agente Comunitário	1
Reciclagem	1
Auxiliar de serviços gerais	1
Faxineira	1
Desempregada	1
Frentista	1
Chapa	1
Operador de caixa	1
Técnico Agrícola	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

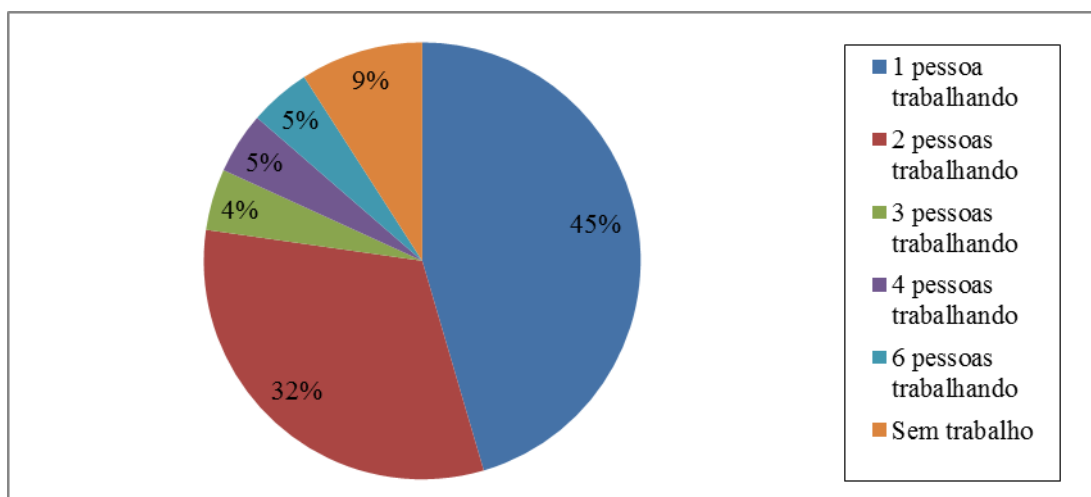
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Destacam-se a grande variedade de ocupações citadas pelos moradores, contudo, com exceção do entrevistado que informou ser técnico agrícola, todas as demais profissões são ligadas à baixa escolaridade.

Dentre as ocupações mencionadas, boa parte delas fazem parte de setores da atividade econômica cujo salário médio de admissão é o mais baixo na cidade de Morrinhos. Segundo dados do CAGED/MTE³⁷, no período que corresponde de janeiro até outubro de 2015, para a cidade de Morrinhos, as atividades ligadas à construção civil apresentaram as maiores remunerações iniciais, com o salário médio de R\$ 1.144,97; ao passo que, o setor de serviços a média foi de R\$ 1.061,18; e o setor de comércio foi de R\$ 962,03. Nota-se, assim, que nenhuma das ocupações mencionadas remuneravam acima de 1 salário mínimo e meio, que corresponde no ano de 2015 ao valor de R\$ 1.182,00.

A baixa remuneração das ocupações indicadas nas entrevistas pode explicar o fato de 46% das residências terem mais de uma pessoa trabalhando (Gráfico 20). Nestas, a renda familiar, na média, não ultrapassou a faixa que varia entre dois a três salários mínimos.

Gráfico 20 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual de pessoas que trabalham por domicílio



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Se para aproximadamente 86% das residências há três ou mais pessoas morando e em 45% destas moradias apenas uma delas trabalha, pode-se inferir que: primeiro, ou o segundo morador em condições de trabalho não conseguiu inserção no mercado, pelo menos momentaneamente e; segundo, ou por questões culturais e/ou por vontade em permanecer no

³⁷ Dados disponíveis em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 03 dez. 2015.

lar, cujas causas podem ser diversas, mas principalmente está ligado ao cuidado com os filhos. Fato este observado durante a realização das entrevistas, nos quais as mães quase sempre atendiam a porta com o filho ou filha próximos dela.

Outro dado considerável refere-se ao percentual de desempregados. Os entrevistados quando perguntados se há alguém na casa que está desempregado, em 18% a resposta foi “SIM” enquanto 82% responderam “NÃO”. Ou seja, o índice de desempregados entre os entrevistados é muito acima da média do estado de Goiás e do índice nacional³⁸, que foi respectivamente de 7% e 8,3%, para o período referente ao segundo trimestre de 2015. Mesmo em um período de crise na economia nacional, o percentual elevado de desempregados entre os trabalhadores das residências pesquisadas chama a atenção. Sobre essa condição pode-se inferir que a baixa escolaridade é uma das causas do elevado índice de desemprego.

Corroborando com essa hipótese os últimos números apresentados por *Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda* do Ministério do Trabalho e Emprego (ISPER/MTE). A movimentação entre admissão e desligamento de trabalho formal é algo que se destaca no perfil do município de Morrinhos. O número total de emprego formal em 31 de dezembro de 2014 no município de Morrinhos foi de 9.483 trabalhadores. A flutuação do emprego formal (diferença entre admissões e desligamentos) entre janeiro e dezembro de 2014 chegou a 70,85% do total. Para este período foram 6.172 admissões e 6.719 desligamentos, com saldo negativo de 547 empregos formais.

O número de desligamentos (demissões) nas ocupações geralmente ligadas à baixa escolaridade foi maior. Em 2014, dentre as ocupações com maior número de desligamentos em Morrinhos destacam-se: trabalhador da cultura do milho e sorgo com 1.761; trabalhador agropecuário em geral com 341; motorista de caminhão com 332; vendedor de comércio varejista com 181 desligamentos.

Os desligamentos mais numerosos no ano de 2015 (período apurado pelo ISPER/MTE foi entre janeiro e novembro) confirma a tendência do ano anterior: 1.271 trabalhadores na produção de milho e sorgo foram desligados; alimentador de linha de produção com 422; e motorista de caminhão com 402 desligamentos.

As demissões por término de contrato ou término de contrato com prazo determinado somaram em termos absolutos a 2.481 no ano de 2014 e de 2.307 no ano de 2015; o que

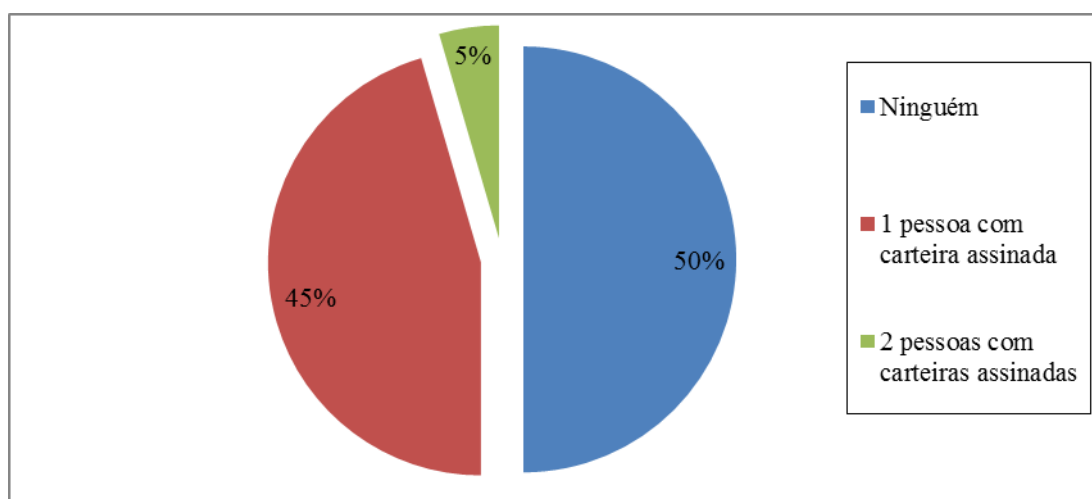
³⁸ Dados produzidos pelo IBGE e divulgados pelos veículos de comunicação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/desemprego-ficou-em-83-no-segundo-trimestre-de-2015-diz-ibge.html>> Acesso em: 01 dez. 2015.

representa, respectivamente, em termos relativos à 36,91% e 38,03% do total de desligamentos.

O elevado número de trabalhadores com o tipo de contrato de trabalho a termo, ou seja, com prazo (por tempo ou por execução da tarefa) é bastante significativo, principalmente para os empregos cuja escolaridade exigida é média ou baixa.

Outra informação de destaque é apresentada pelo Gráfico 21. Em 50% das entrevistas afirmou-se que ninguém na casa tem carteira assinada, portanto, para essas famílias não há nenhum tipo de garantia trabalhista e previdenciária, o que as colocam numa situação de precariedade social elevada.

Gráfico 21 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): número de trabalhadores por domicílio com carteira de trabalho assinada



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Se o índice nacional de trabalho formal é de 56% até o mês de setembro de 2015, conforme divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Previdência Social³⁹, o que demonstra uma inversão histórica na relação quantitativa de trabalhos formais/informais, o mesmo não pode ser afirmado para os domicílios pesquisados. Do total de trabalhadores dos domicílios pesquisados o índice de trabalho formal é de apenas 31,57%; ao passo que, aqueles que estão enquadrados no trabalho informal (sem carteira assinada) correspondem por mais de dois terços. O reduzido percentual de trabalhadores sem garantias

³⁹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/brasil-encerra-setembro-com-40-5-milhoes-de-empregos-formais>> Acesso em: 01 de dez. 2015.

trabalhistas e previdenciárias os expõem, juntamente com suas famílias, à condição crítica de vulnerabilidade econômica e social.

Sumariamente, os dados analisados até aqui em relação aos pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos revelam um panorama social cruel caracterizado pela baixa escolaridade, baixa renda familiar, instabilidade no emprego (contratos a termo), e ainda, desemprego e/ou empregos informais. Sob essas condições sociais o espaço urbano se reproduz. A continuidade ou o acirramento das desigualdades espaciais tornam-se processos que sustentam o modo de reprodução da sociedade, no qual, cada vez mais e contraditoriamente, é caracterizada pelo agravamento da violência socioespacial autoinfligida.

A noção de violência socioespacial autoinfligida defendida nesta pesquisa é o processo pelo qual os trabalhadores, enquanto sujeitos produtores e consumidores do espaço urbano, ao mesmo tempo que produz riquezas (sobretudo econômicas) se pune (consciente ou inconscientemente) ao legitimar a expropriação da mesma. Entende-se que, de certa forma, o trabalhador atinge um grau mais perverso de alienação.

A alienação ultrapassa a esfera do trabalho, enquanto parte da atividade humana essencial para a reprodução, e perpassa para todas as demais esferas sociais (vida privada e atividades de lazer). O trabalhador, em geral, não se vê como (co)responsável pelas condições espaciais (de moradia e de vizinhança) que remetem à sua vida individual ou familiar.

Posto isto, a continuidade da análise socioeconômica vai de encontro com a esfera do consumo de mercadorias. Nesta parte da análise das informações das entrevistas, além de mensurar os bens de consumo mais comuns nos domicílios pesquisados são reveladas também as inclinações e as preferências objetivas e subjetivas abarcadas no valor de uso das mercadorias. Em outras palavras, a descrição dos bens de consumo existentes na casa e do uso que se faz deles permite inferir o quão introduzido está o morador na perversidade da ideologia persuasiva do consumo (do objeto e dos seus signos).

Apenas a visualização do Quadro 2 não permite qualificar o morador em algum tipo de consumidor, mais ou menos compulsivo. Contudo, é o uso do objeto (e o consumo do seu signo⁴⁰) pelo morador que permite compreender com maior profundidade a captura deste pela ideologia do consumo dirigido. Não há como, nesta pesquisa ao menos, verificar a intensidade

⁴⁰ Para além do uso do objeto, faz-se necessário distinguir o símbolo e o signo nele incluído. Enquanto o *símbolo* está associado à coisa (objeto) simbolizada, o *signo* transcende a coisa (o objeto e seu símbolo) e adquire uma função ideológica, por exemplo, o consumo ritualizado.

e as formas de uso do objeto inserido no cotidiano da casa. Mas é viável deduzir as condições e as relações de forças que se estabelecem no consumo dos bens.

Quadro 2 – Setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentual no município e nas residências pesquisadas de bens de consumo

Bens de Consumo	Média do município de Morrinhos*	Moradores pesquisados**
Geladeira	96,8%	100%
Televisão	96%	100%
Máquina de lavar/tanquinho	36,2%	95,2%
Rádio	78,1%	76,1%
Computador/notebook	30%	61,9%
Celular	87,4%	-
Smartphone	-	57,1%
Telefone Fixo	26,5%	52,3%
Internet	23,9%	52,3%

Fonte: *IBGE, Censo Demográfico de 2010. **Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Não é surpreendente, de uma forma em geral, a presença unânime da geladeira e da televisão nas residências. Nas moradias pesquisadas em comparação com a média do município, apenas a presença do rádio foi menor. Todos os demais bens de consumo têm maior presença nas casas pesquisadas, sobretudo àqueles bens ligados à informática e à comunicação. A observação que se faz necessária consiste na diferença de 5 anos entre a coleta de dados do Censo e desta pesquisa, pois, pode justificar, em certa medida, o aumento percentual da presença de bens tecnológicos nas residências.

Contudo, o destaque direciona-se àquelas mercadorias com maior carga tecnológica e, portanto, de maior valor (de troca e de uso). A presença do computador e/ou *notebook*, do *smartphone* e da internet em mais da metade das moradias indica o grau de inserção desses produtos na classe trabalhadora com menor renda.

A existência desses produtos nas casas cuja renda familiar é de até 1 (um) salário mínimo oportuniza asseverar as condições de aquisição e de ordem prioritária de consumo. Em outras palavras, com o poder de compra reduzido dessas famílias é presumível que o crédito seja a principal forma de adquirir os produtos de informática e de comunicação, mesmo estes não configurando como itens de necessidade imediata ou fundamental. O crédito concedido para pessoas com condição econômica e social tão frágil revela a crueldade do

sistema que, por meio da publicidade e do consumo dirigido, seduz para em seguida aprisionar o trabalhador numa organização e ritmo de trabalho desprovido de sentido. O consumo dirigido torna-se um sedativo a conta-gotas com eficiência de adestramento social indiscutível.

Dando seguimento à interpretação do *corpus* analítico e em consonância com o que já foi referido em relação aos bens de consumo, corrobora para a crítica ao modo de vida dos moradores a informação sobre os meios de transporte que a família utiliza. Em 95% das casas há pelo menos um tipo de veículo. O carro próprio está presente em 54,5% das moradias pesquisadas; motocicleta em 59%; e outros tipos de modalidade de transporte, como a bicicleta ou a pé, são utilizados por 15,5% dos moradores. Chama a atenção o fato de que em 18% das moradias há a presença e a utilização tanto do carro quanto da motocicleta.

O elevado percentual de casas com veículo pode ser justificado por dois pressupostos culturais. O primeiro pressuposto diz respeito ao poder local, no qual a conjuntura política do município de Morrinhos não efetivou uma modalidade de transporte coletivo no perímetro urbano. O segundo pressuposto reporta-se ao poder simbólico que o automóvel exerce na população em geral.

A ausência de uma política de transporte coletivo não pode ser em referência apenas ao tamanho da cidade, pois, mesmo que as distâncias não sejam metropolitanas, as necessidades de mobilidade, principalmente para idosos e pessoas com deficiência, são as mesmas. O direito à circulação, aos espaços da cidade torna-se um privilégio, sendo a posse do veículo a condição fundamental para a sua realização.

Especialmente no que tange ao poder simbólico do carro há ainda mais para se revelar além da posse deste objeto técnico-mecânico. Lefebvre (1991, p. 110) o chama de *Objeto-Rei*, cujo poder está em conduzir “[...] múltiplos comportamentos em muitos domínios, da economia ao discurso.” A cidade, assim, é organizada prioritariamente em função da circulação dos veículos. O ato de *circular* ganha destaque entre as funções sociais.

Para o autor, o automóvel tem um lugar preponderante na sociedade, nas práticas sociais (econômica, psíquica, sociológica) e assim, torna-se o objeto total no cotidiano (LEFEBVRE, 1991). E para além da organização do cotidiano, o automóvel exerce fascinação sobre o indivíduo, pois,

O carro é símbolo de posição social e de prestígio. Nele tudo é sonho e simbolismo: de conforto, de poder, de prestígio, de velocidade. Ao uso prático se sobrepõe o *consumo dos signos*. [...] O veículo automóvel acumula os papéis, resume as pressões da cotidianidade, leva ao extremo o privilégio

social concedido ao intermediário, ao meio. (LEFEBVRE, 1991, p. 112-113, grifos do autor)

E tal poder, real e imaginário, não escapa aos moradores pesquisados. Mesmo sendo um objeto no qual o uso é funcional, o conteúdo simbólico do automóvel induz certas práticas sociais. A julgar pelo observado durante a realização da pesquisa de campo em que foi possível verificar a importância que o automóvel possui para os moradores.

A construção dos muros e da instalação de um portão, antes mesmo da ampliação de qualquer parte interna da casa, vai além da segurança física dos moradores, mas, sobretudo, é para a proteção dos bens materiais, principalmente àquele bem (carro e/ou motocicleta) de maior valor pecuniário (Foto 6).

Foto 6 – Setor Bela Vista II em Morrinhos (GO): casas muradas e com portão frontal



Fonte: Pesquisa de campo (2015)
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 de nov. 2015)

Na sequência, o que se destaca na análise socioeconômica dos moradores, com ênfase ao consumo de mercadorias, converge com a tese apresentada por Alves (2011) sobre a “captura” da subjetividade humana, sobretudo da classe trabalhadora. Essa captura é articulada pela instância da produção e da reprodução social. Em outros termos, o processo de subjetivação passa a ser parte do *sociometabolismo* do capital enquanto mecanismo de manipulação social. Nas palavras do autor:

Na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da

manipulação social. Esta condição histórica da práxis social em sociedades do fetichismo da mercadoria coloca imensos desafios à “negação da negação”. [...] Na medida em que o capital é um sistema de controle do metabolismo social [...], ele instaura processos de subjetivação intricavelmente paradoxais que, ao mesmo tempo que ampliam o templo da alma humana, a dilaceram e limitam suas potencialidades humano-genéticas pela manipulação incisiva dos seus traços ontologicamente fundantes e fundamentais, como a linguagem e a capacidade simbólica do homem. (ALVES, 2011, p. 130-131, grifos do autor)

Segundo o autor, a captura da subjetividade é efetiva quando duas características essencialmente humanas, a linguagem e a capacidade simbólica do homem, sofrem a redução de suas potências criativas.

Corroborando com a conjectura levantada o fato de que as formas principais para obtenção de informações/notícias se dá via veículos de comunicação de massa. Quando perguntados sobre o meio de informação mais utilizado, a televisão se sobressai com 50% das respostas; a internet com 31,8% e; o rádio com 18,2% das respostas.

A televisão ainda exerce maior poder de colocação no seio domiciliar. Como será exposta na sequência analítica da subseção, a TV além de ser o principal meio de informação é uma das principais opções tanto para ocupar o tempo livre do trabalhador quanto de lazer da família.

A título de esclarecimento, o tempo médio em que os telespectadores brasileiros permaneceram assistindo à programação televisiva, segundo os dados divulgados pelo IBOPE⁴¹, foi de 5 horas e 45 minutos por dia para o ano de 2013. As diferenças entre as classes sociais são ainda mais notáveis. Quanto menor a renda, maior é o tempo assistindo TV. Enquanto os telespectadores das classes A e B assistiram em média 5 horas e 06 minutos, as classes D e E assistiram a 6 horas e 40 minutos de programação.

Disposta no centro da casa, a TV, de certa forma, monopoliza a atenção, a enunciação. A TV retira, por vezes, a possibilidade de debate no seio da família, ao passo que, fragiliza as manifestações afetivas e/ou criativas, condicionando-as à exceção. Conforme Certeau (2014, p. 88) assevera sobre o telespectador:

Ele é afastado do produto, excluído da manifestação. Perde seus direitos de autor, para se tornar, ao que parece, um puro receptor, o espelho de um ator multiforme e narcísico. No limite, seria ele a imagem de aparelhos que não mais precisam dele para se produzir, a reprodução de uma ‘máquina celibatária’.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Brasileiros-passam-mais-tempo-em-frente-a-TV.aspx>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

Assim, o telespectador é um solitário voluntário à mercê do arsenal publicitário, mas antes de tudo, do poder ideológico. Para o trabalhador, com todas as características já mencionadas e diante de condições adversas para a reprodução da vida, a fuga da realidade torna-se o alívio imediato. Um mundo de ‘faz de conta’, idealizado pelas novelas, somado à produção de *necessidades* em escala industrial via publicidade.

Nesse sentido, Lefebvre (1991) ao explicar os fundamentos do mal-estar da sociedade de consumo dirigido coloca a prática social como uma de suas premissas. Para o autor:

O fim, o objetivo, a legitimação oficial dessa sociedade é a *satisfação*. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas. Em que consiste a satisfação? Em uma saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. Desse modo, o consumo organizado não divide apenas os objetos mas a satisfação criada pelos objetos. (LEFEBVRE, 1991, p. 89, grifo do autor)

Dessa forma, a partir do ‘jogo’ manipulatório, o mal-estar instala-se no consumidor sem que este o perceba. E mais, ele não tem consciência das consequências perversas advindas do enlace entre o consumo e a satisfação. O consumidor relaciona a satisfação, ou em certa medida a felicidade, com o ato de consumir (o objeto e seu signo, ou ainda mais direto e comum, consumo do signo do objeto). Neste momento há uma inversão ontológica, o consumidor torna-se o consumido na relação. É a captura do consumidor pelo objeto. Não pelo objeto em si, mas pelo que ele representa no quadro social.

Por conseguinte, “O caráter decepcionante do consumo tem múltiplas razões.” (LEFEBVRE, 1991, p. 100). Pois, o consumo não esgota a si mesmo. É insaciável. É decepcionante porque acredita-se que ele será saciado, preencherá um vazio (material e espiritual), uma ausência, contudo, logo na sequência do consumo, do objeto e do seu signo, do signo do objeto, o sentimento de insatisfação é percebido e/ou suplantado por outro desejo de consumo.

Alves (2011) ao citar Lukács (1981) assevera o modo particular de manipulação que controla a consciência. Dessa forma,

[...] a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (LUKÁCS, 1981, p. 40 *apud* ALVES, 2011, p. 119)

Sendo assim, para os autores, essa manipulação se transforma numa barreira ao desenvolvimento de uma vida plena de sentido. E o malévolo se expõe, no qual as classes trabalhadoras foram sedadas pelo desejo de consumo, sobretudo de signos.

Questões muito mais profundas, numa perspectiva psicanalítica, podem ajudar a pensar, ao menos em parte, as lutas que são travadas no campo do consciente e do inconsciente na classe trabalhadora⁴². Tal explicação foge dos objetivos desta pesquisa. Mas, o fato concreto no qual o trabalhador abdica de algumas *lutas* e se empenha em outras, permite compreender o poder da ideologia hegemônica. A cotidianidade faz com que ele lute e morra em defesa de outrem, por interesses que não são originalmente seus.

Corrompido desde o início, os trabalhadores aos poucos vão deixando de se identificar pelo que têm em comum. Passam a se *enxergar* quase sempre pelo que os distingue. É a perda de identidade de classe.

Conforme apresentado anteriormente, foram constatadas na pesquisa de campo nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II algumas características e elementos que permitem afirmar o condicionamento e a redução da vida cotidiana dos moradores. Assim, a cotidianidade se apresenta não por conta *apenas* do grau de instrução dos moradores, da renda familiar, ou do tipo e condição de trabalho, mas para além desses elementos objetivamente, em uma estrutura social frágil e com instrumentos ideológicos persuasivos (a TV, a publicidade, o carro etc.) o trabalhador (sujeito produtor) é transformado em objeto (da organização social) de propagação ideológica.

O morador, na maioria dos casos, sem se dar conta que faz parte do consumo dirigido (de objetos, mas, sobretudo de seus signos), confirma a captura da subjetividade, principalmente nas ações cotidianas cujas expressões (do corpo e da fala) refletem o

⁴² Sobre o processo de captura da subjetividade do trabalhador ante as categorias da psicanálise ver a obra de Alves (2011), especialmente o Apêndice intitulado A Subjetividade às Avestas – *inconsciente estendido e compressão psicocorporal*. E mais, ver as contribuições de Žižek (2011; 2012) quanto à associação da teoria marxista e a teoria psicanalista lacaniana.

dominante e o dominado, ou seja, é a perda da autonomia, das vontades e desejos autênticos transfigurados em consumidores inautênticos guiados pelo *instinto de rebanho*⁴³.

O mal-estar é a condição permanente do consumidor, assim, a manipulação da vida do trabalhador ou da trabalhadora, tanto objetiva quanto subjetivamente, é a efetivação da cotidianidade. Ou melhor, segundo Lefebvre (1991), a cotidianidade é o inconsciente da modernidade.

Contudo, a análise do capítulo seguinte refere-se aos dados acerca da moradia anterior e atual, bem como as suas características e condições para a produção socioespacial. O intento não é demonstrar os níveis de contentamento ou descontentamento dos pesquisados com a moradia atual, mas desvendar por meio do uso da linguagem e da captura por meio de entrevista a valência simbólica que a casa própria possui para os mesmos enquanto parte do poder ideológico hegemônico.

⁴³ O emprego do termo *instinto de rebanho* neste contexto não visa simplificar ou reduzir originalmente o que Nietzsche propôs no capítulo *Crítica da Moral*, na obra *A Vontade de Poder*, mas, sim a confirmação de um fenômeno social cujas características convergem com os aforismos descritos pelo autor. Ver mais em: NIETZSCHE, F. W. **A Vontade de Poder**. Tradução do original alemão e notas FERNANDES, M. S. P. MORAES, F. J. D. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

4 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NOS SETORES BELA VISTA I, BELA VISTA II E MONTE VERDE EM MORRINHOS (GO)

Este capítulo inicialmente apresentará, enquanto parte da metodologia de análise, alguns elementos da filosofia da linguagem, que por sua vez, ajudarão a elucidar as informações obtidas a partir das enunciações dos moradores entrevistados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos. Na sequência, serão investigadas as condições e características da moradia e do bairro anterior dos moradores entrevistados que servirão de base comparativa com a moradia e bairro atual.

Por conseguinte, após a exposição e reflexão sobre as opiniões dos moradores no que tange à moradia atual, bem como a exposição das relações socioespaciais que possuem com o bairro e a vizinhança, foi possível consubstanciar uma crítica ao modo de (re)produção do espaço urbano.

Em outras palavras, após a investigação de alguns elementos objetivos e subjetivos da vida cotidiana dos moradores entrevistados nos setores selecionados em Morrinhos foi possível desvendar, de um lado, parte do processo que interpela a vida dos trabalhadores a ponto de fragmentar e reduzir as potencialidades criativas destes, de outro, os procedimentos utilizados pela ideologia hegemônica para o controle e reprodução do sistema capitalista ante as características urbanas (sobretudo socioespaciais de segregação e fragmentação) descritas ao longo de todo este estudo.

4.1 Contribuições da filosofia da linguagem para a pesquisa empírica

Vale abordar, inicialmente, para esse capítulo que a intenção será a formulação de uma interpretação, com base teórica e empírica, entendida aqui como uma componente da realidade apreendida e não a própria realidade descrita por um intérprete. Em outras palavras, a intenção não é encerrar as possibilidades de interpretação da realidade socioespacial delimitada por esta pesquisa, mas permitir, à luz de procedimentos metodológicos específicos, a formulação de algumas respostas frente à problemática anteriormente exposta e o que foi declarado (ou *não* declarado) pelos moradores pesquisados.

Estas informações, por sua vez, visaram apreender, principalmente pelo enunciado livre (sem delimitar as opções de resposta) o conjunto de características positivas e/ou negativas das localidades com vistas à afirmação da natureza social dos moradores.

Todavia, somente após a realização das entrevistas e da tabulação dos dados, constatou-se a necessidade da utilização de alguns elementos metodológicos da filosofia da linguagem para ajudar na compreensão das falas devido, principalmente, à escassez de conteúdo, ou seja, falas sem o desenvolvimento reflexivo, ou ainda, não diziam *nada*.

Isto é, a análise do que foi *dito e/ou não-dito* pelos moradores transformou-se em um desafio metodológico para esta pesquisa a ponto de instigar novos procedimentos de interpretação que permitissem a revelação de parte das estratégias de controle e participação social.

Para tanto, esta pesquisa pautou-se em alguns elementos da filosofia da linguagem de arcabouço teórico *bakhtiniano*. Sendo assim, inicialmente, fez-se a opção por três elementos da linguagem que ajudam a interpretar as enunciações entrevistados, sendo elas: a *palavra*, o *signo* e a *fala*.

Para Bakhtin (2014) a *palavra* em si é neutra e carrega uma pureza. No entanto, é rigorosamente essa neutralidade que confere a *palavra* uma flexibilidade que atesta certa função ideológica (religiosa, estética, econômica, científica etc.).

O *signo*, por sua vez, é criado por uma *função ideológica*. Paraphraseando Bakhtin e a título de exemplo, para que a palavra *casa*, enquanto objeto linguístico, faça parte do horizonte social do grupo e suscite uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ela se ligue “[...] às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material.” (BAKHTIN, 2014, p. 46).

Destarte, a consciência individual não produz o *signo* por ela mesma. Assim, o meio social e ideológico explicam a consciência individual, e não o contrário. Nessa acepção, a consciência individual é reflexo de uma consciência social, pois, o discurso interior, bem como o sentido dado pelo sujeito, se desenvolve pela consciência e diálogo social (ELICHIRIGOITY, 2008). Sendo assim,

[...] não existe uma consciência fora da ideologia, embora possa haver modificações ideológicas. As transformações ideológicas acontecem como reação a uma modificação da infraestrutura (realidade vista como relações de produção e estruturas sociopolíticas derivadas) num processo dialético de transformação social. Essa mesma realidade determina o signo cujas formas são condicionadas tanto pela organização social dos indivíduos quanto pelas condições superestruturais. (ELICHIRIGOITY, 2008, p. 200, grifos do autor)

Isto é, a organização social dos indivíduos é parte da realidade ideológica, portanto, a condição da enunciação é afetada pela ordem social e histórica. Bakhtin (2014) acrescenta afirmando que:

[...] o arbítrio individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.* (BAKHTIN, 2014, p. 46 grifos do autor)

Nesse sentido, a premissa do referido autor transforma e desenvolve o *signo* como campo privilegiado da luta de classes, uma vez que, as classes sociais utilizam a mesma língua. O destaque, na sequência, é a classe dominante que “[...] tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.” (BAKHTIN, 2014, p. 48)

E é justamente na classe trabalhadora que o uso e/ou efeito de certas *palavras* adquire valor social (e de alienação) mais significativo, retomando como exemplo, a palavra *casa*. A palavra *casa* pode apresentar diversos signos (culturais, políticos, econômicos etc.), contudo, na contemporaneidade há uma convergência de concepções que reforçam o poder da ideologia hegemônica.

Por conseguinte, a expressão composta por duas palavras: *casa própria*; evidencia mais do que o valor social intrínseco a cada vocábulo isoladamente, mas, sobretudo, a carga ideológica que reveste o signo. Em outras palavras, na expressão *casa própria*, o adjetivo que acompanha o substantivo desloca a consciência e a organização mental em torno da materialidade que compõe a casa para evidenciar o sentido de propriedade, de pertencimento a alguém. Assim, a enunciação da expressão *casa própria* cumpre uma função ideológica.

Nesse sentido,

[...] todos os índices de valor com características ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por exemplo, na palavra) ou, de modo mais geral, por um organismo individual, constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico. (BAKHTIN, 2014, p. 46 grifos do autor)

Decerto, o valor dado à *casa própria* alcançou o consenso social que ultrapassa a necessidade material. Afora o que representa a posse da *casa própria*, a enunciação da

expressão reforça a função ideológica, cuja reverberação na classe trabalhadora se dá de maneira bem específica.

Muitos trabalhadores que assimilam o consenso social e objetivam a posse da casa própria, por fim, se aprisionam à estrutura econômica (financeira e imobiliária), cujos reflexos na esfera do trabalho e da vida social completam a captura do indivíduo. A vida do trabalhador transforma-se qualitativamente com reveses aos interesses particulares ante aos do sistema econômico. Assim, o direito à propriedade, muito além da posse da *casa própria*, é colocado como ordem prioritária por ele. Desta forma, desloca-se o centro das lutas sociais e as conquistas coletivas para a satisfação na esfera individual.

Consoante com a perspectiva analítica bakhtiniana apresentada por Elichirigoity (2008), acredita-se que a *fala*, a enunciação está ligada às condições sociais de interação e às estruturas sociais, ou seja, são revelados pela comunicação verbal os valores sociais, por vezes contraditórios, no interior das relações de poder (dominante e dominado). O uso da língua pela fala é mais um elemento de domínio de classe. Nesse sentido, na fala, na enunciação:

[...] juntam-se outras condições (como entonação, conteúdo ideológico, situação social determinada) que afetam a significação, dando valor novo ao signo. É a classe dominante que tenta tornar o signo monovalente, mas o signo é sempre plurivalente e só a dialética pode resolver a contradição entre a unicidade e pluralidade de significação. (ELICHIRIGOITY, 2008, p. 196 grifos do autor)

Contudo, a dificuldade maior para o sujeito dominado consiste em ter a consciência do valor do signo utilizado durante a enunciação que, por conseguinte, reforça sua condição. Ao falar, o sujeito pode afirmar ou negar, informar ou mentir, etc., mas nenhuma palavra estará fora de um conteúdo ideológico, pois, a consciência que produz a enunciação é parte de um contexto social e histórico. O *não-dito* também é carregado de valor simbólico, pois, a decisão da consciência em *não-dizer* é a revelação da opressão em nível mais agudo.

Nesse sentido, a subseção seguinte irá utilizar as contribuições de Bakhtin (2014) para apurar o discurso dos moradores entrevistados. O registro das *falas* por meio de entrevista torna-se fundamental para compreender parte da consciência do morador.

A escolha das *palavras* para a enunciação por parte dos entrevistados não é aleatória e não é desprovida de conteúdo social (e ideológico), isto é, a atividade mental que organiza e opta por pronunciar uma *palavra* em detrimento de outra revela conjuntamente a função

ideológica que a mesma ocupa no quadro social. Portanto, o *signo* que a reveste é parte de um contexto amplo que corrobora, grosso modo, com a manutenção de um sistema hegemônico.

Dito de outro modo, a partir da compilação de elementos da objetivação social do morador entrevistado (sua formação moral, religiosa e política; noção de direito etc.) organizados pela atividade mental e enunciados pela *fala* é que será possível uma avaliação crítica da *ideologia do cotidiano*.

Nessa sequência, cabe evidenciar a explanação de Bakhtin (2014, p. 123, grifo do autor):

Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, *ideologia do cotidiano*, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. [...] Considerando a natureza sociológica da estrutura da expressão e da atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de “psicologia social”. Nesse contexto particular, preferimos evitar o termo “psicologia”, pois importa-nos apenas o conteúdo do psiquismo e da consciência; ora, esse conteúdo é puramente ideológico, sendo determinado por fatores não individuais e orgânicos (biológicos e fisiológicos), mas puramente sociológicos.

Nesse sentido, a compreensão e a crítica aos elementos e processos constituintes da *vida cotidiana* dos moradores entrevistados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II perpassam pela revelação da *ideologia do cotidiano* que a interpela. Contudo, segundo o autor supramencionado, a ideologia do cotidiano se relaciona com outros sistemas ideológicos constituídos (da moral social, da ciência, da religião etc.) e a eles se submete.

E é justamente com base na interpretação do conjunto de falas, e também da ausência delas, que foi possível compreender as condições objetivas e subjetivas para a reprodução do espaço social dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II, com destaque para a moradia de interesse social, a vizinhança e o bairro.

4.2 Setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): uma visão dos moradores entrevistados sobre a moradia e o bairro anteriores

A subseção desenvolverá tanto a apresentação dos dados informados pelos moradores como também buscará tecer algumas considerações críticas ao conteúdo por eles anunciados. Entretanto, a dificuldade imposta pela escassez de informação ou a ausência delas tornou-se um dos maiores desafios metodológicos deste estudo.

Nessa sequência, a imprecisão ou a ausência de elementos contidos nas falas dos pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II na cidade de Morrinhos para a análise e produção crítica da realidade socioespacial, vai de encontro ao que se apresentou na subseção anterior. A utilização de alguns elementos da filosofia da linguagem tem o intento de revelar parte da ideologia do cotidiano, bem como suas intencionalidades a partir da *enunciação*.

Portanto, dependendo do tipo de pergunta feita ao morador, a apresentação das informações (respostas) a seguir possui tanto elementos objetivos e claros quanto de elementos imprecisos ou confusos.

Outra anotação importante consiste na obrigatoriedade de residência mínima de 5 anos no município de Morrinhos para que os trabalhadores possam ter direito à habitação de interesse social.

Assim sendo, inicialmente, o histórico da moradia anterior entre os entrevistados revelou que 68,2% viviam em casas alugadas; para 22,7% a coabitação era a condição de ocupação e, por fim; 9,1% viviam em casas emprestadas. De modo geral, durante a realização da entrevista foi relatada a dificuldade econômica que o aluguel impunha à família.

Com relação a localização das moradias anteriores dos entrevistados destacam-se os seguintes bairros: 18% moravam no Centro; 13% no Jardim Romano; 13% no Genoveva Alves; 9% no São Francisco; 9% no setor Noroeste; enquanto que 38% em diferentes setores da cidade, inclusive a zona rural.

O objetivo da pergunta sobre a localização da moradia anterior consistiu em conhecer o bairro para estabelecer um padrão comparativo com a localização da casa atual. As perguntas que seguiram à entrevista somavam ao fator locacional as características urbanísticas, bem como a qualidade das relações de vizinhança.

A pergunta seguinte foi em relação aos problemas mais contundentes da casa e do bairro anterior. No Quadro 3 são visualizadas as respostas livres. Não foi limitada a quantidade de características para a resposta. A concepção da pergunta visou a captura objetiva dos problemas a partir da experiência de vida que o morador estabeleceu durante determinado tempo e lugar.

Além dessas respostas mais representativas no que tange à quantidade de citações, também apareceram os seguintes relatos: *a casa era velha; a casa não era própria; a casa tinha problemas estruturais; havia muitas pessoas morando na mesma casa; tinha muita bagunça na casa.*

Quadro 3 – Principais problemas da moradia e do bairro anteriores apontados pelos pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO).

Problemas indicados	Percentual
Não tinha problema	22,7%
A casa era alugada	18,1%
A casa era pequena	9%
Longe do centro	9%
O bairro é perigoso	9%
Gostava de tudo (casa e bairro)	9%
O bairro é violento	9%
O bairro é barulhento	9%
Não informou nenhum problema	9%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

É bastante significativo, no Quadro 3, o fato de que para a maior parte das respostas livres, tanto a moradia quanto o bairro, não apresentavam *nenhum* problema, ou ainda, de que gostavam de “tudo”. Há três hipóteses para explicar esse elevado percentual:

Primeiro – O fato de *gostar de tudo* pode ser uma consequência da força ideológica corrente nas classes mais pobres no qual o sujeito não pode “*reclamar da vida*”, pois há sempre alguém em situação pior;

Segundo – Relacionado com a primeira hipótese há imediatamente uma dificuldade do sujeito em *ver* e *entender* os problemas que extrapolam o plano da vida privada (casa) e;

Terceiro – Fatigado com a duração da entrevista, a resposta dada encerra a possibilidade de extensão, ou seja, há o desejo de acabar logo a participação na entrevista.

Na sequência das respostas mais numerosas está aquela que informa a condição de moradia alugada. De maneira em geral, existe um lamento contido na resposta. A ideia que perpassa é a de que o conjunto *casa e bairro* atendiam satisfatoriamente à família e/ou se identificavam com o lugar, enquanto espaço vivido.

As demais respostas apontaram problemas ligados ao convívio social, tais como: barulho, violência etc.. Não houve citação, por exemplo, sobre a qualidade da infraestrutura e demais serviços públicos.

Quando perguntados sobre as principais vantagens da antiga moradia e do bairro o fator locacional foi o mais citado (Quadro 4).

Quadro 4 – Principais vantagens da antiga moradia e bairro anterior, conforme pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)

Respostas indicadas	Percentuais
Próximo ao centro da cidade	40,8%
Segurança/tranquilidade	18%
Não tinha vantagens	9%
Presença da rede de esgoto	4,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

O interessante neste Quadro 4 é entender como o fator de localização é importante na avaliação dos entrevistados. Compreende-se que a localização da moradia atual, se comparada com a anterior, é qualitativamente inferior, principalmente, devido à distância com a área central da cidade. Mesmo ressaltando que as distâncias não sejam tão grandes, por exemplo, dentre os setores pesquisados, o mais distante da área central é o setor Bela Vista I que está a 4 quilômetros do Mercado Central. Vale lembrar que não há no município o serviço de transporte coletivo. Nesse caso, percorrer a pé 8 quilômetros (ida e volta) dependendo das condições físicas da pessoa não é uma atividade de fácil execução.

As outras respostas com percentual importante novamente estão ligadas aos fatores de convívio social que sobressaem em relação às características físico-estruturais. A título de exemplo, apenas 4,5% dos pesquisados responderam que a existência de rede de esgoto no bairro da antiga moradia era uma vantagem em relação à moradia atual.

Em seguida, serão destacadas as apreciações das entrevistas em relação à moradias, a vizinhança e do bairro atual.

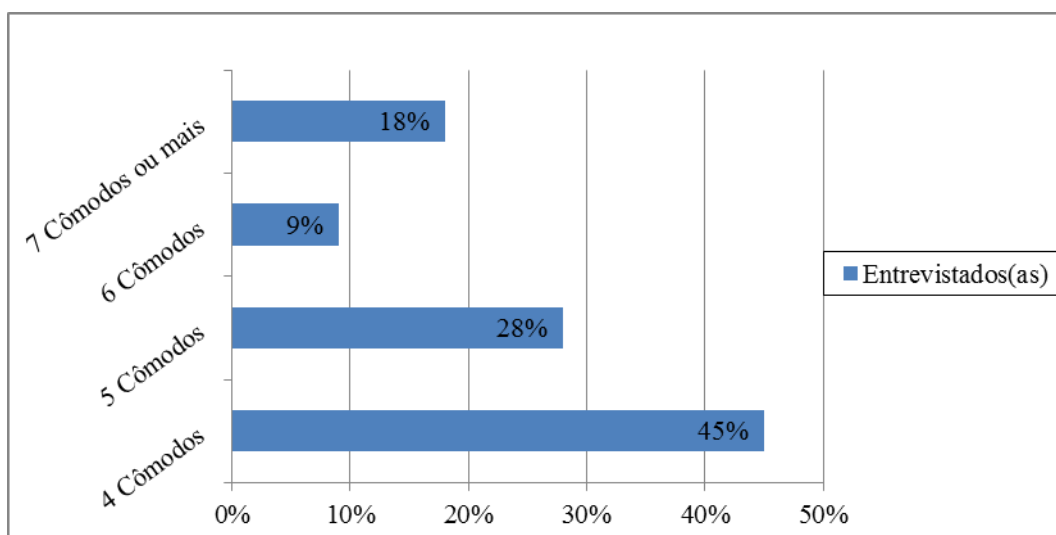
4.3 Moradia e bairro atual: apreciações urbanísticas dos moradores pesquisados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO) no ano de 2015

A sequência de entrevistas com os moradores visou captar as características da casa atual, bem como algumas condições urbanísticas presentes nos bairros (infraestrutura, acesso aos equipamentos públicos e facilidade para a mobilidade) em que residem.

A primeira questão relaciona-se com a condição de ocupação da casa atual. Apenas uma moradora entrevistada informou que mora de aluguel. E essa informação é importante, uma vez que, todas as moradias distribuídas nos três conjuntos pesquisados são provenientes de programas habitacionais de interesse social. Por motivos óbvios, salvo raras exceções e ao tempo de moradia, não cabe nessa situação o aluguel do imóvel. Em todos os demais casos, a casa é própria.

As duas questões seguintes eram especificamente sobre o espaço físico da casa. A princípio o Gráfico 22 revela que aproximadamente metade das casas não ampliou o espaço físico com a construção de mais cômodos.

Gráfico 22 – Número de cômodos da atual casa: pesquisa nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)



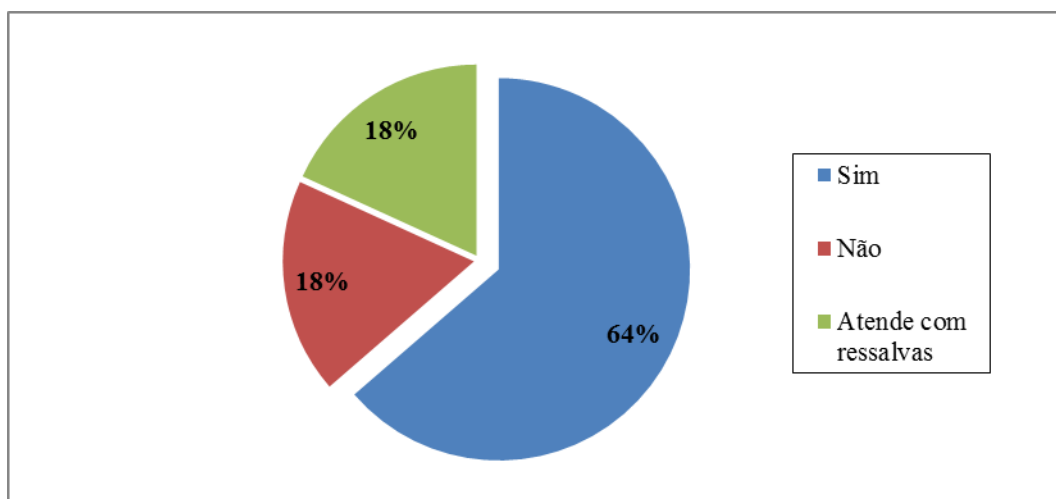
Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Cabe salientar que a casa foi entregue aos moradores com 4 cômodos, sendo dois quartos, um banheiro e sala conjugada com a cozinha. Portanto, mesmo após um período superior a 12 meses, desde a entrega das casas, para 45% dos contemplados o espaço físico é o mesmo.

Ao mesmo tempo, para 18% dos entrevistados a casa possui 7 cômodos ou mais, ou seja, a intervenção no espaço físico foi necessária para atender ao tamanho da família. A renda familiar torna-se nesses casos uma condição essencial para a realização de reformas ou obras de expansão da casa. Sendo assim, para a maioria dos moradores a construção de mais um cômodo torna-se um privilégio.

O Gráfico 23 apresenta nos itens analisados uma contradição em relação aos dados apresentados no Gráfico 15 (aproximadamente 73% das residências pesquisadas o número de moradores é superior a 4, ou seja, acima da quantidade de cômodos disponíveis) e Gráfico 22. Se para tantas casas o número de moradores é igual ou superior a 4 e em praticamente metade das moradias continuam 4 cômodos, a limitação de espaço interno é evidente. Contudo, as respostas dos entrevistados divergem dessa hipótese.

Gráfico 23 – O tamanho da casa atual atende as necessidades da família: pesquisa realizada nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)



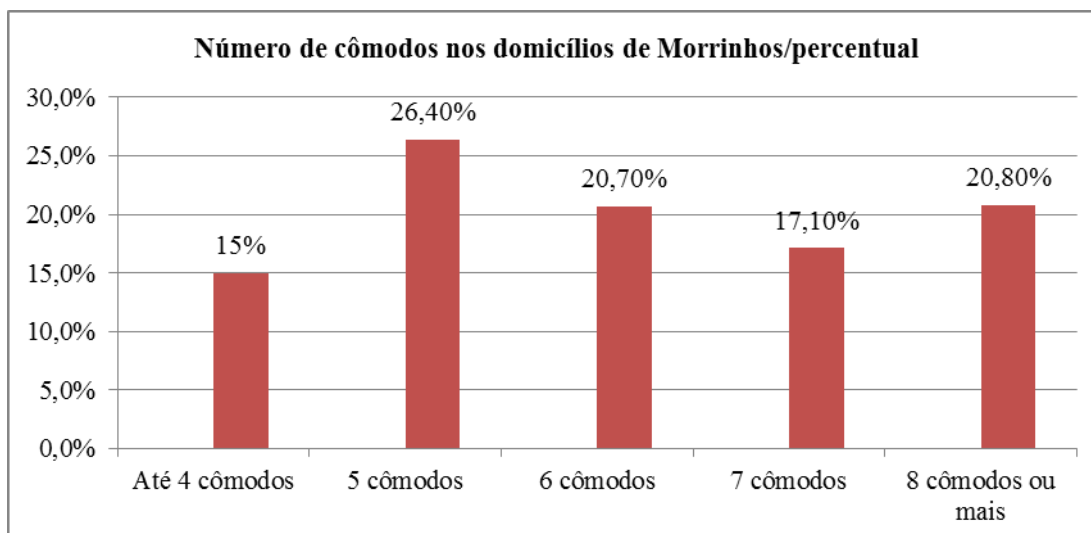
Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Para a grande maioria dos moradores pesquisados o tamanho da casa atende as necessidades da família. Vale lembrar que o espaço físico da casa se resume a 45 metros quadrados de área construída em lotes cujas dimensões, em média, são de 250 metros quadrados.

Mas, esse fator não sustenta a resposta majoritária, sendo possível admitir, portanto, que a prevalência do “SIM” para a resposta seja uma contradição entre o real e o que ‘deve’ ser dito para o pesquisador. Há uma evidência na intenção de não demonstrar qualquer tipo de insatisfação ao pesquisador.

Corroborando com a hipótese da existência de uma contradição, o fato de que a média do número de cômodos nos domicílios de Morrinhos é superior ao encontrado nas casas pesquisadas (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Morrinhos (GO): número de cômodos nos domicílios em percentual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

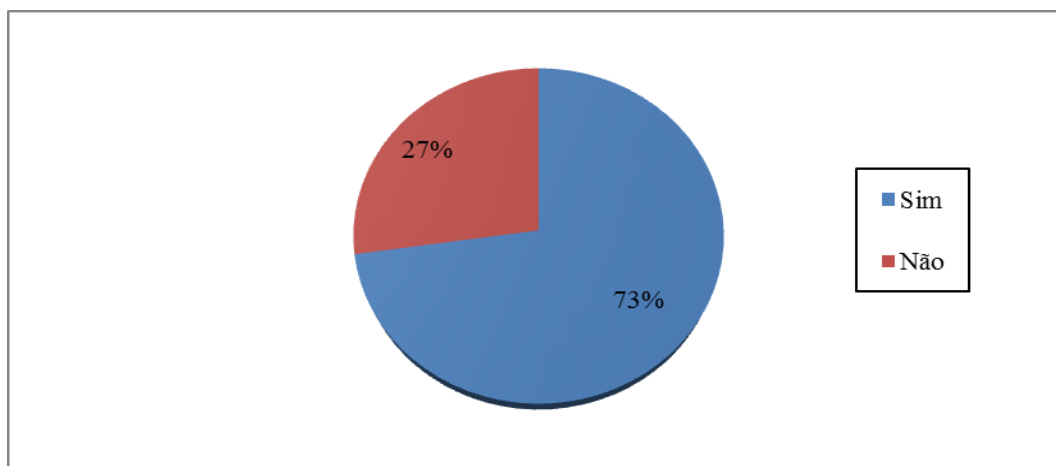
Conforme o Gráfico 24, fica explícito que os domicílios com até 4 cômodos atinge um percentual de 15% no município de Morrinhos. Portanto, para aquele morador que anteriormente vivia numa casa com 5 ou mais cômodos, a adaptação em uma casa com menos cômodos ou de menor dimensão torna-se um fator relevante.

Além da adaptação à nova casa, os moradores têm que se inserir em uma nova localidade e estabelecer novas relações de vizinhança. A translocação do espaço vivido possibilita o estranhamento inicialmente, pois, cada morador veio de outro setor da cidade e, por conseguinte, não possui laços arraigados com o novo lugar, com o novo bairro nem com a nova vizinhança.

Contudo, a satisfação de um desejo e de uma necessidade, representado pela *casa própria*, pode produzir efeitos nefastos na coletividade dos moradores contemplados com a casa. A alegria de ter a casa própria oportuniza o surgimento de sequelas sedantes que diminuem o ímpeto para a luta no campo social, tais como a construção de infraestrutura básica e/ou instalação de equipamentos urbanos de uso coletivo.

Nesse sentido, quando perguntados se o bairro oferece uma boa infraestrutura (abastecimento de água, rede de esgoto, rede elétrica, rede pluvial e iluminação pública) apenas uma minoria afirmou a existência de problemas ou carências (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): percentuais de respostas se estes oferecem boa infraestrutura



Fonte: Levantamento de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015)

Cumpramos ressaltar que não há rede de esgoto e rede pluvial em nenhum dos setores pesquisados. Por conseguinte, os problemas advindos com a falta destas infraestruturas são notórios. Todas as casas têm o esgoto rejeitado nas fossas construídas preferencialmente na calçada. E ainda, a ausência da rede pluvial potencializa os danos do escoamento superficial da água da chuva, danificando principalmente o asfalto e as calçadas (Foto 7).

Foto 7 – Moradias de interesse social no Setor Monte Verde em Morrinhos (GO): infraestrutura asfáltica e intervenção urbanística



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 de nov. 2015)

A foto 7 evidencia a lombada como obstáculo para o escoamento superficial da água da chuva, uma vez que, a inexistência da rede de águas pluviais e a inclinação do relevo, potencializam os danos tanto às ruas quanto às moradias.

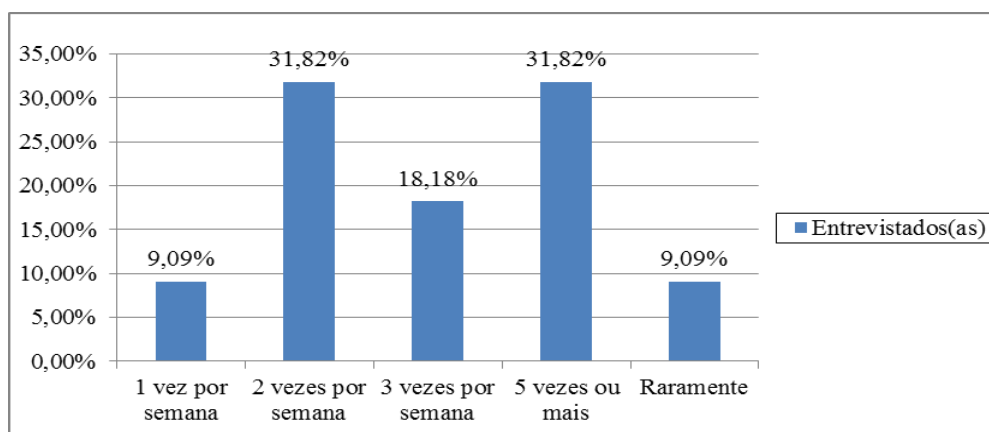
A afirmação majoritária de que o bairro oferece uma boa infraestrutura permite asseverar o elevado grau de carência material que os moradores estão submetidos, a ponto de não enumerarem o que lhes falta no espaço social. É possível asseverar ainda, para aqueles que têm consciência da carência de infraestrutura e optaram por não falar, o não-dito é carregado interdições coercitivas de origem social e ideológico.

Por outro lado, aqueles que responderam “NÃO” justificaram apontando a iluminação pública e a ausência da rede de esgoto como os principais problemas na infraestrutura do bairro, sendo que, cada um desses elementos foram mencionadas 3 vezes; ao passo que, a ausência da rede pluvial foi citada apenas uma vez.

O seguimento da inquirição procurou mensurar o tempo médio que o morador despendia até o local de trabalho. Para 45,5% dos entrevistados o tempo de deslocamento de casa até o trabalho era em média de 15 minutos, utilizando-se o veículo; outros 13,5% gastam até uma hora, ou porque vão a pé ou o trabalho fica em outra cidade (Rio Quente); para 13,5% não há deslocamento, pois trabalham em casa (manicure, cabeleireiro e comerciante); por fim, para 27,5% a pergunta não se aplica, pois as entrevistadas se declararam ‘do lar’ ou estavam desempregadas. Grosso modo, a distância ou o tempo até o local de trabalho não denotou desagrado aos moradores.

Quanto à frequência de deslocamento para a área central da cidade foram registrados certos padrões e preferências (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II: percentual de deslocamentos semanais dos pesquisados à área central de Morrinhos (GO)



Fonte: Levantamento de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Os moradores que afirmaram que vão ao centro da cidade 5 vezes ou mais durante a semana, justificaram a necessidade de levar as crianças à escola e/ou trabalham lá. Os casos classificados como *raramente* alegaram não ter tanta necessidade de irem a área central e que procuram os produtos ou serviços nas proximidades do domicílio.

Aqueles que informaram irem à área central da cidade de Morrinhos entre uma a três vezes por semana atribuíram à necessidade de acesso aos serviços bancários, hospitalares, lotéricos, ou ainda, ao comércio. Contudo, independente da frequência de deslocamentos até a área central da cidade informada pelos moradores, são expostas nas respostas tanto a natureza⁴⁴ quanto a importância daquele local para a totalidade do espaço urbano.

O tópico seguinte do roteiro de entrevistas seguiu a mesma metodologia de captura de respostas. O foco das questões era compreender a reprodução do espaço vivido, a casa e o bairro em primeiro plano na escala de análise. Especificamente sobre a casa foi necessário conhecer as transformações que nela ocorreram ou não ocorreram, bem como o grau de satisfação ou insatisfação do morador. Por conseguinte, desvendar as relações que o morador possui com o espaço social, com ênfase na vizinhança e no bairro. E, por fim, inteirar-se das condições e características do lazer que o morador e sua família realizam com o propósito de sintetizar as opções das atividades ligadas ao tempo livre.

As questões foram elaboradas para que os entrevistados pudessem responder livremente, sem limitação de opções, espaço (quantidade de palavras transcritas para o roteiro) ou tempo. A subjetividade que as questões denotam foi proposital, justamente para esse momento da entrevista, no qual o morador sentindo-se mais à vontade com o entrevistador, desbloqueasse as amarras mentais e utilizasse todo o repertório linguístico de modo mais livre, sem qualquer tipo de coação.

Metodologicamente, as respostas foram organizadas preferencialmente em Quadros (do 5 ao 10) para facilitar a visualização dos temas e a quantidade de vezes que aparecem. Todavia, a característica comum para todas as perguntas do tópico foram respostas com escasso número de temas e de conteúdo vago. O cenário geral mostra-se como um compêndio relativo. Isto é, todo o conjunto de conhecimento tocante aos moradores até aqui apresentadas podem justificar tal comportamento coletivo, no qual, a imprecisão, a incerteza e o vazio contido nas respostas são regra e não exceção.

Concomitante ao uso dos Quadros 5 ao 10 fez-se necessário, por vezes, a utilização das transcrições de algumas respostas ao longo do tratamento analítico com o objetivo de

⁴⁴ Sobre a natureza do centro urbano ver Villaça (2001, p. 237).

levantar hipóteses, confirmar ou negar as respostas anteriores e assim revelar o sentido e as contradições dos discursos dos moradores.

O intento da inquirição era exibir a diversidade e/ou a convergência de respostas. O Quadro 5 elenca, sobretudo, respostas com carência de informação. A exceção foi com a resposta mais numerosa.

Quadro 5 –Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): o que os moradores mais gostaram na casa?

Indicação de respostas	Número respostas
O fato de ser própria	10
Gostaram de tudo	5
A localização da casa	4
Tamanho do lote	2
Estrutura física da casa	2
Não gostou muito da casa	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Observa-se que no quadro 5 há na resposta majoritária um forte apelo de origem ideológica, pois, informar o que mais gostou na casa foi o fato dela ser própria, imputa à resposta a dimensão de propriedade (e de domínio) que sobrepõe o valor de uso da mesma, isto é, há reforço da propriedade privada de imóveis no solo urbano.

A ideologia da casa própria reverbera com eficácia na classe trabalhadora mais pobre. A afirmação de que a casa é *própria* exibe poder territorial (talvez o único que o morador-proprietário possa asseverar), por conseguinte, exibe também poder social. Portanto, além dos benefícios diretos do uso da casa (abrigo, proteção, etc.) são esperados benefícios sociais de *status* e de reconhecimento.

A segunda resposta mais numerosa converge com outras enunciações evasivas e com pouca informação já analisados nesta pesquisa. “*Gostar de tudo*” não permite desenvolver qualquer tese, pois, pode remeter a diferentes direções de análise, considerando-o, sobretudo, o que pode (ou o que se quer dizer) e o que não pode ser dito pelos entrevistados.

O Quadro 6 elenca as respostas quanto aos elementos ou características que não gostaram na casa em que moram.

É possível averiguar que a quantidade de temas foi maior e com mais detalhes, isto é, as respostas são variadas, mas, indicam a insatisfação dos entrevistados com a casa em que moram. Salvo a resposta mais numerosa, todas as demais elencadas expuseram as características físicas e as condições gerais da moradia. Deveras, a casa é bastante frágil e com muitas carências, cabendo o morador, ao longo dos anos, corrigi-la, melhorá-la e ampliá-la.

Quadro 6 – Respostas dos pesquisados nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO) sobre o que não gostaram na casa

Respostas indicadas	Quantidade
Não tem nada a reclamar	9
A estrutura da casa é ruim	5
A casa é pequena ou simples	5
A casa foi entregue apenas com o contrapiso	3
Instalação elétrica e hidráulica ruins	3
O lote foi entregue sem muro	3
A cozinha é pequena	1
O quintal é de terra batida	1
O banheiro é ruim	1
A localização da casa é ruim	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

E mais especificamente, duas moradoras do setor Bela Vista I ao informarem que *não tinham nada a reclamar* da casa se contradizem em relação às suas respostas anteriores, pois disseram que não estavam satisfeitos com o tamanho da casa, alegando que era demasiadamente “apertada”.

O Quadro 7 lista as modificações que os moradores fizeram nas casas. Tais modificações observadas pelo trabalho de campo não configuram em nenhuma situação a opulência. Pelo contrário, a necessidade de tais reformas e/ou ampliações é real ao conjunto de entrevistados.

Quadro 7 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): tipo de modificação na casa pesquisada

Tipo de modificação nas moradias	Quantidade de respostas
Assentou piso em cerâmica	9
Ampliou a cozinha	7
Cobertura da área de serviço	7
Instalação de forro	3
Construiu mais um quarto	3
Adaptou para o trabalho	3
Ampliou a sala de estar	3
Substituição da parte elétrica	2
Reforma no banheiro	2
Não modificou nada	2
Construção de varanda	1
Substituição da parte hidráulica	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Para melhor compreender a natureza das modificações nas moradias, estas foram divididas em três tipos: Primeiro – acabamento; Segundo tipo – reforma e; Terceiro tipo – ampliação da área física da casa. Ao avaliar o Quadro 7, no que tange ao primeiro tipo, o assentamento de piso em cerâmica atesta tanto uma utilidade prática (facilita a limpeza) quanto estética (embelezamento da casa). Contudo, mesmo sendo a modificação mais numerosa dentre as respostas, tal benfeitoria perfaz 40,9% do total das moradias pesquisadas.

O segundo tipo de modificações é a reforma, compreendendo, portanto: a instalação do forro, substituição da parte elétrica e hidráulica, bem como a reparação do banheiro. Para os moradores que informaram essas modificações, o caráter imprescindível foi o que determinou as reformas, ou seja, não havia possibilidade de morar na casa, se não resolvesse os problemas. Cabe salientar que as casas não possuem vida útil longa que impusesse, por exemplo, a troca dos sistemas elétrico e hidráulico.

O terceiro tipo refere-se à ampliação da área física da casa, tais como: construção de quarto, varanda, cobertura da área de serviço, ampliação de cômodos e adaptação para o trabalho do morador (Foto 8). Para muitas famílias, a limitação de espaço interno da casa (originalmente com 45 metros quadrados) compele à construção de mais cômodos e/ou ampliação dos que existem. Evidente que a condição financeira do morador determina a intensidade e a velocidade que essas modificações na moradia se darão.

Foto 8 – Casa ampliada no Setor Monte Verde, Morrinhos (GO).



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Autoria: SIQUEIRA, B. L. (12 de nov. 2015)

Apenas dois moradores entrevistados, um residente no setor Bela Vista I e outro no setor Monte Verde, informaram que não houve nenhuma modificação na casa (Foto 9), para os demais segue a seguinte proporção: 15% dos moradores realizaram modificações em apenas um tipo; outros 45% dos moradores informaram que realizaram modificações que se enquadram em dois tipos; e por fim, 40% dos moradores executaram os três tipos.

Foto 9 – Moradia sem reforma ou ampliação no Setor Bela Vista II, Morrinhos (GO)



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Autoria: SIQUEIRA, B.L. (12 de nov. 2015)

A inquirição seguinte aos entrevistados pretendeu ir além da confirmação de que a **casa própria é importante**, pois, a intenção não era legitimar o senso comum. Pois, são as justificativas que tornam a pergunta válida para análise (Quadro 8).

Quadro 8 – Justificativas para a importância de ter a casa própria segundo os pesquisados dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO)

Justificativas identificadas	Quantidade
Sair do aluguel	11
Segurança/conforto para a família	5
Realização de um sonho	2
É um investimento	1
Posse de um bem	1
É da cultura do brasileiro ter a casa própria	1

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

A resposta mais numerosa no quadro 8 expõe uma conotação de alívio. Diante de todas as condições socioeconômicas observadas não é possível reduzir a importância que as moradias provenientes de programas habitacionais de interesse social têm para famílias pobres.

Corroboram com o exposto as falas de dois moradores. Uma moradora do setor Bela Vista I fez o seguinte relato sobre a importância de ter a casa própria: *“Eu acho demais! Porque ficou tudo melhor. Antes, passava dificuldade.”*. Outro morador, este residente do setor Monte Verde, disse: *“Sim! Seria despejado da outra casa.”*. O pagamento mensal para as despesas com o aluguel submetia essas famílias a condições ainda maiores de vulnerabilidade social.

A segunda resposta mais mencionada denota uma consequência subjetiva do uso/posse do bem. O sentido empregado pelos moradores não se reduz à proteção física dos entes familiares, mas, para além dessa objetividade natural da moradia, a segurança e conforto citados simbolizam a conquista de um bem material cujo valor social é enorme. Todas as demais respostas também podem ser entendidas nessa mesma acepção.

Depois de grafar críticas a respeito das opiniões dos pesquisados sobre a moradia atual, a inquirição direcionou-se ao conhecimento da participação dos moradores ao convívio social. As avaliações acerca das relações de vizinhança e de vivência no bairro permitem

averiguar certas características presentes na produção do espaço social mais próximo à moradia.

Considerando a concepção de vizinhança, segundo Lakatos (1979), a qual representa contato, interação e intercâmbio entre pessoas que se conhecem por conta do convívio espacial próximo, em outras palavras, “[...] é uma área em que os residentes dão-se pessoalmente, desenvolvem o hábito de se visitarem, trocam diversos artigos e serviços e, de modo geral, desenvolvem certas atividades conjuntas.” (LAKATOS, 1979, p.275)

Inicialmente, a questão acerca da avaliação da vizinhança inseria um conjunto de incertezas quanto à qualidade e a intensidade das relações entre pessoas (trabalhadores) advindas de diferentes bairros da cidade. A ruptura das relações de vizinhança no lugar da antiga moradia para o estabelecimento de vínculos sociais em outro, podem produzir estranhamentos e dificuldades num primeiro momento.

Contudo, a ampla maioria dos entrevistados respondeu *sim*, gostam da vizinhança, perfazendo 90,9% do total das respostas. Por outro lado, 9,1% responderam que *não* gostam da vizinhança, cujas justificativas pautaram-se nas seguintes alegações: *vizinhos mal educados; barulhentos e; muita bagunça*.

Exemplo interessante e ao mesmo tempo confuso está na justificativa do morador do setor Bela Vista I. Pois, sua resposta inicialmente foi afirmativa e pautada na descrição, dizendo: [A vizinhança] “*é boa e tranquila*”. Mas, logo na sequência faz reparações: “*Mas alguns [vizinhos] tem preconceito com as casas do programa [habitacional]*”.

Isto posto, esse morador revela uma percepção interessante em relação aos vizinhos que não pertencem ao mesmo conjunto de moradias de interesse social, uma vez que, o bairro em geral não foi construído para atender exclusivamente à classe trabalhadora mais carente. Por conseguinte, o *preconceito* relatado durante a entrevista com o morador supracitado possui o sentido de menosprezo ou rebaixamento das pessoas que foram contempladas com esse tipo de moradia.

Na sequência analítica da questão, os pesquisados informaram, de modo geral, que muitos vizinhos chegam apenas a noite às suas casas, vindos do trabalho, e por isso, não têm muito contato durante a semana. Nesse sentido, o intrigante é a associação que os moradores fazem em relação aos contatos pessoais diminutos com os vizinhos e a avaliação afirmativa na referida questão.

Infere-se, portanto, que a avaliação que os moradores fazem de sua vizinhança foi pautada, principalmente, na conservação de certo conforto interno, privado à sua casa, advindo da falta de barulho e/ou contato com os vizinhos. Dessa forma, está estabelecida uma

contradição do termo vizinhança entre a concepção teórica de Lakatos (1979) e a concepção que adveio dos entrevistados.

O entendimento nessa acepção transforma-se qualitativamente, no qual, era parte constituinte do termo vizinhança, o convívio social entre pessoas que vivem, moram, muito próximas, dando ensejo às relações sociais minguadas ou até mesmo a ausência dessas.

Por conseguinte, a concepção de Gottdiener (2010, p.272) se torna mais interessante, pois para este autor: “Os vizinhos se tornam cada vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles”. A comunidade que no passado exibia relações sociais densas fora transformada pela razão da organização socioespacial engendrada pela lógica do consumo, sobretudo, o consumo de espaços sociais privados (parques aquáticos ou temáticos, *shopping centers* etc.).

A pergunta seguinte avança ainda mais nas relações sociais cujas coexistências acontecem num território próximo da moradia. Não obstante, o bairro eleva-se enquanto espaço social importante, pois, são somadas as relações de vizinhança e as relações comerciais e serviços. Segundo Certeau (2012, p. 40), o bairro é: “[...] um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido.”

Nesse sentido, para o autor, o bairro é mais favorável ao habitante se comparado ao todo, à totalidade do espaço urbano, pois há na relação espacial e temporal o sentimento de *domínio*, que por sua vez, sobrepõe ao sentimento de pertencimento. O domínio não é estritamente material, ao contrário, é a consequência imediata do cotidiano do morador, cujas repetições de itinerário culminam sempre no retorno para sua casa.

Ainda de acordo com Certeau (2012), o bairro é:

[...] um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas *o lugar de um reconhecimento*. (CERTEAU, 2012, p. 45 grifos do autor)

Reconhecimento que não é possível em todos os espaços da cidade. Pois, em geral, fora do bairro de moradia, qualquer um é visitante, um estranho na vizinhança de outrem.

O lugar de reconhecimento, do encontro com o outro e que garante a cada um de seus moradores, segundo Prost (2009, p.101), pequenas gratificações dos outros, tais como: “[...] sorrisos, saudações, cumprimentos, troca de palavras que dão a sensação de existir, de ser reconhecido, apreciado, estimado.” Nesse sentido, o bairro é o espaço vivido por excelência, que exhibe parte da vida cotidiana do morador, pois se configura na transição complexa entre o público e o privado (PROST, 2009).

Interpeladas sobre o bairro, 95,5% dos entrevistados responderam que gostam do bairro, alegando principalmente que o bairro é tranquilo, sem muito barulho ou agitação que outras partes da cidade têm. Somente 22,7% dos pesquisados que estenderam suas respostas e disseram que o bairro é bom porque possui comércio que atende as necessidades imediatas, além de escola e creche. Apenas um morador do setor Monte Verde disse que preferia o bairro anterior, pois o atual não possui segurança.

Nessa sequência, as justificativas apresentadas pelos entrevistados, que destacam positivamente o bairro, não apresentaram o sentido de condecoração das relações sociais de convivência. A circunstância pela qual afirmam que o bairro é *tranquilo* não permite a convicção de que a *tranquilidade* seja em função apenas de um aspecto, podendo consistir em variáveis como: é tranquilo porque é seguro, não é violento; é tranquilo porque a vizinhança assim o é, ou seja, sem excessos comportamentais (exemplo: barulho ou briga) que prejudiquem a qualidade da coexistência etc..

As observações de campo verificadas posteriormente à realização das entrevistas corroboram com as falas dos moradores. As Fotos 10 e 11 foram registradas, respectivamente, numa tarde de quarta-feira, dia 2 de dezembro de 2015 e na tarde de domingo, dia 06 de dezembro de 2015. A *tranquilidade* expressa por pouca movimentação dos moradores em veículos ou a pé foi constatado também nas observações realizadas anteriormente no mês de novembro de 2015.

Fato bastante comum à cidade de Morrinhos, no qual o morador senta-se na frente do portão de sua casa no final da tarde para conversas ocasionais, em nenhum momento nos períodos e lugares de observação, foi constatado tal situação. Durante o tempo de observação a movimentação mais frequente resumiu-se à chegada ou saída de moradores.

Foto 10 - Setor Monte Verde, Morrinhos (GO): Rua Mv1 e Alameda Mv 1; pouca movimentação ou presença de pessoas nas calçadas



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (06 dez. 2015).

Foto 11 - Setor Bela Vista I, Morrinhos (GO): Rua Mv 2, pouca movimentação ou presença de pessoas nas calçadas



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Autoria: SIQUEIRA, B. L. (06 dez. 2015).

Destarte, em concordância com uma das características do paradigma de produção do espaço defendido por Gottdiener (2010, p. 272), os grupos sociais foram fragmentados em virtude do espaço *abstrato*, que por sua vez, torna os cidadãos mais pobres, pois, “[...] as comunidades locais são transformadas em domínios privatizados, destituídos da interação de rua, com serviços limitados e uso limitado do espaço público.” (GOTTDIENER, 2010, p.

272). Particularmente para o grupo social mais pobre “[...] a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar.” (GOTTDIENER, 2010, p. 271-272)

Após a inquirição sobre a avaliação do morador em relação ao bairro, a pergunta seguinte busca apreender alguns usos socioespaciais específicos, sumariamente denominados de atividades de lazer.

Compreende-se que o lazer é ao mesmo tempo uma necessidade e uma manifestação humana, apresentando significados e valores próprios de cada sociedade nos diferentes momentos históricos (OLIVEIRA; SIQUEIRA; SILVA, 2006). O desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer potencializa a rede de sociabilidade e enriquece o espaço social com conteúdos desvinculados das atividades econômicas, do trabalho.

Segundo Gutierrez (2001, p. 29), o lazer

[...] pressupõe atividades sadias de busca de prazer, no sentido de uma articulação de bem-estar físico e mental e um crescimento moral e intelectual que possibilite integração ativa e consciente na própria coletividade. (GUTIERREZ, 2001, p. 29).

Nesse sentido, os espaços públicos destinados ao lazer permitem o aperfeiçoamento do sentimento de cidadania e de democracia socioespacial. Sobretudo nos bairros mais pobres, nos quais a população não tem acesso ao lazer privado (tais como: clubes de recreação, boates, casas de shows, bares e restaurantes etc.), a instalação de equipamentos de uso comum e público (praças, bosques, quadras poliesportivas, espaço para dança ou outras atividades artísticas etc.) são pertinentes, além de um direito.

Mas, segundo 77,2% do total dos entrevistados não há nos seus respectivos bairros nenhuma opção de lazer gratuito. Conseqüentemente, as atividades de lazer para a família ficam limitadas ao uso do espaço do lar.

A visualização do Quadro 9 constata o uso do espaço doméstico como o lugar predominante também para as atividades de lazer da família. Fato curioso intrínseco à resposta majoritária consiste na associação do ato de *ficar em casa* ao lazer, pois, diante de todas as características sociais e econômicas dos moradores, o tempo não dedicado ao trabalho faz da moradia o reduto privilegiado de usos múltiplos.

Quadro 9 – Moradias pesquisadas nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): atividades de lazer realizadas pela família

Atividade de lazer	Quantidade mencionadas
Ficar em casa	6
Assistir TV	4
Churrasco em casa	3
Pescaria/fazenda	3
Parque/passeios	2
Visitar casa de parentes	2
Frequentam o clube	2

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

Algumas hipóteses podem justificar o uso da casa para o lazer, tais como: o estresse da jornada de trabalho, a falta de dinheiro e também a falta de espaços públicos de lazer (praças, bosques, academias ao ar livre, clubes sociais públicos etc.). O encarceramento voluntário dos moradores em suas casas contribuem para o uso parcial da cidade.

Portanto, ao final desta subseção que abordou algumas avaliações feitas pelos moradores a respeito da moradia e do bairro, bem como, articuladas algumas considerações analíticas a partir das enunciações das mesmas, na próxima subseção será apresentado um quadro comparativo entre a antiga e a nova moradia, no que tange aos serviços, infraestrutura e equipamentos públicos.

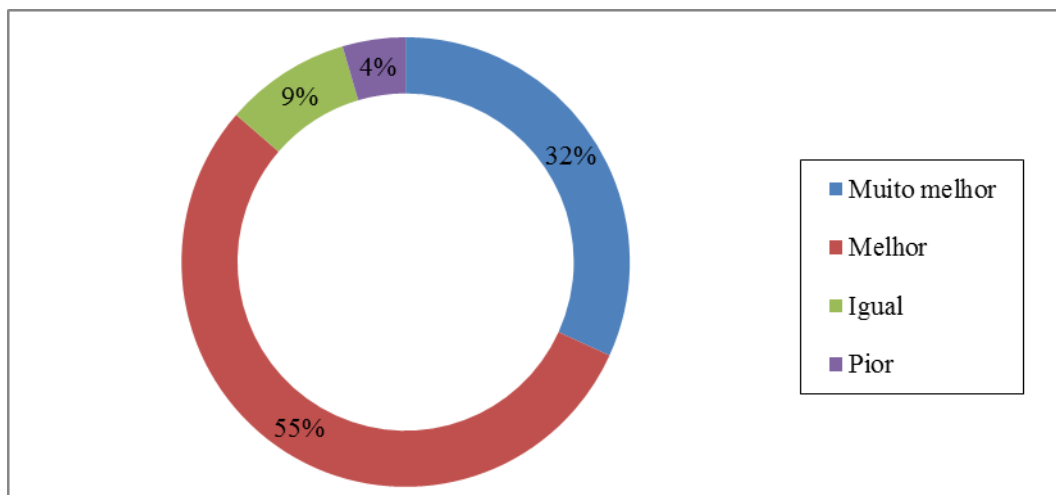
4.4 Avaliação comparativa entre a antiga e a nova moradia

Ao longo das duas subseções anteriores foram realçados os posicionamentos dos entrevistados quanto à qualidade geral da antiga moradia e da nova. Em todos os casos, a casa anterior não era própria, diferente da situação atual. Com a nova conjuntura, novas relações sociais são estabelecidas no espaço (casa, vizinhança e bairro), que por sua vez, é produzido de acordo com as mesmas características objetivas e subjetivas de quem o usa e consome.

O Gráfico 27 informa que a grande maioria dos entrevistados avalia a casa atual como sendo melhor ou bem melhor do que a antiga moradia, mesmo diante de todas as características assinaladas da casa atual, a iniciar com a falta de infraestrutura adequada (tal

como a ausência da rede de esgoto) perpassando pela estrutura física das moradias (entregues sem muros, apenas com o contrapiso, sem forro, etc.).

Gráfico 27 –Monte Verde, Bela Vista I e Bela vista II em Morrinhos (GO):
avaliação da casa atual em relação a anterior



Fonte: Pesquisa de campo (2015).
Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

É indubitável que fugiu na avaliação dos moradores a qualidade da habitação como um todo, inclusive a inserção da mesma no espaço urbano. Para além da posse, a propriedade sobre o imóvel pressupõe o principal aspecto para a avaliação afirmativa.

Neste momento, a força da ideologia ganha realce, pois, consegue limitar o direito à cidade ao direito à propriedade. O direito à propriedade, tal como se apresenta nessas circunstâncias, é a redução qualitativa até mesmo do direito à moradia.

Todavia, não é o objetivo dessa reflexão desconsiderar o ônus que o aluguel ou a casa emprestada representavam às famílias pesquisadas. A crítica manifestada a tal situação se dá pela ausência ou limitação da compreensão da luta de classes por parte dos entrevistados.

Em outras palavras, a falta de compreensão da luta de classes implica num processo de alienação constante, no qual, a propriedade privada reforça isso. A busca pela casa própria tal como ela acontece em Morrinhos (e também no país) impede ou modifica as lutas sociais pelo direito à cidade, cujos impactos socioespaciais são perversos, sobretudo, à classe trabalhadora.

Se não há laços sólidos de vizinhança, não há troca de ideias e de experiências, sendo assim, a formação social e política de determinadas áreas da cidade fica comprometida. Dessa forma, o espaço urbano apresenta-se contraditoriamente tanto pela fragilidade social e política quanto pela coesão das atividades econômicas. A (re)produção do espaço urbano é

assim um processo que busca manter essas características, para o bem (econômico) e para o mal (social).

Com base nas respostas (no *dito* ou *não-dito*), foi possível apreender a falta de um repertório de lutas e causas políticas. Haja vista, o Quadro 10 exhibe as contradições entre uma resposta e outra.

Quadro 10 – Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II em Morrinhos (GO): comparativo dos serviços, infraestrutura e outras características urbanísticas da moradia atual em relação a anterior*

Serviços	Melhorou	Continua igual	Piorou
Fornecimento de água	36,5%	59%	4,5%
Rede de esgoto	9%	36,5%	55,5%
Rede de energia	23%	77%	0
Coleta de lixo	36,5%	59%	4,5%
Varrição	18%	27%	55%
Pavimentação	59%	36,5%	4,5%
Iluminação pública	36,5%	50%	13,5%
Escola e creche	40,5%	55%	4,5%
Posto de saúde	23%	63,5%	13,5%
Segurança/policiamento	23%	31%	46%
Acesso ao comércio	27%	27%	46%
Acesso a praças e parques	4,5%	40,5%	55%
Acesso ao trabalho	27%	36,5%	36,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Organização: SIQUEIRA, B. L. (2015).

*Os maiores valores foram destacados para melhor visualização e comparação dos dados. E ainda, os valores percentuais foram ajustados para mais ou para menos, mas nunca ultrapassando 0,5 ponto percentual.

Ao passo que, num panorama geral, sem especificar quaisquer aspectos físicos ou urbanísticos, os moradores responderam que a casa atual é *melhor* ou *bem melhor*, quando solicitada a avaliação por tipo de serviço, infraestrutura ou de equipamento urbano, as respostas mudam de conteúdo.

Dos treze aspectos colocados para a avaliação comparativa, em seis deles os entrevistados optaram por informar que os serviços, a infraestrutura e a disponibilidade de equipamentos urbanos para a casa atual *continuam iguais* aos da casa anterior. Contudo, a

revelação da contradição na asseveração de que a casa atual é *melhor* ou *bem melhor* se deu com os outros sete aspectos postos ao julgamento.

Em apenas um aspecto, especificamente a avaliação sobre a pavimentação, houve melhora ante ao local de moradia anterior. A observação de campo certificou a pavimentação recente nas ruas das casas pesquisadas.

O item *acesso ao trabalho* teve equiparação percentual, assim destacando majoritariamente tanto a continuidade na facilidade de chegar ao local de trabalho, quanto à piora do mesmo. Desse modo, somente para uma parte diminuta dos moradores entrevistados houve melhora.

Outros cinco aspectos foram considerados *piores*, são eles: rede de esgoto; varrição; segurança/policiamento; acesso ao comércio e; acesso às praças e parques. Estes aspectos ajuizados como sendo inferiores aos disponíveis à casa anterior põe em contradição a resposta de que a casa atual é *melhor* ou *bem melhor*.

Efetivamente não há rede de esgoto nos setores pesquisados e os próprios moradores informaram que a varrição acontece apenas nas avenidas ou ruas mais movimentadas. A segurança/policiamento foi posto como sendo um item preocupante, uma vez que, as viaturas da polícia raramente passam nas vizinhanças. Por fim, o acesso ao comércio, praças e parques também apreciados comparativamente como inferiores, aponta para a essência circunscrita às moradias de interesse social. Portanto, tal situação verificada com os moradores pesquisados é uma seqüela já conhecida da política habitacional do país, dominada pelos interesses do capital em detrimento aos interesses sociais.

Sendo assim, a contradição anunciada no desenvolvimento deste capítulo é a demonstração de que a captura do trabalhador se dá tanto objetivamente (pelas relações de trabalho e consumo de mercadorias) quanto subjetivamente (pelas manifestações dos desejos e o uso da linguagem).

Em outras palavras, a captura objetiva pode ser entendida a partir da definição de Lefebvre (1991) de sociedade burocrática do consumo dirigido. Ao passo que, a captura subjetiva é na verdade a negação da subjetividade natural do homem trabalhador e da mulher trabalhadora, transfigurada, reelaborada para o atendimento de interesses econômicos.

O uso da linguagem (o *dito* ou o *não-dito*) capturada pela entrevista atesta o poder da ideologia hegemônica em um segmento social formado por trabalhadores cuja situação de vulnerabilidade social e econômica é característica tão marcante. As contradições presentes na realidade socioespacial dos moradores dos setores Bela Vista I, Bela Vista II e Monte Verde escapam até mesmo nos gestos e nas enunciações (dito e o não-dito) dos entrevistados.

Enfim, ao longo deste capítulo foi registrado o valor social que a casa própria tem para o segmento da classe trabalhadora mais vulnerável social e economicamente, que por conta desta situação, dependem de políticas sociais, tal como a política habitacional de interesse social. Entretanto, ao mesmo tempo em que o Estado realiza as políticas habitacionais de interesse social, consequências nefastas à coletividade também são produzidas, particularmente, a redução da força para a luta política ou a sua reconfiguração conforme os interesses que não são originalmente da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos expostos e analisados neste trabalho, tais como: o contexto da formação socioespacial, a economia e estrutura social de Morrinhos; o histórico das políticas habitacionais voltadas para a classe trabalhadora no Brasil; as características gerais dos domicílios deste município e; a inserção do trabalhador nos espaços de convivência (vizinhança e bairro) a partir da habitação de interesse social nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II; foram fundamentais para compreender parte das estratégias, intenções e modo de (re)produção do espaço urbano morrinhense.

Mais especificamente, o entendimento da organização do espaço urbano de Morrinhos, fundamentado na contextualização histórica da ocupação da região sul de Goiás e do município, permitiu a apuração de alguns interesses divergentes e antagônicos que integram os processos socioespaciais nesta cidade.

Nota-se que a formação socioespacial de Morrinhos está inserida em um contexto regional e nacional de desenvolvimento econômico e espacial, cuja história é marcada por processos sociais, econômicos construídos no espaço-tempo. O papel de fatores como ferrovia, desmembramentos territoriais, construção de Goiânia e da rodovia BR-060 (Belém-Brasília) e recente industrialização denota a importância do papel de atores diversos na formação espacial e histórica deste município. Sua relevância na articulação de fluxos materiais e imateriais na Microrregião Meia Ponte aponta para o seu significado em termos econômicos, tecnológicos e sociais por abrigar grandes empresas agroindustriais, possuir uma dinâmica populacional interessante e estabelecer relações locais-globais, com impactos na organização de seu espaço urbano.

As rugosidades presentes na cidade de Morrinhos materializa a efervescência econômica e cultural de um passado não muito distante, mas os novos elementos urbanos, as *novas produções* marcam uma etapa recente de organização do espaço urbano balizada nos pilares do imperativo do capital do agronegócio, transforma o cotidiano desta localidade via uma dinâmica totalizante e contemporânea.

A cidade se transforma de forma rápida nos últimos anos, reforçando a chegada de uma produção-reprodução do espaço social marcada pelas ações de atores dominantes, que contribuem sistematicamente para o acirramento do uso e ocupação do solo urbano, da propriedade privada, do processo de especulação imobiliária, reafirmando a divisão social do trabalho e o processo de consumo desigual desse espaço urbano.

Desta forma, a segregação social e espacial é produto e meio para a emergência de velhas e novas contradições no espaço urbano.

O espaço urbano de Morrinhos mostra essas contradições na distribuição de renda, no *déficit* habitacional, na infraestrutura dos bairros, nas condições de vida de seus habitantes, enfim, no cotidiano e no direito à cidade. Essas desigualdades sociais permite-nos falar em duas sociabilidades na cidade: uma cidade da prosperidade econômica (área comercial, distrito agroindustrial, bairros ricos, dotados de infraestrutura diferenciada, ruas largas, iluminadas, saneamento básico etc.) em que os moradores buscam a acumulação de capitais e; uma cidade da desigualdade material e social (áreas periféricas sem infraestrutura e pouca atenção do Estado) na qual os moradores lutam pelo emprego e moradia digna. Essa realidade não é restrita a Morrinhos, faz parte do movimento contraditório do modo de produção capitalista.

Nesse limiar, é incongruente, à primeira vista, a constatação de que Morrinhos possui na contemporaneidade uma boa capacidade produtiva (agropecuária, agroindústrias etc.) e, ao mesmo tempo, apresentar um contexto social com acentuado grau de fragilidades socioeconômicas.

A crescente produtividade dos setores econômicos de Morrinhos alavancou também a produção de riquezas, como foi demonstrado pela evolução do PIB deste município, contudo, essa mesma estrutura produtiva relaciona-se profundamente com a manutenção das desigualdades sociais e econômicas desta localidade. Nesse sentido, as características gerais da população morrinhense, tais como: baixa escolaridade, baixa renda mensal, relações de trabalho precárias; resultam de processos políticos e econômicos articulados historicamente para a reprodução do capital em detrimento do desenvolvimento social.

Não obstante, as fragilidades socioeconômicas elencadas e discutidas ao longo do estudo se relacionam dialeticamente com a produção do espaço social, ou seja, o espaço da moradia, da vizinhança e do bairro são partes da realidade que materializa a luta de classes.

A título de exemplo, as condições gerais das moradias são precárias para um contingente populacional importante na cidade de Morrinhos, com destaque para a população cuja renda familiar mensal é de até três salários mínimos. Para as famílias que integram essa faixa de renda não é apenas a inadequação dos domicílios que é um problema, mas, o *déficit* habitacional também o é.

A composição de um panorama geral, no qual, a habitação é uma mercadoria com alto valor pecuniário e concomitantemente é uma necessidade imediata para um número

considerável da população de Morrinhos, transforma a própria fragilidade social em instrumento de dominação ideológica e de reprodução do capital.

As políticas habitacionais não visam, grosso modo, reduzir os custos de reprodução da vida do trabalhador. Principalmente, a construção de habitações de interesse social revela a crueldade social na execução das políticas habitacionais no país. Inicialmente, as características estruturais das casas distribuídas pelos programas habitacionais, tal como o PMCMV, expõem o modo perverso de condução de um problema social.

Conforme foi apresentado neste estudo, tanto pelas observações de campo quanto pelos registros das entrevistas, as casas dos moradores pesquisados são pequenas e com uma série de problemas estruturais (elétrico, hidráulico, portas etc.). Portanto, o morador contemplado com uma HIS em um dos setores pesquisados em Morrinhos, logo após a mudança para a nova casa, teve que realizar reformas ou obras para torná-la mais adequada às necessidades da família.

Outro ponto importante destacado pela pesquisa empírica consiste no fato de que as moradias pesquisadas estão localizadas em setores integrados à malha urbana de Morrinhos, porém, a ausência de infraestruturas básicas (rede de esgoto e rede pluvial) em todos os bairros, confirma a precariedade da inserção das moradias na malha urbana.

Após as análises e reflexões dos dados da pesquisa empírica, o estudo levantou a hipótese de que é a própria vulnerabilidade social e econômica dos moradores, associada à estrutura urbana com funções fragmentadas (área do trabalho, área da moradia e área do lazer) e à estrutura ideológica hegemônica, produz um tipo de cidadão com comportamentos condicionados, isto é, a vida cotidiana do trabalhador, outrora rica em criações e potencialidades de transformação da realidade, dá lugar à cotidianidade, cujas condutas e vontades passam a ser engendradas por agentes externos ao indivíduo. É a perda de autonomia e da capacidade de mudança, que por sua vez, irão repercutir na reprodução do espaço social e na (re)produção do espaço urbano.

A perda de autonomia reflexiva foi identificada a partir da análise das falas dos moradores. A incapacidade de articular mentalmente um conjunto de informações, de maneira crítica e organizada, partindo de um questionamento ligado às questões cotidianas foi a regra e não a exceção entre os entrevistados.

A ausência de relatos críticos por parte dos moradores pesquisados revelou duas possibilidades interpretativas: primeira, a opção por não dizer ou não responder com argumentos elaborados, consiste em uma forma de coerção ideológica, no qual, aquele que pergunta pode representar uma ameaça; segunda, as respostas sem profundidade permitem

asseverar que o grau de alienação é tão grande que o entrevistado não tem mais a capacidade de indignar-se ou de posicionar-se ante aos problemas que o aflige.

Dessa forma, a perda da capacidade de indignação frente aos problemas sociais é apenas mais uma consequência da cotidianidade. Assim, à medida que o sujeito social não tem a consciência dos problemas socioespaciais que o atinge, concomitantemente, sua capacidade de executar ações políticas que busquem reverter tal quadro precário é perdida.

A cotidianidade reduz o espaço de luta de classes à esfera individual, ou seja, ao espaço da moradia. Em outras palavras, o indivíduo se fecha em seu território privado mesmo que este se apresente materialmente precário às garantias de reprodução da vida.

Isto posto, o espaço social de convivência, circunscrito à vizinhança e ao bairro, é transformado qualitativamente. Conforme o estudo apontou, o bairro perde parte considerável das relações sociais espontâneas e cordiais. A pureza da curiosidade que constituía os olhares entre os viveres que habitam o mesmo bairro foi substituída pelo olhar desconfiado elaborado pelo medo do outro.

As conversas na calçada e portões, a troca de quitandas, comemorações festivas não são práticas recorrentes entre os moradores dos setores pesquisados, alguns apontamentos podem contribuir para a análise de tal situação de isolamento: primeiro, o fato de cada morador ter uma origem social, cultural, política e religiosa dificulta o estabelecimento de relações sociais entre os moradores; segundo a individualização e isolamento imposto pela sociedade do consumo, pelo marketing e pela publicidade (exemplo: 'prisão' a TV e às redes sociais), acirra o enclausuramento deste moradores; terceiro, a falta de segurança, de equipamentos de lazer, baixo poder aquisitivo e longas jornadas de trabalho também contribuem para que as relações sociais não sejam efetivadas entre os moradores dos bairros pesquisados. Tudo isso, impacta na organização social e na luta de classes entre os cidadãos, especialmente, os trabalhadores.

Por conseguinte, a vizinhança desejada é aquela que os vizinhos não se conhecem e não se visitam. A casa transforma-se em reduto privilegiado para a fuga social, onde os contatos minguados, por vezes tolerados, são os familiares. Mesmo neste espaço privado e, sobretudo nele, a captura das subjetividades do trabalhador para a reprodução do capital se completa.

Fragilizado pelos instrumentos ideológicos persuasivos, tal como a TV e seu poder publicitário, o trabalhador deseja o consumo de objetos, mas, principalmente, o consumo de signos. Ele é aprisionado num sistema de exploração ininterrupto, no qual, o trabalho é o meio obrigatório para o consumo de mercadorias. O trabalho geralmente é precário e de baixa

remuneração, e ainda, tais condições não são confrontados pelos trabalhadores, pelo contrário, são aceitos.

Logo, as entrevistas demonstraram a gravidade dos danos à estrutura social que os moradores de HIS dos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II se encontram, pois, estão submetidos, cada vez mais, à inserção na sociedade burocrática de consumo dirigido. A vulnerabilidade social e econômica destes moradores é contraditoriamente a melhor condição para a reprodução da força de trabalho com vistas à reprodução do capital.

Nesse sentido, a (re)produção do espaço urbano de Morrinhos é a garantia da manutenção das estruturas sociais e econômicas em padrões desiguais. Dito de outro modo, a (re)produção do espaço urbano é a reprodução da negação ao direito à cidade para parte considerável dos trabalhadores.

Portanto, acredita-se que a principal contribuição desta dissertação consiste na confirmação de que a classe trabalhadora, representada pelos moradores contemplados com uma HIS nos setores Monte Verde, Bela Vista I e Bela Vista II, na cidade de Morrinhos, apresenta em suas ações cotidianas a perda de autonomia. Pois, para além da captura objetiva do trabalhador, revelada nas relações de trabalho e consumo de mercadorias, a captura subjetiva do mesmo, retratada, sobretudo, pelo uso da linguagem, é a constituição e confirmação da cotidianidade. Ou seja, é a redução da vida cotidiana do trabalhador à condição de ações e gestos programados, inautênticos, isto é, a transformação do sujeito, com capacidade criativa e de transformação, em objeto de difusão ideológica.

Dessa forma, a totalidade do espaço urbano é (re)produzido ante as mesmas características da reprodução do espaço social de convivência (bairro, vizinhança e casa). O estranhamento social e o isolamento doméstico são subprodutos do poder ideológico hegemônico, no qual a vida cotidiana sistematiza a alienação para além da relação do trabalhador com o seu trabalho, perpassado agora para todos os momentos da vida social (por exemplo o lazer) e privada (convívio familiar). A redução das potências naturais do indivíduo trabalhador demonstra a desigualdade de forças na luta de classes e o reforço de uma crise tendenciosa, cujos prejuízos são socializados e os ganhos privatizados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Cidade brasileira - 1870-1930. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 35-44.
- ABREU, M. A. Da habitação ao Habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n.10, mai-ago 2003. p. 210-234.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, E. M. **Morrinhos: Coronelismo e Modernização 1889-1930**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás UFG, 1998.p. 179.
- ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, ano X, nº 31, 1990, p. 21-36.
- AZEVEDO, S. ANDRADE, L. A. G. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- BAKHTIN, M.M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARREIRA, A. A. DEUS, J. B. GOIANIA – DA UTOPIA A CONSTRUCAO DO LUGAR. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 26, núm. 1, jan.-jun., 2006, p. 70-90.
- BARREIRA, M. R. A. Henri Lefebvre : a crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade. 2009. 168 f. Tese – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2009.
- BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: _____et al (org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 46-76.
- BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1982.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, vol. XXIX, 1994. p.711-732.
- BORGES, B. G. **Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf /UFG, 1990.127 .p

BRASIL. Decreto nº 1.749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1749-28-junho-1937-345513-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 de março de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 2.686, de 30 de outubro de 1875. Autoriza o Governo para conceder isenção de décima urbana ao Bacharel Américo de Castro, ou as empresas que se organizarem para a construção, nesta cidade, de edifícios denominados “Evonias”. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1875, vol. 1, parte 1, p. 186. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2686-30-outubro-1875-549774-norma-pl.html>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2015a.

BRASIL. Decreto nº. 3.151, de 9 de dezembro de 1882. Concede favores a Américo de Castro e as empresas que se organizarem com o fim de construir edifícios para habitação de operários e classes pobres, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1882, vol.1, parte 1, p.150. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3151-9-dezembro-1882-544803-norma-pl.html>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2015b.

BRASIL. Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4380-21-agosto-1964-377666-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 8 de abril de 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre o aluguel de residências e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 de março de 2015.

BRASIL. Lei nº. 8.668 de 25 de junho de 1993. Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimentos Imobiliários e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8668-25-junho-1993-350597-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 17 de abril de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 9.218, de 1º e maio de 1946. Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9218-1-maio-1946-417087-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 16 de março de 2015.

BRASIL. Lei nº. 9.514 de 20 de novembro de 1997. Dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9514-20-novembro-1997-365383-norma-actualizada-pl.html>> Acesso em: 17 de abril de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 9.777, de 6 de setembro de 1946. Estabelece bases financeiras para a Fundação da Casa Popular e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9777-6-setembro-1946-458452-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 16 de março de 2015.

BRASIL. Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 20 de abril de 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Brasília, DF, 2004. p.104.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF, 2010, p. 96.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUENO, E. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

CARDOSO, A. C.; ARAGÃO, T.H.; Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. C. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A.F.A.; **A tragédia urbana**. In: CARLOS, A.F.A. et al (orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 173-186.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo:Labur Edições, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Brasília-DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, ano X, n. 03, p. 03-58, jul., ago., set., 2001. Edição especial 2001.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORREIA, T. B.; GHOUBAR, K.; MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S.l.], n. 20, p. 10-32, dez. 2006. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43483/47105>>. Acesso em: 23 Fev. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i20p10-32>.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1995.

ELICHIRIGOITY, M. T. P. A formação do sentido e da identidade navisão bakhtiniana. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n.º. 34, p. 181-206, 2008.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

FARAH, M. F. S. Público e privado na provisão de habitações nos países centrais. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo, ano X, n.º 31, 1990, p. 10-20.

FRANÇA, M. S. **Povoamento do Sul de Goiás, 1872 – 1900: estudo da dinâmica da ocupação espacial**. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG:Goiânia, 1975.

FRANCISCO, J. **Dinâmica e metamorfose do espaço – expansão urbana e loteamentos**. In: CARVALHO, P. F. BRAGA, R. (Org.). **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro: UNESP/IGCE – Laboratório de Planejamento Municipal, 2001, p. 15 – 25.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2013.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GUTIERREZ, G. L. **“Lazer e Prazer”: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V.C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Texto para Discussão 1853. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

KRUG E. G. et al. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2002.

INOCÊNCIO, M. E. **O PROCEDER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. 271 f.

ITUMBIARA. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município:** Lei 1.159/90. Itumbiara: 1990.

ITUMBIARA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor:** Lei Complementar nº 073/06. Itumbiara: 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral.** São Paulo. Atlas, 1979.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2009.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARICATO, E.; MORAES, Lúcia Maria. O mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 2, Dec. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4451986000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Apr. 2015.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2013.

MELO, M. A. B. C. Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, vol. 3, n.º 1, 1990. p. 39-61.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2011.

NIETZSCHE, F. W. **A Vontade de Poder.** Tradução do original alemão e notas FERNANDES, M. S. P. MORAES, F. J. D. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

OLIVEIRA, A. C. T. **O bairro de Marechal Hermes: da moradia operária à habitação social (1910-1956).** Tese – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. 159 f.

OLIVEIRA, H. A. A carência de moedas e o problema com o crédito no sul de Goiás, 1850-1910. In: SILVA, M. V. PESQUERO, M. A. (orgs). **CAMINHOS INTERDISCIPLINARES PELO AMBIENTE, HISTÓRIA E ENSINO: o sul goiano no contexto.** Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012, p.107-125.

OLIVEIRA, H. A. **A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. Tesede Doutorado. UNESP:Franca, 2006.p.235.

OLIVEIRA, H. C. M. SIQUEIRA, B. L. SILVA, A. M. **Poder municipal, espaço público, lazer e planejamento: um estudo do Parque do Sabiá em Uberlândia (MG)**. In: I Simpósio Regional de Geografia do Alto Paranaíba, 2005, Patrocínio. Anais do I Simpósio Regional de Geografia do Alto Paranaíba, 2005. v. 1. p. 1-12.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROST, A. Fronteiras e espaço do privado. In. PROST, A. VINCENT, G. (org.) **História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. e NAKANO, K. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. 2015. Disponível em: http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/solo_urbano_e_habitacao_de_interesse_social.pdf. Acesso em 22 de jun. 2015.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Pobreza Urbana**. 3.ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHWEIZER, P. J. JÚNIOR, W. P. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, set./out. 1997, p. 54-69.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social de Mercado: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: Editora Artes, 2012.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação**. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.

SILVA, C. M. R. B. **A cidade de Morrinhos: Uma abordagem geográfica**. Goiânia: Grafset, 2006.

SILVA, E. R. **A economia goiana no contexto nacional: 1970 - 2000**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, M. V. da. NEVES, D. R. das. Consolidação do circuito espacial da produção da COMPLEM: tramas espaciais e espaços de fluxos no sul goiano. In: SILVA, M. V. da. PESQUERO, M. A. (Orgs). **CAMINHOS INTERDISCIPLINARES PELO AMBIENTE, HISTÓRIA E ENSINO: o sul goiano no contexto**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012, p.147-163.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, B.R. **Uberlândia: da Cidade-Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e representações no Triângulo Mineiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Tese, Doutorado).

SOUSA, J. E. A. **A História contada através de telegramas: aspectos históricos que contribuíram para a formação da cidade de Goiás e Itapirapuã (1900 – 1958)**. Monografia apresentada no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás / Câmpus Jussara. 2012. p.71.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÓSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. NETO, João L. S. (orgs). **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 473 – 504.

TROMPOWSKY, M. **A FCP – Fundação da Casa Popular e a implantação de um política habitacional no Brasil: o processo de uma experiência governamental no campo da habitação popular**. VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, 2004.

VAINER, C. B. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otília et. al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 105 – 119.

VERAS, M. P. B. BONDUKI, N. G. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In.: COVRE, M. L. M. (org.) **A cidadania que não temos**. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.p. 40-72.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

_____. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A.F.A. et al (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

APÊNDICE A – Identificação e controle do roteiro de entrevistas

1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2015

Nº da entrevista:

2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

2.1 Idade: anos. Sexo: () M () F () Outro Estado civil:

2.2 Grau de instrução do entrevistado:

() ensino fundamental () ensino médio incompleto () ensino médio completo

() ensino superior incompleto () ensino superior completo () sem escolaridade

2.3 Município de origem: _____ Estado: _____

2.4 Caso seja de outro município, quanto tempo reside em Morrinhos? _____

3 DADOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 Quantas pessoas moram nesta residência?

[] Moro sozinho(a); [] 2 pessoas; [] 3 pessoas; [] 4 pessoas; [] 5 pessoas ou mais

3.2 Qual é a profissão do(a) responsável da casa? _____

3.3 Quantas pessoas que moram na casa trabalham? _____

3.4 Alguém está desempregado? Quanto tempo? _____

3.5 Quantas pessoas na casa possuem carteira assinada? _____

3.6 Qual é a renda familiar? (resposta opcional)

[] Até 1 salário mínimo (R\$ 788,00); [] De 1 até 2 Salários mínimos (R\$ 1.576,00);

[] De 2 Até 3 salários mínimos (R\$ 2.364,00); [] De três a cinco salários mínimos (R\$

3.940,00); [] Mais do que cinco salários mínimos (> R\$ 3.940,01)

3.5 Bens de consumo, Comunicação e Transporte

3.5.1 Bens de consumo

- | | | |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------------|
| () Máquina de lavar roupa/tanquinho | () Freezer | () Computador/notebook |
| () Televisão com antena comum | () Telefone | () Impressora |
| () Televisão com antena parabólica | () Forno elétrico | () Internet |
| () Antena por satélite/TV a cabo | () Fogão a gás | () Ar condicionado |
| () DVD/ | () Batedeira | () Smartphone |
| () Rádio | () Liquidificador | () Tablet |
| | () Geladeira | () Outros..... |

3.5.1 Meios de comunicação/informação

() Rádio () Televisão () Internet () Jornais () Revista () Outros:.....

3.5.1.1 Quais são os mais utilizados?

3.5.2 Meios de transporte

() Carro próprio () Motocicleta () Transporte escolar/ da empresa () Carona

() A pé () Outros:.....

4 INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA ANTERIOR

4.1 Onde o sr.(a) morava antes? (cidade e bairro) _____

4.2 A residência anterior era: [] Alugada; [] Própria (*ir para questão 4.2.1*);
[] Emprestada; [] Outro: _____

4.2.1 Se era própria, o que fez com ela? [] Vendeu; [] Alugou; [] Emprestou;
[] Outro _____

4.3 Quais eram os principais problemas da moradia e do bairro anterior?

4.4 Quais eram as principais vantagens da antiga moradia?

5 INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA ATUAL E CONDIÇÕES URBANÍSTICAS

5.1 A residência atual é: [] Alugada; [] Própria; [] Emprestada; [] Outro: _____

5.1.1 Quantos cômodos possui a casa? [] 4; [] 5; [] 6; [] 7 ou mais

5.1.2 O tamanho da casa atende as necessidades da família? Está satisfeito com o espaço dela?

5.2 Infraestrutura

5.2.1 O bairro oferece uma boa infraestrutura? (água, rede de esgoto, iluminação pública, etc.)

5.3 Equipamentos públicos (acesso)

5.3.1 Como é o acesso à escola, creche e ao posto de saúde?

5.4 Mobilidade
5.4.1 Qual é a distância até o seu local de trabalho? Quanto tempo leva para chegar ao trabalho?
5.4.2 Quantas vezes por semana o sr.(a) vai ao centro da cidade? Quais os tipos de serviços que mais usa?

6 CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA CASA ATUAL SEGUNDO O MORADOR
6.1 O que o sr.(a) mais gostou na casa?
6.2 O que o sr.(a) não gostou na casa?
6.3 Houve modificações na casa? Quais foram? Por quê?
6.4 O sr.(a) acha importante ter a casa própria? Por quê?
6.5 O sr.(a) gosta da vizinhança? Por quê?
6.6 O sr.(a) gosta do bairro? Por quê?
6.7 O bairro oferece opções de lazer? Quais são?
6.8 O que o sr.(a) faz com o tempo livre? Quanto tempo livre por semana?
6.9 Quais são as atividades de lazer da família?
6.10 Quanto tempo fica em casa por dia?
6.11 Na sua opinião quem é (são) o (s) responsável (is) para implantar melhorias no bairro?

7 COMPARATIVO DA CASA ANTERIOR COM A ATUAL
7.1 Em relação a sua casa anterior, a atual é: [] Muito melhor; [] Melhor; [] Igual; [] Pior; [] Muito pior
7.2 Ao comparar a moradia atual e a anterior o sr.(a) diria que a QUALIDADE dos seguintes

serviços: (Marcar a opção escolhida com um X)			
Serviço	Melhorou	Piorou	Continua igual
Fornecimento de água			
Rede de esgoto			
Rede elétrica			
Coleta de lixo			
Varrição			
Pavimentação			
Iluminação Pública			
Correio			
Escola e creche			
Posto de saúde			
Segurança/policiamento			
Acesso ao comércio			
Acesso às praças e parques			
Acesso ao trabalho			